



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO

**RELATÓRIO
DE GESTÃO**

2016

**MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
SOCIAL E AGRÁRIO
(MDSA)**

**SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E
GESTÃO DA INFORMAÇÃO
(SAGI)**

Brasília (DF)
Março de 2017



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO

RELATÓRIO DE GESTÃO

2016

Relatório de Gestão do exercício de 2016, apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como Prestação de Contas Anual a que esta Unidade Prestadora de Contas está obrigada, nos termos do art. 70 da Constituição Federal. A elaboração é feita de acordo com as disposições da Instrução Normativa (IN) do Tribunal de Contas da União (TCU) nº 63, de 01/06/2010, e das Decisões Normativas (DN) do TCU nº 154, de 19/10/2016, e DN nº 156, de 30/11/2016. A esse respeito, ainda, a Controladora-Geral da União (CGU) pronunciou-se por meio da Portaria nº 500, de 08/03/2016. A estrutura do presente Relatório observa os normativos supracitados e atende as especificidades do sistema e-Contas do TCU, respeitando os conteúdos e estruturas exigidas.

**UPC:
SECRETARIA DE
AVALIAÇÃO E
GESTÃO DA
INFORMAÇÃO (SAGI)**

Apresentador das Contas:

GABINETE SAGI

2017

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ATPS – Analista Técnico de Políticas Sociais
BCPS – Base de Conhecimento, Problemas e Soluções
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD – Banco Mundial
BPC – Benefício de Prestação Continuada
BSM – Brasil Sem Miséria
CADÚNICO - Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CAIXA – Caixa Econômica Federal
CapacitaSAGI – Programa de Capacitação da SAGI
CapacitaSUAS – Programa Nacional de Capacitação do SUAS
CGLA – Coordenação-Geral de Logística e Administração
CGLC – Coordenação-Geral de Licitações e Contratos
CGOF – Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças
CGPA – Coordenação-Geral de Planejamento e Avaliação
CGRH – Coordenação-Geral de Recursos Humanos
CGU – Controladoria Geral da União
CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DA – Departamento de Avaliação, da SAGI
DFD – Departamento de Formação e Disseminação, da SAGI
DGI – Departamento de Gestão da Informação, da SAGI
DM – Departamento de Monitoramento, da SAGI
DN TCU – Decisão Normativa do Tribunal de Contas da União
DPI – Diretoria de Projetos Internacionais
DTI – Diretoria de Tecnologia da Informação
EAD – Educação a Distância
ECLOA – Índice de eficácia dos recursos da LOA
EFLOA – Índice de eficiência dos recursos da LOA
ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
ETEC – Estudos Técnicos
FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FNAS – Fundo Nacional de Assistência Social
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS – Instituto Nacional da Seguridade Social

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPC/PNUD – Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo, do PNUD
ISSUU – Plataforma de Publicações Eletrônicas
LOA – Lei Orçamentária Anual
MC – Ministério das Cidades
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDSA – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC – Ministério da Educação
MI-BSM – Matriz de Informações Brasil Sem Miséria
MONIB – Indicadores de Monitoramento para o Plano Brasil Sem Miséria
MPDG – Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
MPS – Ministério da Previdência Social
MRE – Ministério das Relações Exteriores
MS – Ministério da Saúde
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
MUNIC – Pesquisa de Informações Básicas Municipais
OUVIC – Aplicativo para Análise de Cartas da Ouvidoria
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PADS – Pesquisa Amostral para Diagnóstico Social
PBF – Programa Bolsa Família
PBSM – Plano Brasil Sem Miséria
PE – Planejamento Estratégico
PGPE – Plano Geral de Cargos do Poder Executivo
PIC – Painel de Indicadores de Acompanhamento da Conjuntura e Programas Sociais
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA – Plano Plurianual
PPP – Pesquisa Painel de Pobreza
PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
RAIS – Relação Anual de Informações Sociais
SAA – Subsecretaria de Assuntos Administrativos do MDSA
SAGI – Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do MDSA
SE – Secretaria Executiva do MDSA
SECOM/PR – Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República
SENARC – Secretaria Nacional de Renda de Cidadania do MDSA
SESAN – Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDSA
SESEP – Secretaria Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza do MDSA

SIGE – Sistema de Gestão Estratégica de Projetos
SIOP – Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SIMA – Sistema de Monitoramento e Avaliações
SISP – Sistema de Administração de Recursos de Informação e Informática
SISVAN – Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional
SLTI/MPDG – Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do MPDG
SNAS – Secretaria Nacional de Assistência Social do MDSA
SPO – Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do MDSA
SUAS – Sistema Único de Assistência Social
TCU – Tribunal de Contas da União
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
1. VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS	7
1.1.Finalidade e Competências	8
1.2.Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade	12
1.3.Ambiente de atuação	13
1.4.Organograma Funcional	14
1.4.1.Subunidades estratégicas e seus responsáveis	15
1.5. Macroprocessos finalísticos	21
2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS	27
2.1.Planejamento Organizacional	27
2.1.1. Descrição Sintética dos objetivos do exercício	28
2.1.2. Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos	28
2.2. Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos	29
2.3. Desempenho Orçamentário	29
2.3.1. Execução física e financeira das ações da LOA - Ações OFSS (4923).....	31
2.3.1.1. Outros resultados da gestão.....	45
2.3.2.Fatores intervenientes no desempenho orçamentário	46
2.3.3. Execução descentralizada com transferência de recursos	46
2.3.4.Informações sobre a execução das despesas.....	52
2.4.Desempenho Operacional.....	53
2.4.1.Apresentação e análise de indicadores de desempenho	53
3. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	55
3.1. Descrição das estruturas de governança.....	55
3.2. Atividades de Correição e de apuração de ilícitos administrativos.....	56
3.3. Gestão de riscos e controles internos.....	56
4. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	57
4.1. Gestão de Pessoas	57
4.1.1. Estrutura de pessoal da SAGL.....	57
4.1.2. Demonstrativo das despesas com pessoal	60
4.1.3. Gestão de riscos relacionados ao pessoal	60
4.1.4. Contratação de pessoal de apoio e de estagiários.....	61
4.1.5. Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais ..	61
4.2. Gestão do patrimônio e infraestrutura	64
4.2.1. Gestão do patrimônio imobiliário da União.....	64
4.3. Gestão da Tecnologia da Informação	64
4.4. Gestão ambiental e sustentabilidade	67

4.5. Gestão de fundos e de programas.....	67
4.5.1. Identificação e informações dos fundos na gestão da unidade.....	67
5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	68
5.1. Canais de acesso do cidadão	68
5.2. Carta de serviços ao cidadão	70
5.3. Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários.....	70
5.4. Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade.....	71
5.5. Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações.....	71
6. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES	72
6.1. Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos.....	72
6.2. Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade.....	72
6.3. Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas	74
6.3.1. Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeiro e patrimonial – SAGL.....	74
6.3.2. Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis do SIAFI.....	74
6.3.3. Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/1964 e notas explicativas.....	74
6.3.4. Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei nº 6.404/1976 e notas explicativas.....	74
7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE	75
7.1. Tratamento de determinações e recomendações do TCU.....	75
7.2. Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno.....	75
7.3. Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário	75
7.4. Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei nº 8.666/1993	76
7.5. Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento.....	76
7.6. Informações sobre ações de publicidade e propaganda.....	76
7.7. Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/1964 e notas explicativas.....	76
7.12. Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei nº 6.404/1976 e notas explicativas.....	76
8. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES DA GESTÃO.....	77
9. ANEXOS E APÊNDICES	81
Declaração Plena.....	83

LISTA DE QUADROS

<i>Quadro 1 – Identificação da SAGI – Relatório de Gestão</i>	<i>7</i>
<i>Quadro 2 – Normas e regulamentos da SAGI – Relatório de Gestão</i>	<i>12</i>
<i>Quadro 3 - Informações sobre subunidades estratégicas.....</i>	<i>15</i>
<i>Quadro 4 - Macroprocessos Finalísticos da SAGI por Departamento</i>	<i>21</i>
<i>Quadro 5 - Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas à UPC.....</i>	<i>30</i>
<i>Quadro 6 – Ação de responsabilidade da SAGI – OFSS.....</i>	<i>31</i>
<i>Quadro 7- Estudos/pesquisas de avaliação com ações em 2016</i>	<i>33</i>
<i>Quadro 8 – Lista de projetos apoiados a partir Chamada MCTI-CNPq/MDS-SAGI nº 24/2013</i>	<i>35</i>
<i>Quadro 9 – Relação das apresentações e debatedores no evento “Sexta com Debate” em 2016....</i>	<i>37</i>
<i>Quadro 10 – Contribuições do Departamento de Avaliação no conteúdo da plataforma WWP.....</i>	<i>37</i>
<i>Quadro 11- Estudos Técnicos do Departamento de Monitoramento ..</i>	<i>38</i>
<i>Quadro 12 - Pesquisas de monitoramento parcialmente executada em 2016</i>	<i>39</i>
<i>Quadro 13 - Cursos de capacitação e formação – Pessoas capacitadas em 2016.....</i>	<i>40</i>
<i>Quadro 14 - Cursos de capacitação e formação – ofertados na parceria MDSA e ENAP.....</i>	<i>42</i>
<i>Quadro 15 – Cursos de capacitação e formação – capacitadas com recursos Orçamento 2016.....</i>	<i>43</i>
<i>Quadro 16 – Publicações da SAGI em 2016</i>	<i>44</i>
<i>Quadro 17 – Instrumentos de Transferências vigentes em 2016.....</i>	<i>50</i>
<i>Quadro 18 - Instrumentos celebrados pela SAGI nos quatro últimos exercícios.....</i>	<i>52</i>
<i>Quadro 19 - Ação 4923 – Principais resultados em 2016.....</i>	<i>53</i>
<i>Quadro 20 - Indicadores de Eficiência e Eficácia – Metas do SIOP versus Metas ajustadas.....</i>	<i>54</i>
<i>Quadro 21 - Força de Trabalho da SAGI.....</i>	<i>57</i>
<i>Quadro 22 - Distribuição da lotação efetiva do pessoal da SAGI</i>	<i>58</i>
<i>Quadro 23 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da SAGI ..</i>	<i>58</i>
<i>Quadro 24 – Demonstrativo das Despesas do pessoal da SAGI.....</i>	<i>60</i>
<i>Quadro 25 – Contratação de consultores – riscos e controles internos.....</i>	<i>62</i>
<i>Quadro 26 – Demandas telefônicas e por e-mail.....</i>	<i>70</i>
<i>Quadro 27– Apuração do custo unitário da SAGI</i>	<i>72</i>
<i>Quadro 28 – Relação de materiais produzidos no âmbito do WWP - 2016s</i>	<i>77</i>

LISTA DE GRÁFICOS

<i>Gráfico 1 - Perfil de formação dos servidores da SAGI.....</i>	<i>59</i>
---	-----------

LISTA DE FIGURAS

<i>Figura 1 – Acessos ao Portal da SAGI.....</i>	<i>11</i>
<i>Figura 2 – Principais produtos da SAGI.....</i>	<i>65</i>

LISTA DE ANEXOS

<i>Anexo I - Catálogo de Ferramentas Informacionais desenvolvidas e mantidas pela SAGI.....</i>	<i>81</i>
<i>Anexo III – Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no SIAFI.....</i>	<i>83</i>

APRESENTAÇÃO

O presente relatório visa apresentar os dados de gestão da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) no ano de 2016 e está estruturado em 9 (nove) seções:

- Visão geral da unidade prestadora;
- Planejamento organizacional e resultados;
- Governança, gestão de riscos e controles internos;
- Áreas especiais da gestão;
- Relacionamento com a sociedade;
- Informações contábeis e desempenho financeiro;
- Conformidade da gestão e demandas dos órgãos de controle;
- Outras informações relevantes da gestão;
- Anexos e apêndices.

O processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff provocou uma série de instabilidades na gestão do então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em 2016. A SAGI foi gerida até 12 de maio pelo Secretário Paulo de Martino Jannuzzi; após essa data, foi conduzida interinamente pela Secretária Adjunta Paula Montagner durante sessenta e quatro dias. Com efeito, o cenário político e o agravamento da crise econômica no primeiro semestre de 2016 foram fatores preponderantes para a paralisia operacional da Secretaria no transcurso desse período.

A partir de 19 de julho de 2016, a SAGI passou a ser comandada pelo Secretário Vinícius de Oliveira Botelho. A gestão iniciada no segundo semestre descortinou uma nova fronteira de atuação em suas rotinas operacionais, com uma reorganização de macroprocessos e redefinição de atividades.

O planejamento estratégico da Secretaria está em processo de reformulação, buscando aumentar a sinergia entre as quatro áreas – gestão da informação, monitoramento, avaliação e formação – a fim de potencializar resultados. Gerar e transmitir conhecimento que influencie efetivamente a operação e o desenho de políticas de desenvolvimento social passaram a nortear a gestão da SAGI no 2º semestre de 2016.

Na área de gestão da informação, foi fortalecida a disponibilização de dados de registros administrativos para subsidiar a gestão de políticas sociais nas três esferas de governo. Sistemas para monitorar ações de Segurança Alimentar e Nutricional, ferramentas de gestão da Estratégia de Inclusão Social e Produtiva, painéis de monitoramento do Programa Criança Feliz e novas funcionalidades do Censo SUAS são alguns dos produtos que a SAGI vem desenvolvendo. Há uma crescente elaboração e integração de ferramentas informacionais abertas ao público em geral – sem necessidade de senha – que contribuem para a transparência das ações do governo federal junto à sociedade, como é o caso do relatório Bolsa Família no seu Município. Uma nova fronteira que passou a ser explorada nesta área foi o cruzamento de diversos registros administrativos e a interpretação dos dados gerados, fornecendo subsídios para o aperfeiçoamento de programas sociais e a qualificação das bases de dados.

Avaliar a qualidade das pesquisas sociais e incentivar a realização de pesquisas de avaliação de impacto têm sido as principais diretrizes do Departamento de Avaliação. Nesse contexto, a SAGI

está contribuindo para o desenho da avaliação do Programa Criança Feliz, ação prioritária do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) lançada em outubro de 2016. Estudos técnicos sobre preditores de renda para o aprimoramento de programas sociais do Ministério foram desenvolvidos pela equipe da SAGI, em uma parceria entre as áreas de monitoramento e avaliação.

O Departamento de Monitoramento utiliza dados estatísticos, provenientes de pesquisas amostrais, para antecipar a demanda por políticas sociais. São elaborados cenários prospectivos e simulações de mudanças de regras de programas e respectivos impactos na cobertura de beneficiários e no orçamento. A SAGI tem trabalhado sob essa perspectiva para apoiar a discussão a respeito do redesenho do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

A área de formação atua na capacitação de agentes sociais nas três esferas de governo. A SAGI ampliou seu leque de cursos ofertados em 2016. Reconhecendo a expertise da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC), foi realizada uma integração da equipe técnica da SAGI com a da SENARC em novembro de 2016. Com isso, esta Secretaria passou a ser responsável pela capacitação de entrevistadores do Cadastro Único e gestores do Programa Bolsa Família. O Programa CapacitaSUAS está sendo aprimorado, e outras secretarias do MDSA têm buscado apoio do Departamento de Formação e Disseminação para oferta de cursos presenciais e na modalidade de Ensino a Distância. Os estudos e pesquisas da SAGI, assim como o material didático das capacitações, são publicados em diferentes formatos: Cadernos de Estudos, manuais, apostilas e publicações eletrônicas.

A cada ano, o Portal da SAGI tem sido acessado por mais usuários em busca de dados, pesquisas, indicadores, cursos em EaD, publicações e relatórios gerenciais de programas sociais. Apenas a ferramenta CECAD – Consulta, Seleção e Extração de Informações do Cadastro Único contabiliza em média cinco milhões de consultas por mês, sendo utilizada por todos os estados e municípios, além de 366 outras instituições tais como INSS, Anatel, companhias de energia elétrica, INCRA e Ministério Público. No total, o *Google Analytics* contabilizou 576.167 usuários das ferramentas da SAGI em 2016. O Portal da SAGI já foi visitado por pessoas de 105 países diferentes. Os Estados Unidos são os campeões de acessos fora do Brasil. A SAGI está buscando entender o uso e o impacto das informações disponibilizadas para os usuários no exterior.

A transparência dos dados, a ética da informação, o foco em resultados e a excelência técnica são os principais valores que a SAGI tem perseguido na gestão iniciada em julho de 2016. Fortalecer a equipe técnica com cursos e novos modelos de trabalho, apresentar metodologias inovadoras e trazer para o debate instituições nacionais e internacionais são algumas formas de gerar resultados cada vez mais robustos para subsidiar as políticas sociais brasileiras. Ao final desta gestão, espera-se que a SAGI torne-se um centro de excelência no apoio à execução e ao desenho de políticas de desenvolvimento social, em todo o território nacional.

Vinícius de Oliveira Botelho

Secretário de Avaliação e Gestão da Informação

|

1. VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

Este Relatório apresenta os atos de gestão praticados pela SAGI, em 2016, as mais importantes atividades e seus resultados, seguindo os ditames da Decisão Normativa (DN) – TCU nº 154, de 19/10/2016, e, nº 156, de 19/10/2016, e organização segundo a estrutura do sistema *e-Contas*, do site do Tribunal de Contas da União (TCU).

Quadro 1 – Identificação da SAGI – Relatório de Gestão

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação ou Supervisão: Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário		Código SIORG: 001945	
Identificação da Unidade Prestadora de Contas (UPC)			
Denominação completa: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação			
Denominação abreviada: SAGI			
Código SIORG: 77811	Código na LOA: -	Código SIAFI: 550010	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público		CNPJ: 05.526.783/00001-65	
Principal Atividade: Administração Pública em Geral		Código CNAE: 8411-6	
Telefones/Fax de contato:	(061) 2030-1501	(061) 2030-1512	
Endereço eletrônico: vinicius.botelho@mds.gov.br			
Página da Internet: http://www.mds.gov.br/sagi/			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco “A”, 3º Andar, Sala 307, CEP – 70.046-906 – Brasília (DF)			

Fonte: Assessoria/Gabin/SAGI

1.1. Finalidade e Competências

A Unidade Prestadora de Contas SAGI é um órgão do MDSA com caráter transversal, que subsidia as demais secretarias do Ministério com atividades de gestão da informação, monitoramento, avaliação e capacitação. Os produtos da SAGI permitem conhecer de forma aprofundada o público-alvo das políticas sociais do MDSA, a lógica de intervenção dos programas, os problemas e as melhores práticas de implementação, assim como seus resultados e impactos.

No âmbito federal, a SAGI atua na identificação, mensuração e interpretação de informações dos programas do MDSA. Nos estados, municípios e outras esferas acadêmicas e de controle social, as atividades da SAGI visam fortalecer a transparência da gestão e o intercâmbio de informações.

No cumprimento de suas competências, a SAGI produz pesquisas de avaliação e estudos técnicos específicos; elabora e disponibiliza ferramentas informacionais voltadas para a organização de dados na internet; desenvolve painéis de indicadores de monitoramento para apoiar a tomada de decisão e o aperfeiçoamento dos programas. Nas atividades de formação e capacitação, os cursos ministrados são de curta e média duração, presenciais e a distância, e buscam aumentar a capacidade gerencial dos gestores sociais. No desenvolvimento de suas atividades, a SAGI utiliza informações de diferentes naturezas – dados quantitativos, textos estruturados e semiestruturados, mapas e imagens de satélite – provenientes de fontes internas e externas ao MDSA. Para difusão do conhecimento produzido são elaborados diferentes formatos de publicações: volumes da série *Cadernos de Estudos – Desenvolvimento Social em Debate*; relatórios de pesquisa; publicações eletrônicas; manuais e apostilas didáticas, entre outros.

Atualmente, as atribuições institucionais da SAGI estão previstas no Art. 29 do Decreto nº 8.949, de 29 de dezembro de 2016. Todavia, durante o exercício de 2016 as atribuições institucionais estavam amparadas pelo Art. 26 do Decreto n.º 7.493, de 02 de junho de 2011, e pelo Regimento Interno – Anexo VII da Portaria nº 120, de 12 de junho de 2012, sendo a SAGI composta pelo Gabinete e por quatro departamentos, a saber: Departamento de Avaliação (DA), Departamento de Monitoramento (DM), Departamento de Gestão da Informação (DGI) e Departamento de Formação e Disseminação (DFD), que possuem missões e atividades distintas, porém inter-relacionadas.

São competências do Gabinete e dos Departamentos que compõem a estrutura regimental da SAGI, as quais não sofreram alterações no decorrer de 2016:

Gabinete

O Gabinete presta assistência ao Secretário no exercício de suas atribuições, nas atividades de representação política, social e administrativa, oferece assessoramento técnico especializado, gere os recursos orçamentários e financeiros, exerce a interlocução com órgãos de controle interno e externo e instâncias judiciais, assessora nas cooperações multilaterais, nacionais e internacionais, e na gestão dos acordos de empréstimos com os organismos internacionais, bem como colabora na organização de grupos de trabalho, seminários, palestras e debates. Importante ressaltar a incessante busca de sinergia com os departamentos, de forma a apoiá-los em suas atividades e mantê-los atualizados sobre o Planejamento Estratégico e seus ajustes, seguindo sempre as diretrizes traçadas.

Departamento de Avaliação

O Departamento de Avaliação (DA) é responsável por executar as atividades de avaliação da Secretaria – desde a etapa de definição da demanda, planejamento e desenvolvimento de estudos, até a validação e disseminação dos resultados. Esse trabalho vem sendo aprimorado ao longo do tempo, com a contratação de instituições para realização de pesquisas, por meio de licitações públicas, e também com o desenvolvimento de estudos avaliativos pela própria equipe técnica. Esses instrumentos permitem a elaboração de diagnósticos aprofundados acerca dos públicos-alvo das políticas, insumos para desenho e redesenho de programas, e conhecimento geral sobre as ações governamentais. Em parceria com as secretarias finalísticas, o departamento levanta e compila evidências empíricas e/ou documentais sobre os públicos-alvo atendidos, as dificuldades de implementação dos programas, os resultados específicos e impactos das ações. Além disso, o DA promove periodicamente seminários e debates abertos ao público.

Em função da complexidade e natureza multideterminada da realidade social, os estudos de avaliação realizados pelo DA fomentam o diálogo interdisciplinar e a aplicação integrada dos mais diversos métodos e técnicas, desde a etnografia aos desenhos quase experimentais, passando pela realização de *surveys* com amostra probabilística, grupos focais e entrevistas semiestruturadas, com foco na produção de dados primários que auxiliem a compreensão das políticas federais de desenvolvimento social.

Adicionalmente, o departamento levanta subsídios para a melhoria do desenho das políticas e de sua sustentabilidade, utilizando a avaliação de impacto para responder à questão de qual o efeito do programa social sobre seus beneficiários. Nesse sentido, busca-se obter evidências sobre a efetividade das políticas desenvolvidas no âmbito do MDSA.

Tendo como princípio básico a confiabilidade da avaliação, as pesquisas e estudos são realizados por meio de uma variedade de arranjos operacionais: licitações públicas para a contratação de empresas de pesquisa e de consultorias individuais; termos de execução descentralizada com instituições públicas de pesquisa; desenvolvimento de estudos pela própria equipe técnica do departamento. Esta combinação de estratégias busca garantir pluralidade, independência e imparcialidade no processo avaliativo, além de possibilitar a realização de um maior número de avaliações sobre os mais diversos programas do Ministério.

Departamento de Monitoramento

Criado em 2010, o Departamento de Monitoramento (DM), desenvolve atividades de organização e sistematização de informações na forma de indicadores e estudos técnicos para acompanhamento gerencial e analítico das políticas e programas do MDSA. Nesse sentido, o Departamento desenvolve metodologias, indicadores e outros instrumentos de monitoramento de planos, políticas, programas, projetos, serviços e ações do Ministério, subsidia o dimensionamento de populações elegíveis a programas sociais, além de prestar apoio técnico às demais áreas do MDSA sempre que demandado. As atividades envolvem o mapeamento de processos e fluxos, desenho de cenários prospectivos, organização de painéis de monitoramento de programas, análise de dados e simulações sobre consequências de mudanças de regras em programas do MDSA.

Em todos os processos de trabalho a construção de indicadores é uma atividade recorrente, utilizada para elaboração de diagnósticos atualizados e monitoramento das políticas, bem como para fornecer informações de contexto social, demográfico e econômico de municípios e estados. Dados acerca da estrutura de gestão de programas, do dimensionamento e

características dos públicos-alvo das políticas, dos insumos, entregas e resultados dos programas são produzidos e disponibilizados para acesso de técnicos, gestores e população em geral.

O DM supre ainda a necessidade de macromonitoramento e transparência das políticas por meio de plataformas informacionais. Integrados a essas plataformas há outros instrumentos de monitoramento, em processo contínuo de atualização. Desenvolvido pelo DM, o Painel de Indicadores de Acompanhamento da Conjuntura e Programas Sociais apresenta uma síntese dos esforços do MDSA no financiamento de seus programas, detalhando as entregas, benefícios concedidos, serviços prestados e resultados das políticas.

Departamento de Gestão da Informação

O Departamento de Gestão da Informação (DGI) atua na identificação das necessidades e problemas de informação no nível estratégico e gerencial, dando suporte aos programas sociais, propondo e desenvolvendo soluções para auxiliar a gestão dos programas e a tomada de decisão. O DGI organiza e administra bases de dados dos programas e ações do MDSA e desenvolve ferramentas informacionais para apoiar as atividades de monitoramento e avaliação. Além disso, realiza análise de dados e cálculos de indicadores, no âmbito dos programas e ações do Ministério.

Cabe destacar o esforço dispendido em 2016 pelo DGI na estruturação e disponibilização de Painéis de Monitoramento e Avaliação dos programas sob responsabilidade do MDSA, utilizando tecnologias em software livre para atender às demandas sem onerar os custos. Destaca-se a participação do departamento em Grupos de Trabalho (GT) criados para aprimorar as interfaces entre os bancos de dados responsáveis pelas informações dos programas e ações do MDSA, bem como para qualificar os registros administrativos, notadamente no GT para o aprimoramento dos dados do PBF.

Em 2016 as ferramentas disponíveis no portal SAGI tiveram mais de 5,2 milhões de visualizações mensais, com destaque para CECAD, CensoSUAS, MOPS, MI Social, RI Social, Data Social e Tab Social. Mais de cem países acessam o Portal em busca de dados produzidos pela SAGI. Os cinco países que mais acessam o CECAD (com exceção do Brasil): Estados Unidos, Reino Unido, Rússia, Índia e Israel. A Figura 1 ilustra os acessos pelo mundo ao Portal.

Figura 1 – Acessos ao Portal da SAGI



Fonte: SAGI/MDSA

Departamento de Formação e Disseminação

As atividades de formação, capacitação e disseminação, a cargo do Departamento de Formação e Disseminação (DFD), são elementos estratégicos para a melhoria da qualidade das políticas e programas implementados pelo MDSA e para a estruturação de Sistemas de Avaliação e Monitoramento, uma vez que potencializam o uso de ferramentas informacionais, de indicadores de monitoramento e dos resultados das pesquisas de avaliação no aprimoramento dessas políticas e programas. No desenho e na execução dessas atividades são utilizados diferentes estratégias, metodologias e recursos tecnológicos, além de formatos diversificados e linguagem adequada à necessidade de cada grupo de interesse.

O DFD planeja e desenvolve, em parceria com as demais secretarias, projetos e programas de capacitação e formação, nas modalidades presencial e a distância, para diferentes públicos, em diversas temáticas do MDSA. Planeja e desenvolve ainda ações de disseminação dos resultados e metodologias de avaliação e monitoramento das políticas públicas no âmbito do Ministério. As ações formativas buscam atender às necessidades específicas de desenvolvimento de capacidades técnicas que contribuam para o aprimoramento da gestão e do controle social dos programas, ações e serviços. Em consonância com os princípios de uma formação integral e continuada, as iniciativas de formação implementadas agregam a preocupação com o desenvolvimento e fortalecimento de atitudes focadas no atendimento humanizado aos beneficiários dos programas e políticas.

As parcerias estabelecidas para a elaboração de programas e projetos de formação continuada têm por objetivo prestar assessoria, desde o planejamento até a execução das capacitações, passando fundamentalmente pela definição de conteúdo, metodologia, modalidade de oferta e tratamento didático-pedagógico dos materiais instrucionais. As ações visam capacitar e qualificar a atuação dos agentes operadores das políticas do MDSA, responsáveis diretos pelo atendimento prestado ao cidadão.

Com a Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) vale destacar a parceria no desenvolvimento e operacionalização do Programa Nacional de Capacitação do SUAS (CapacitaSUAS), que é executado por meio de articulação entre governos estaduais e distrital, e Instituições de Ensino Superior devidamente credenciadas à Rede Nacional de Educação Permanente do SUAS, e tem por

objetivo principal apoiar os estados e o Distrito Federal na execução dos seus Planos Estaduais de Capacitação do SUAS, buscando atender às demandas das agendas prioritárias, contribuindo para sua institucionalização no contexto da assistência social.

A SAGI ampliou seu leque de cursos ofertados em 2016. Reconhecendo a expertise da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC), foi realizada uma integração da equipe técnica da SAGI com a da SENARC em novembro de 2016. Com isso, a SAGI passou a ser responsável pela capacitação de entrevistadores do Cadastro Único e gestores do Programa Bolsa Família. Outras secretarias do MDSA têm buscado apoio do DFD para oferta de cursos presenciais e na modalidade de Ensino a Distância, como a Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN) e a Secretaria de Inclusão Social e Produtiva (SISP). Os estudos e pesquisas da SAGI, assim como o material didático das capacitações, são produzidos pelo departamento em diferentes formatos: Cadernos de Estudos, manuais, apostilas e publicações eletrônicas.

1.2. Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade

Quadro 2 – Normas e regulamentos da SAGI – Relatório de Gestão

Normas relacionadas à SAGI
Normas de criação e alteração da UPC
LEI Nº 13.341, de 29 de Setembro de 2016 (DOU 30.09.2016): Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências;
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da UPC
DECRETO Nº 5.074, de 13 de Maio de 2004 (DOU 12.05.2004, republicado DOU 14.05.2004): Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e dá outras providências;
DECRETO Nº 5.550, de 22 de Setembro de 2005 (Revoga o Dec. 5.074/2004) (DOU 23.09.2005): Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e dá outras providências;
DECRETO Nº 7.079, de 26 de Janeiro de 2010 (Revoga o Dec. 5.550/2005) (DOU 27.01.2010): Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e dá outras providências;
DECRETO Nº 7.334, de 19 de outubro de 2010 (DOU 20/10/2010): Institui o Censo do Sistema Único de Assistência Social – Censo SUAS, e dá outras providências. “Art. 4º O Censo SUAS será operacionalizado pela Secretaria Nacional de Assistência Social, conjuntamente com a Secretaria de Avaliação e Gestão de Informação por meio de sistema eletrônico de informações.”
DECRETO Nº 7.492, de 02 de Junho de 2011 (DOU 03.06.2011): Institui o Plano Brasil sem Miséria;
DECRETO Nº 7.493, de 02 de Junho de 2011 (Revoga o Dec. 7.079/2010) (DOU 03.06.2011): Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e dá outras providências;
PORTARIA MDSA Nº 416, de 12 de agosto de 2005 (DOU 15.08.2005): Aprovar o Regimento Interno do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
PORTARIA MDSA Nº 330, de 11 de outubro de 2006 (Revoga a Port. 416/2005) (DOU 13.10.2006): Aprovar o Regimento Interno do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
PORTARIA MDSA Nº 120, de 12 de junho de 2012 (Revoga a Port. 330/2006) (DOU 16.07.2012): Aprovar o Regimento Interno do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome na forma dos anexos a esta Portaria.

Normas relacionadas à SAGI

PORTARIA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA Nº 600, de 12 de maio 2016: Exoneração de PAULO DE MARTINO JANNUZZI do cargo de Secretário de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

PORTARIA MDSA Nº 49, de 10 de fevereiro 2011: Designando PAULA MONTAGNER para o encargo de substituta eventual do Secretário de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

PORTARIA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA Nº 1.497, de 18 de julho 2016: Nomeação de VINÍCIUS DE OLIVEIRA BOTELHO para o cargo de Secretário de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

DECRETO Nº8949, de 29 de dezembro de 2016: Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, remaneja cargos em comissão e funções gratificadas e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.

Manuais e publicações relacionadas às atividades da SAGI

Folder: Avaliação, Monitoramento, Formação e Gestão da Informação – publicado em 2012 – divulgado em <http://www.mds.gov.br/gestaodainformacao>

Livro: SAGI – Informação e Conhecimento para políticas de desenvolvimento Social – publicado em 2015 – divulgado em <http://www.mds.gov.br/sagi>

Caderno de Estudos: Desenvolvimento Social Em Debate nº 25, 26 e 27 – publicação digital em 2016 no endereço <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/caderno%20-%2025.pdf>

Livro: SAGI – Informação e Conhecimento para políticas de desenvolvimento Social – publicado em 2016 – divulgado no link: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/LIVRO_SAGI_BAIXA_FINAL.pdf

1.3. Ambiente de atuação

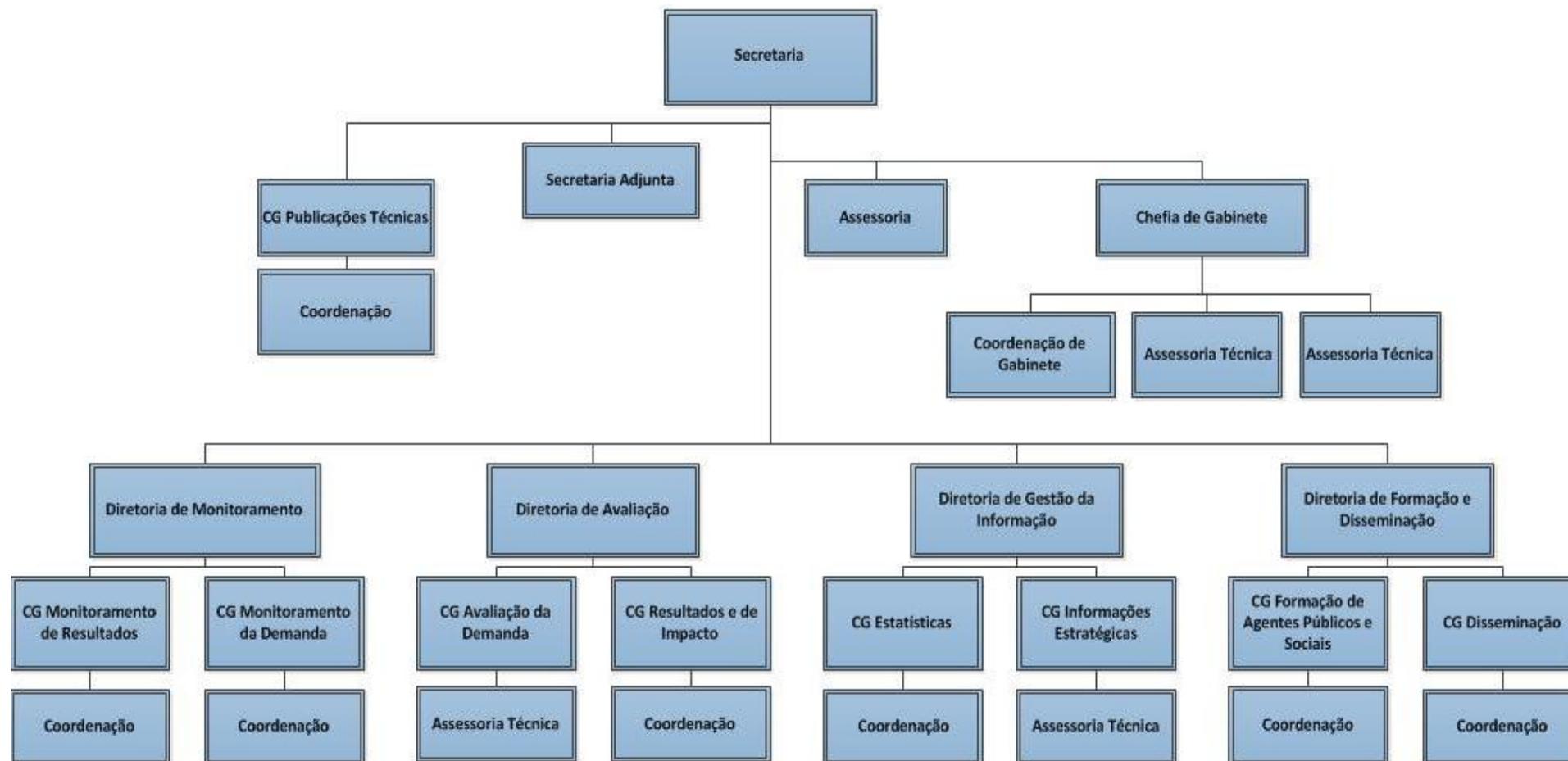
Cabe registrar que o ambiente de atuação da SAGI foi impactado em 2016 pela volatilidade da conjuntura econômica, instabilidade política, restrições orçamentárias e operacionais. Esse contexto produziu uma paralisia nas atividades da Secretaria, que foi superada ao longo do 2º semestre.

A SAGI é um órgão do MDSA que subsidia gestores de políticas sociais das três esferas de governo com ferramentas informacionais, pesquisas, indicadores de monitoramento e cursos de capacitação. O conhecimento produzido pela Secretaria é disseminado por meio de publicações impressas e em formato digital. As secretarias finalísticas do MDSA utilizam produtos da SAGI para planejamento, desenho, monitoramento, gestão, avaliação e aprimoramento das políticas sociais.

A SAGI conta atualmente com uma ampla capacidade de prospecção de novas soluções tecnológicas e metodológicas. A equipe técnica multidisciplinar, combinada à capacidade de fazer parcerias com as outras secretarias do MDSA, permite que a SAGI faça entregas customizadas, adequadas às necessidades específicas de cada programa, ação ou serviço do MDSA.

Com a crescente demanda da sociedade por profissionalização do serviço público, a SAGI é uma secretaria em processo de amadurecimento, que busca desenvolver um portfólio de entregas cada vez mais relevantes para o aperfeiçoamento das políticas sociais.

1.4. Organograma Funcional¹



Fonte: Gabin/SAGI/MDSA

¹ Vigente até 29/12/2016

1.4.1. Subunidades estratégicas e seus responsáveis

Quadro 3 - Informações sobre subunidades estratégicas

Gabinete da Secretaria

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de Atuação Titular
Coordenação Geral de Publicações Técnicas	<ul style="list-style-type: none"> - Elaborar e disponibilizar publicações para disseminação dos resultados de trabalhos realizados pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (capacitações, avaliação e monitoramento); - Disponibilizar, produzir e distribuir conteúdos em formato impresso e digital acerca das políticas e programas desenvolvidos pelo MDSA para os servidores das três esferas de governo e cidadãos. 	Katia Rovana Ozorio	Coordenador-Geral	04/02/2013 a 14/12/2016
		Gustavo André Barcellar Tavares de Sousa	Coordenador-Geral	14/12/2016 a 31/12/2016

Departamento de Monitoramento – DM

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular ²	Cargo	Período de Atuação Titular
Departamento de Monitoramento	<ul style="list-style-type: none"> - Produção de dados, indicadores e painéis de monitoramento; - Apoio técnico aos órgãos internos do MDSA e eventualmente a órgãos externos; - Desenvolvimento e disponibilização de ferramentas/aplicativos de monitoramento analítico e de conjuntura; - Gestão de pessoas relativas ao Departamento de Monitoramento; - Acompanhamento dos processos de gestão relativos ao DM/SAGI/MDSA. 	Marconi Fernandes Sousa	Diretor de Monitoramento	11/01/2013 a 27/09/2016
		Fabio Monteiro Vaz	Diretor de Monitoramento	27/09/2016 a 31/12/2016

² O período de atuação considera o exercício financeiro ao qual se refere a Prestação de Contas Anual.

Coordenação-Geral de Monitoramento de Demanda	<ul style="list-style-type: none"> - Aprimoramento na produção de boletins e indicadores; - Gestão de conteúdos nos bancos de indicadores; - Produção de publicações técnicas; - Apoio técnico na disseminação do conhecimento e parcerias. 	Julio Cesár Gomes Fonseca	Coordenador-Geral	09/09/2014 a 14/12/2016
		Izabela Mendes Hatadani	Coordenador-Geral	14/12/2016 a 31/12/2016
Coordenação-Geral de Monitoramento de Resultados	<ul style="list-style-type: none"> - Papel e responsabilidade administrativa e orçamentária; - Gestão de bancos de indicadores; - Gestão de conteúdos nas ferramentas/aplicativos de monitoramento; - Produção de publicações técnicas; - Apoio técnico na disseminação do conhecimento e parcerias. 	Dionara Borges Andreani Barbosa	Coordenador-Geral	23/04/2013 a 08/09/2016
		Marconi Fernandes Sousa	Coordenador-Geral	27/09/2016 a 31/12/2016

Departamento de Avaliação – DA

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de Atuação Titular
Departamento de Avaliação	<ul style="list-style-type: none"> - Apoio na avaliação de programas, benefícios, projetos, serviços e ações desenvolvidas pelas secretarias finalísticas do MDSA; - Desenvolver pesquisas avaliativas e/ou monitoramento de políticas desenvolvidas pelo MDSA para orientar a gestão de programas, benefícios, serviços e ações do Ministério; - Gestão de pessoas relativas ao Departamento de Avaliação; - Acompanhamento dos processos de gestão relativos à SAGI. 	Alexandro Rodrigues Pinto	Diretor de Avaliação	27/06/2014 a 24/08/2016
		Vitor Azevedo Pereira	Diretor de Avaliação	24/08/2016 a 31/12/2016
Coordenação-Geral de Avaliação de Demanda	<ul style="list-style-type: none"> - Acompanhamento dos resultados e cumprimento dos objetivos propostos para programas, projetos, serviços e ações relativos ao Departamento de Avaliação; - Desenvolver, apoiar e acompanhar a avaliação de programas, benefícios, projetos, serviços e ações desempenhadas pelo Departamento de Avaliação; - Gestão de pessoas relativas à Coordenação Geral; - Acompanhamento dos processos de gestão relativos ao DA/SAGI/MDSA. 	Luciana Monteiro Vasconcelos Sardinha	Coordenadora-Geral	21/07/2014 a 31/12/2016
Coordenação-Geral de Resultados e de Impacto	<ul style="list-style-type: none"> - Acompanhamento dos resultados e cumprimento dos objetivos propostos para programas, projetos, serviços e ações relativos ao Departamento de Avaliação; - Desenvolver, apoiar e acompanhar a avaliação de programas, benefícios, projetos, serviços e ações desempenhadas pelo Departamento de Avaliação do MDSA; - Gestão de pessoas relativas à Coordenação Geral de Resultados de Impacto; - Acompanhamento dos processos de gestão relativos ao DA/SAGI/MDSA 	Marco Antonio Carvalho Natalino	Coordenador-Geral	06/05/2013 a 19/05/2016
		Rafael Pontuschka	Coordenador-Geral	08/09/2016 a 31/12/2016

Departamento de Gestão da Informação - DGI

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Departamento de Gestão da Informação	<ul style="list-style-type: none"> - Gestão de problemas de informação em nível gerencial estratégico e propor soluções sistêmicas para auxílio da gestão dos programas do MDSA e da tomada de decisão; - Apoio à coleta de dados junto a outras secretarias finalísticas do MDSA; - Apoio ao gerenciamento de recursos tecnológicos do DGI junto ao Departamento de Tecnologia da Informação; - Gestão de pessoas relativas ao Departamento de Gestão da Informação; - Acompanhamento dos processos de gestão relativos à SAGI/MDSA. 	Caio Nakashima	Diretor de Gestão da Informação	01/09/2009 a 31/12/2016
Coordenação-geral de Estatística	<ul style="list-style-type: none"> - Coletar, organizar, analisar e divulgar dados e informações estatísticas; - Estruturar bases de dados para fins de avaliação, monitoramento e gestão da informação. 	Carlos Henrique de Araújo Santana	Coordenador-geral	05/02/2014 a 31/12/2016
Coordenação-geral de Informações Estratégicas	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver, avaliar, selecionar e homologar ferramentas e sistemas computacionais que apoiem os processos da Secretaria; - Apoio técnico para instalação e configuração de servidores de aplicação e banco de dados; - Monitorar e avaliar desempenho dos servidores de aplicação e banco de dados. 	Davi Lopes Carvalho	Coordenador-geral	29/10/2012 a 31/12/2016

Departamento de Formação e Disseminação - DFD

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Departamento de Formação e Disseminação	- Apoiar na articulação e na captação das demandas relativas às atividades de capacitação, disseminação e publicação para os públicos prioritários das políticas de desenvolvimento social;	Patricia Augusta Ferreira Vilas Boas	Diretora de Formação e Disseminação	30/08/2012 a 26/08/2016
	-Desenvolver programas de formação e capacitação; -Desenvolver publicações técnicas para o MDSA; - Realizar a Gestão da equipe do Departamento de Formação e Disseminação; - Acompanhar os processos de gestão relativos à SAGI/MDSA.	Renata Machado Amorim de Abreu	Diretora de Formação e Disseminação	09/11/2016 a 31/12/2016
Coordenação Geral de Formação de Agentes Públicos e Sociais	- Articular e viabilizar capacitações para os públicos prioritários das políticas de desenvolvimento social;	Marcilio Marquesini Ferrari	Coordenador-Geral	25/03/2014 a 31/08/2016
	- Promover, em parceria com outras instituições, programas de capacitação e aperfeiçoamento para servidores federais, técnicos e gestores estaduais e municipais que atuam com a política de assistência social;	Maria Cristina Abreu Martins de Lima	Coordenador-Geral	31/08/2016 a 13/12/2016
	- Capacitar servidores federais, estaduais e municipais nas ferramentas informacionais da SAGI por meio de cursos em Educação à Distância (EAD).	Maria Helena Kittel Werlang	Coordenador-Geral	20/12/2016 a 31/12/2016

Coordenação Geral de Disseminação	- Desenvolver material didático para as ações de capacitação, no âmbito do SUAS, da SAGI e outros;	Maria Cristina Abreu Martins de Lima	Coordenador-Geral	18/08/2015 a 31/08/2016
	- Ofertar cursos de formação presencial e/ou à distância para gestores públicos internos e externos.	Ellen Patrícia Oliveira Martins	Coordenador-Geral	03/10/2016 a 31/12/2016

1.5. Macroprocessos finalísticos

Quadro 4 - Macroprocessos Finalísticos da SAGI por Departamento

Departamento de Gestão da Informação

Macroprocesso	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Coleta e Tratamento de levantamentos primários de informação	Coleta, tratamento e sistematização das informações sociais relevantes	<ul style="list-style-type: none"> - Extração, transformação e carga da Matriz de Informações Sociais; - Criação, organização e manutenção dos metadados da MI Social; - Criação e Disponibilização de Relatórios de Informações Sociais com dados e indicadores dos programas e ações do MDSA e outras fontes de dados; - Criação e manutenção do mapa de localização de equipamentos de Prestação de Serviços Públicos. 	<ul style="list-style-type: none"> Órgãos internos do MDSA Outros órgãos intersetoriais relativos a políticas sociais Público interno do MDSA e externo Cidadãos Estudantes Conselheiros Municipais e Estaduais Secretários Municipais e Estaduais 	Coordenação-Geral de Estatística
Desenvolvimento de sistemas integradores de dados e sistemas especialistas	Identificação de necessidades e análises de informações no nível estratégico e gerencial através do desenvolvimento de painéis gerenciais e sistemas especialistas	<ul style="list-style-type: none"> - Aprimoramento do SIMA, sistema de onde podem ser extraídos relatórios sobre o andamento dos cursos do CapacitaSUAS; - Aprimoramento no Editor MDSA em Mapas; - Aprimoramento do aplicativo OUVIC, integração com a base de demandas do Sistema SGD da Ouvidoria; - Realização do Censo SUAS 2014, que contém informações sobre: CRAS, CREAS, Centro POP, Unidades de Acolhimento Estadual, Unidades de Acolhimento Municipal, Gestão Estadual, Gestão Municipal e Conselhos; - Realização do Mapeamento SAN 2014, que contém informações sobre os equipamentos públicos de Segurança Alimentar e Nutricional; - Aprimoramentos na plataforma de Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico – CECAD, trazendo ganhos de performance e segurança. 	<ul style="list-style-type: none"> Gestores Municipais e Estaduais Público interno do MDSA 	Coordenação-Geral de Informação Estratégica

Gestão da Informação e Ferramentas para disponibilização pública	<p>Desenvolvimento de portais, ferramentas com relatórios e boletins de informações a nível municipal. Gestão dos dados e disponibilização dos dados para outros portais governamentais e portais de dados abertos</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento de relatórios, levantamentos, aplicativos e ferramentas informacionais para uso do MDSA e Secretarias nos estados e municípios; - Aprimoramento da acessibilidade de ferramentas, dados, estudos e relatórios da SAGI para os usuários; - Desenvolvimento de aplicativos para acesso de dados via dispositivos móveis, como aparelhos de celulares e <i>tablets</i>; - Disponibilização de dados espaciais no Visualizador da INDE; - Criação dos boletins de informações para a SESEP, SNAS e SENARC; 	<p>Público Interno do MDSA e externo</p> <p>Cidadãos</p> <p>Pesquisadores</p> <p>Gestores Municipais e Estaduais</p> <p>Estudantes</p>	<p>Coordenação-Geral de Informação Estratégica</p> <p>Coordenação-Geral de Estatística</p>
	<p>Prospecção de soluções que auxiliem a extração de conhecimento por meio da descoberta e compreensão de dados disponibilizados em diversos formatos</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Disponibilização de microdados de pesquisas realizadas, no site do ministério (inserção DA) - Prospecção de novas tecnologias; - Utilização de solução de código aberto, onde o conhecimento do uso da tecnologia passa a ser o principal investimento. 	<p>Todos os usuários das ferramentas desenvolvidas</p>	<p>Todos os membros do DGI</p>
Suporte e sustentação da plataforma de TI e Rede	<p>Desenvolvimento e manutenção de sistemas Gerenciais usados pela SAGI/MDSA para suporte e disponibilização de dados no portal da SAGI e outras ferramentas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento e Manutenção do Gerenciador de Conteúdos, usado para publicação dos links, textos e ferramentas no portal de ferramentas Informacionais da SAGI; - Definição da Identidade visual do Portal e das ferramentas Informacionais, atuando na criação de imagens, ícones, layout padrão e na customização do conteúdo digital; - Migração dos Sistemas/Bancos de Dados administrados pelo departamento para a infraestrutura contratada pelo MDSA, disponibilizada pelo SERPRO; - Suporte técnico, configuração e manutenção dos servidores do departamento. 	<p>Público interno do MDSA</p>	<p>Coordenação-Geral de Estatística</p> <p>Coordenação-Geral de Informação Estratégica</p>

Departamento de Monitoramento

Macroprocesso	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Produção de dados, indicadores e painéis de monitoramento	Construção de indicadores a partir de mais de 30 fontes de dados e pesquisas, do IBGE e várias outras instituições. Os painéis têm o intuito de captar e dimensionar os esforços realizados pelo Ministério e os efeitos alcançados por suas ações em diferentes domínios das políticas sociais e grupos populacionais.	<ul style="list-style-type: none"> - Disponibilização de indicadores - Painéis de monitoramento 	Público interno do MDSA e externo	<p>Coordenação-Geral de Demanda</p> <p>Coordenação-Geral de Resultados</p>
Ferramentas/ Aplicativos de monitoramento	Portal web desenvolvido para apresentar de forma organizada e ampla o panorama social, perfil econômico e a estrutura demográfica dos municípios e estados brasileiros, bem como as características dos públicos-alvo das políticas e programas do MDSA.	<ul style="list-style-type: none"> - MONIB - DataSocial 	Público interno ao MDSA e externo	<p>Coordenação-Geral de Demanda</p> <p>Coordenação-Geral de Resultados</p>
Apoio técnico	Apoio dado às secretarias finalísticas do MDSA, bem como órgãos externos, que compreendem desde cursos de capacitação em construção de indicadores a compartilhamento dos códigos fontes das ferramentas de monitoramento.	<ul style="list-style-type: none"> - Notas técnicas - Pareceres - Bases de dados 	Órgãos internos do MDSA e externos	<p>Coordenação-Geral de Demanda</p> <p>Coordenação-Geral de Resultados</p>

Departamento de Avaliação

Macroprocesso	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Acompanhamento das pesquisas	<ul style="list-style-type: none"> - Acompanhamento e avaliação dos produtos acordados entre pessoas jurídicas ou físicas e a SAGI na realização da pesquisa; - Análise dos dados e publicações com resultados obtidos nas pesquisas avaliativas contratadas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração de avaliações qualitativas de ações e programas; - Acompanhamento da realização de pesquisas avaliativas, inclusive construção dos questionários; - Análises de dados de pesquisas quantitativas; - Acompanhamento dos produtos advindos dos insumos e/ou resultados das pesquisas avaliativas. 	MDSA	<ul style="list-style-type: none"> Coordenação-Geral de Avaliação de Demanda Coordenação-Geral de Resultados e de impacto
Acompanhamento de Comitês e Grupos de trabalho de políticas sociais	<ul style="list-style-type: none"> - Discussão e apontamento de soluções de assuntos relativos a políticas sociais que sejam temas de abrangência do MDSA. 	<ul style="list-style-type: none"> - Participação em fóruns de debates; - Reuniões de discussão do Comitê de Gênero; - Elaboração de pesquisas com recomendações para as políticas do MDSA. 	<ul style="list-style-type: none"> MDSA Outros órgãos intersetoriais de políticas sociais 	<ul style="list-style-type: none"> Coordenação-Geral de Avaliação de Demanda Coordenação-Geral de Resultados e de impacto
Realização de trabalhos de gestão de responsabilidade do Departamento de Avaliação	<ul style="list-style-type: none"> - Gerenciamento de pessoal; - Gerenciamento orçamentário; e - Acompanhamento de processos de trabalho que viabilizam a realização de pesquisas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Atividades diversas de gestão do Departamento 	MDSA	<ul style="list-style-type: none"> Coordenação-Geral de Avaliação de Demanda Coordenação-Geral de Resultados e de impacto
Produção de material de disseminação das pesquisas	<ul style="list-style-type: none"> - Produção de relatórios com os resultados das pesquisas; - Produção de estudos 	<ul style="list-style-type: none"> - Publicações para disseminação de resultados de pesquisas realizadas em parceria com IBGE; - Elaboração de pesquisas; - Análise de dados da MUNIC 2013; - Análise de dados da PNAD 2013 	<ul style="list-style-type: none"> MDSA Público externo 	<ul style="list-style-type: none"> Coordenação-Geral de Avaliação de Demanda Coordenação-Geral de Resultados e de Impacto

Departamento de Formação e Disseminação

Macroprocesso	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
CapacitaSAGI	Iniciativa que objetiva disseminar conhecimentos e desenvolver novas competências convergentes com os desafios e a missão institucional do MDSA para promoção da formação continuada dos servidores.	- Capacitação de 201 servidores do MDSA por meio do Programa de Aperfeiçoamento em Gestão de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP); - Certificação de de 1.407 pessoas no curso de Introdução ao Exercício do Controle Social do SUAS, em parceria com o CEGOV, na modalidade EAD .	Servidores do MDSA Servidores federais, estaduais e municipais que atuam com as Políticas de Desenvolvimento Social	Coordenação-Geral de Formação Coordenação-Geral de Disseminação
CapacitaSUAS	Programa que objetiva promover capacitação em políticas de desenvolvimento social para agentes das três esferas de governo, desenvolvido em parceria com a Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS).	- Capacitação de 12.045 trabalhadores do SUAS, no âmbito do Programa CapacitaSUAS; - Realização de 1 Oficina de Alinhamento de conteúdos do CapacitaSUAS com a participação de 107 pessoas vinculadas às instituições capacitadoras e técnicos estaduais no âmbito da execução do Programa.	Trabalhadores do SUAS Instituições de Ensino Superior vinculadas à Rede Nacional de Capacitação e Educação Permanente do SUAS (RENEP-SUAS)	Coordenação-Geral de Formação Coordenação-Geral de Disseminação Coordenação-Geral de Publicações Técnicas
Núcleo de Ensino a Distância (NEAD)	Iniciativa que visa expandir a oferta de capacitação e formação dos trabalhadores e demais agentes públicos sociais que atuam na concepção, planejamento, oferta, monitoramento, avaliação e controle social das ações, programas e políticas do MDSA, mediados pelo uso de tecnologias e por meio de modelos de aprendizagem mais abertos e flexíveis.	- Capacitação de 419 pessoas, dentre servidores federais, estaduais e municipais, na modalidade EAD, nos seguintes cursos: 1) Curso de Elaboração do Plano de Educação Permanente do SUAS; 2) Projeto Pedagógico do Programa CapacitaSUAS; 3) Indicadores para Diagnóstico dos Programas do SUAS e BSM .	Servidores federais, estaduais e municipais que atuam com as Políticas de Desenvolvimento Social	Coordenação-Geral de Formação Coordenação-Geral de Disseminação
World Without Poverty (WWP)	WWP é uma parceria do Banco Mundial com o MDSA, o Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC/PNUD) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). No MDSA, o órgão responsável pela articulação e gestão do WWP é a SAGI.	- Acompanhamento da Iniciativa Brasileira de Aprendizagem por um Mundo Sem Pobreza (<i>World Without Poverty</i> - WWP) em parceria com o Banco Mundial com o MDSA, o Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC/PNUD) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Contribuição na elaboração de conteúdos para programas gerenciados pelo Ministério, bem como para elaboração de algumas publicações, estudos de casos e vídeos disponibilizados na plataforma da iniciativa na internet (Programa de Aquisição de Alimentos, Inclusão produtiva urbana – Pronatec, e Inclusão produtiva rural –	Gestores e técnicos responsáveis por gestão de programas de desenvolvimento social, inclusão produtiva e superação da pobreza no Brasil e demais países Técnicos de organizações internacionais Comunidade acadêmica nacional e internacional Jornalistas especializados em temática social Sociedade em geral	Coordenação-Geral de Publicações Técnicas

		Programa Fomento).		
Gestão do Conhecimento	Gestão e disponibilização do conteúdo produzido pelo MDSA para a sociedade em geral.	<ul style="list-style-type: none"> - Gestão da Biblioteca do MDSA (catalogação, indexação, classificação, atendimento aos servidores e inserção das publicações em sua base de dados). Atualmente, há no acervo mais de 5 mil exemplares, na forma de livros, periódicos, relatórios e material multimídia; - Registro de suas publicações na Agência Nacional de ISBN, junto à Biblioteca Nacional; - Elaboração de fichas catalográficas e a revisão das referências bibliográficas das suas publicações e de outras secretarias do MDSA; - Manutenção do Acervo Digital, plataforma <i>on line</i> que disponibiliza para livre <i>download</i> as publicações produzidas pela SAGI e parceiros. 	<p>Servidores federais, estaduais e municipais que atuam em Políticas de Desenvolvimento Social</p> <p>Secretarias finalísticas do MDSA Sociedade em geral Estudantes Conselheiros Municipais e Estaduais Secretários Municipais e Estaduais</p>	Coordenação-Geral de Publicações Técnicas
Elaboração de Publicações	Desenvolvimento de publicações técnicas em diferentes linguagens, impressas e eletrônicas, que buscam atender as necessidades de informações dos diferentes públicos envolvidos nas políticas e programas do MDSA.	<ul style="list-style-type: none"> - Publicações: Livro SAGI: informação e conhecimento para políticas de desenvolvimento social (2.000 exemplares); - Cadernos de Estudos: Desenvolvimento Social Em Debate n° 25; n° 26; n° 27 (publicações digitais); - 6 Boletins de Informações da SAGI e 18 Estudos Técnicos da SAGI (ETECs) (publicações digitais); - Atividades de apoio: elaboração, formatação, impressão e distribuição de grande diversidade e quantidade de materiais, como cartões, crachás, certificados de participação, cartilhas promocionais de eventos, filipetas de divulgação e folders de programação de eventos. 	<p>Servidores federais, estaduais e municipais que em Políticas de Desenvolvimento Social</p> <p>Secretarias finalísticas do MDSA Estudantes Conselheiros Municipais e Estaduais Secretários Municipais e Estaduais</p>	Coordenação-Geral de Publicações Técnicas

2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

2.1. Planejamento Organizacional

Em virtude da nova gestão iniciada no segundo semestre de 2016, o planejamento estratégico e organizacional estão em processo de reformulação, em busca de uma simplificação de processos e maior transparência das ações.

Vale destacar a publicação do Decreto nº 8.949, de 29 de dezembro de 2016, que reforçou o caráter transversal da SAGI no MDSA, como pode ser verificado nas competências elencadas no Artigo 29 do Decreto supracitado:

- I - desenvolver e implementar instrumentos de avaliação e monitoramento de planos, políticas, programas, projetos, serviços e ações do Ministério;
- II - apoiar o desenvolvimento de soluções de inteligência em gestão da informação para planos, políticas, programas, projetos, serviços e ações do Ministério;
- III - promover a formação e a capacitação de agentes públicos e sociais em todas as esferas de governo;
- IV - apoiar os planos, políticas, programas, projetos, serviços e ações estaduais e municipais de desenvolvimento social e agrário no que concerne:
 - a) a proposição, a validação, o cálculo e a disseminação de indicadores de monitoramento;
 - b) a coordenação, a proposição, a validação, a realização e a disseminação de pesquisas de avaliação; e
 - c) a proposição, a validação, o desenvolvimento e a disseminação de sistemas de gestão de informação;
- V - promover a gestão do conhecimento, o diálogo entre as políticas e a cooperação técnica em gestão pública de forma articulada com órgãos, entidades, poderes, esferas federativas e outros países; e
- VI - difundir, no âmbito das competências do Ministério, os princípios:
 - a) da formulação estratégica de políticas públicas;
 - b) dos modelos de gestão voltados para resultados;
 - c) da transparência, do controle social e da conduta ética na gestão pública;
 - d) da otimização na alocação de recursos para o alcance dos resultados visados;
 - e) dos sistemas de informação e aprendizado necessários à excelência dos processos organizacionais; e
 - f) das metodologias de avaliação e monitoramento de políticas.

As ações referentes à área de gestão da informação da Secretaria foram fortalecidas com o Artigo 32 do Decreto nº 8.949/2016. Este é um passo importante para que o Departamento de Gestão da Informação (DGI) da SAGI se integre ao Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP), pleito da SAGI junto à Secretaria de Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (STI/MPDG) desde 2010. Essa integração permitirá que a SAGI ganhe recursos humanos especializados (Analistas de TI) e uma estrutura tecnológica mais condizente com as atividades que o DGI desenvolve.

Além das atividades mais rotineiras, voltadas à manutenção de sistemas, cursos e painéis de indicadores, as ações da SAGI têm um caráter dinâmico, estão condicionadas às agendas prioritárias de políticas sociais do MDSA, às necessidades mais específicas das secretarias finalísticas e às demandas identificadas em estudos e pesquisas.

Para atender tanto às demandas de programas novos – como o Criança Feliz e a Estratégia de Inclusão Social e Produtiva – como de programas já existentes – como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada – a SAGI planeja e executa atividades de capacitação, monitoramento e avaliação, além de desenvolver ferramentas informacionais e metodologias de cruzamentos de registros

administrativos. Essas ações subsidiam o planejamento, a implementação, a gestão e o aprimoramento das políticas sociais nos diferentes estágios de maturidade em que cada programa está.

A SAGI tem buscado se fortalecer em recursos humanos e em processos de trabalho mais eficientes. A equipe técnica está sendo renovada, com quadros multidisciplinares que possuem diferentes habilidades e sinergias. Os processos de trabalho estão sendo repensados, para abarcar mais possibilidades de uso efetivo do conhecimento produzido na Secretaria, com maior integração entre os departamentos. A Missão, a Visão e os Valores que orientam o atual trabalho da Secretaria são os seguintes:

Missão da SAGI

Gerar e transmitir conhecimento que influencie a operação e o desenho de políticas de desenvolvimento social.

Visão da SAGI

Ser reconhecida como um centro de excelência no apoio à execução e ao desenho de políticas de desenvolvimento social, em todo o território nacional.

Valores da SAGI

Transparência; Foco em resultados; Ética da informação e Excelência técnica.

2.1.1. Descrição Sintética dos objetivos do exercício

O exercício de 2016 foi caracterizado por descontinuidade operacional e reorganização administrativa. No segundo semestre foi dada continuidade às atividades de capacitação, manutenção de sistemas, conclusão de estudos e pesquisas em andamento. Nesse contexto de racionalidade de gastos, o início da nova gestão buscou manter as rotinas operacionais e os compromissos firmados anteriormente.

Nesse sentido, 2016 foi um ano com objetivos híbridos, alguns firmados pela gestão passada, que encerrou no 1º semestre, e novos objetivos que estão sendo construídos ao longo da atual gestão. Avaliações de impacto, cruzamentos de registros administrativos, formação de agentes sociais municipais e painéis de monitoramento em tempo real têm um objetivo comum, que é a marca da nova gestão da SAGI: produzir e difundir informação que seja realmente útil tanto para desenhar novas iniciativas, quanto para aprimorar os programas já existentes. No decorrer do 2º semestre, a SAGI iniciou novas frentes de trabalho:

- Cruzamentos de registros administrativos para qualificação de programas;
- Transferência das ações de capacitação referentes ao Programa Bolsa Família e Cadastro Único da SENARC para a SAGI;
- Desenvolvimento de metodologias para avaliação do Programa Criança Feliz; e
- Subsídio ao desenho de um Programa de Microcrédito para a Estratégia de Inclusão Produtiva.

2.1.2. Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

A agenda de atividades da SAGI é caracterizada pela condição de área-meio. Contudo, mantêm-se os objetivos em conformidade com o Plano Plurianual (PPA), por meio da formulação e execução de capacitações presenciais e a distância, na elaboração e contratação de pesquisas, estudos e sua respectiva disseminação acadêmica e no âmbito do Governo Federal, Estadual e Municipal. É sabido que a SAGI é responsável pela ação orçamentária 4923, que não está categoricamente inserida no PPA, por se tratar de ação contemplada no Programa de Gestão e Manutenção, da Secretaria Executiva do MDSA, que não é

finalístico. Entretanto, vale frisar, os recursos dessa ação destinam-se em sua totalidade às atividades ligadas às competências institucionais e ao Planejamento Estratégico acima conceituado e especificado.

2.2. Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos

As principais atividades da SAGI são monitoradas pelo gabinete por meio de planilhas que são atualizadas periodicamente, a fim de gerenciar as atividades e o cumprimento de prazos. Considera-se que essa forma de monitorar não é a ideal, e por isso a atual gestão está elaborando um novo método para monitorar as demandas e entregas da Secretaria, para que a gestão fique mais eficiente e transparente. Há previsão de termos um novo instrumento de monitoramento ao longo do 1º semestre de 2017.

2.3. Desempenho Orçamentário

A SAGI não é responsável por um Programa Temático do Plano Plurianual. Os recursos orçamentários integram o Programa 2122 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, da Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAA), subordinada à Secretaria-Executiva do MDSA.

Em 2016, a SAGI operou com a ação orçamentária 4923 – Produção e Disseminação de Informação e Conhecimento para Gestão de Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – subdividida em dois Planos Orçamentários: PO 0002 – Avaliação e Monitoramento de Políticas de Desenvolvimento Social; PO 0003 – Capacitação de Agentes Públicos e Sociais, onde são implementados o apoio tecnológico para desenvolvimento de ferramentas para gestão da informação, os projetos nas áreas de avaliação e monitoramento de políticas, e as atividades de capacitação de agentes sociais, voltados aos programas do MDSA.

Os recursos orçamentários são anualmente alocados na Unidade Gestora Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) - código 550010, que, no entanto, não realiza as atividades operacionais de Unidade Executora. Tais atividades são exercidas, principalmente, pela Coordenação-Geral de Logística e Administração (CGLA), da SAA. Além disso, os recursos, em sua maioria, são executados por diversas outras Unidades Gestoras, parceiras de outros ministérios, conforme quadro a seguir.

Quadro 5 – Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas à UPC

Unidades Gestoras Parceiras	
Código SIAFI UG/Gestão	Nome das Unidades Gestoras
110245/00001	FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL/EXERC.ORC..FINANC.
114702/11401	FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ENAP)
240005/00001	MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
254420/25201	FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ)
Unidades Gestoras no MDSA	
550003/00001	SECRETARIA-EXECUTIVA (SE) MDSA
550005/00001	COORDENACAO-GERAL DE LOGISTICA E ADMINISTRAÇÃO (CGLA) DO MDSA
550017/00001	DIRETORIA DE PROJETOS INTERNACIONAIS (DPI) DO MDSA

Fonte: SIAFI

Por meio da Lei Orçamentária Anual nº 13.255, de 14/01/2016, foi alocado na ação 4923 o montante de R\$ 10.961.240,00, porém, as inúmeras restrições econômicas e cortes orçamentários resultaram em disponibilidade de R\$ 6.941.158,00, por não haver limite orçamentário para empenho das despesas no valor aprovado pela lei. Além disso, houve também corte de limite financeiro, o que causou maior enxugamento da disponibilidade para implementação de atividades.

Do montante orçamentário disponível na ação 4923 de R\$ 6.941.158,00 foi empenhado R\$ 2.487.072,00 e liquidado o valor de R\$ 2.477.664,00, o que corresponde a 35,70% da dotação disponível. Na distribuição de execução dos Planos Orçamentários 002 e 003, os valores são respectivamente R\$ 1.946.644 e R\$ 540.428,00.

No Plano Orçamentário 0002 – Avaliação e Monitoramento de Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – foram executadas a Pesquisa do Cadastro Único com dispêndios da ordem de R\$ 1.046.044 e a Conferência Global sobre o Trabalho Infantil com alocação de recursos da SAGI da ordem de R\$ 900.000,00.

Para Plano Orçamentário 0003 – Capacitação de Agentes Públicos e Sociais em Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – foram executadas 4 (quatro) ações, quais sejam:

- 1) No Termo de Exercício Descentralizado nº 005/2014, celebrado com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) foi executado o saldo remanescente de R\$ 408.000,00 para capacitação;
- 2) Para a Imprensa Nacional foram alocados R\$ 34.098,00 relativos à impressão de publicações técnicas da SAGI;
- 3) No Termo de Exercício Descentralizado nº 001/2015, celebrado junto a Fundação Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), foram transferidos R\$ 73.242,00 no processo de capacitação;
- 4) Para o serviço de Tradução e Revisão de texto, foram alocados R\$ 25.088,00, sendo pago o valor de R\$ 16.280,00, restando à pagar o montante de R\$ 8.808,00.

2.3.1. Execução física e financeira das ações da LOA¹ - Ações OFSS (4923)

O Quadro 6, a seguir, dispõe sobre as dimensões física e financeira da execução da Ação 4923, considerando, inclusive, os valores a título de Restos a Pagar, inscritos em 2016 e os executados no decorrer do exercício, relativos aos anos anteriores. As atividades de avaliação, conduzidas pelo DA, e as de monitoramento, a cargo do DM, encontram-se espelhadas, em geral, no PO002. As ações de capacitação de agentes públicos e disseminação implementadas pelo DFD utilizam-se dos recursos alocados no PO003. O DGI desenvolve projetos que não se valem de recursos orçamentários.

Quadro 6 – Ação de responsabilidade da SAGI – OFSS

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
Código	4923			Tipo: Atividade		
Título	Produção e Disseminação de Informação e Conhecimento para Gestão de Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome					
Unidade Orçamentária	55101 – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME 550002 – SETORIAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS / MDSA					
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: () PAC (X) Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária Anual do Exercício 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 31/12/2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
10.961.240,00	6.941.158,00	2.487.072,00	2.477.664,00	2.477.664,00	00	9.409,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
Projeto Implantado		Unidade	Previsto	Reprogramado	Realizado	
			10.000	6.000	220	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Pago	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
2.118.193,00	1.302.325,00	-1.928.845,00	Projeto Implantado	Unidade	1	

Fonte: Siafi Gerencial

Conforme mencionado anteriormente, ao final dos contingenciamentos a disponibilidade orçamentária total foi de R\$ 6.941.158,00 – 63% do valor aprovado pela Lei Orçamentária Anual (LOA). É sabido que os parceiros federais não aceitam receber recursos orçamentários não acompanhados do limite financeiro, devido ao risco de não conseguir efetuar pagamentos de serviços porventura contratados. Isso, às vezes, impede que se concretize uma parceria.

Ao longo do exercício não foram celebrados novos Termos de Execução Descentralizada. Contudo, foram repassados por meio dos TED com instituições parceiras vigentes à época recursos no montante de R\$ 1.381.242,00, mas o empenho total foi de R\$ 2.487.072,00, correspondente a 36% da

¹ Lei Orçamentária Anual

dotação orçamentária disponível. Desse montante, R\$ 2.477.664,00 (35,70% da dotação inicial) foram pagos no exercício de referência, restando o valor de R\$ 8.808,00 a serem pagos do exercício de 2017.

A meta física estabelecida para a ação 4923 é de 10.000 projetos implantados, que abrange as atividades de realização de pesquisas de avaliação, atividades de monitoramento, realização de estudos e as de formação e capacitação de agentes sociais, distribuídas em dois Planos Operacionais – PO002 – Avaliação e Monitoramento de Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome; e PO003 – Capacitação de Agentes Públicos e Sociais em Políticas de Desenvolvimento Social.

Os atuais gestores da SAGI realizaram a reavaliação da metodologia utilizada no exercício de 2015 para aferição da meta física da SAGI. Aquela metodologia computava o quantitativo de 18.014 unidades de capacitações no Sistema Único de Assistência Social, a cargo da Secretaria Nacional de Assistência Social. Dessa forma, a SAGI está desenvolvendo uma metodologia aderente aos seus macroprocessos com vistas à proposição de uma meta física compatível, realista e transparente em seu processo de aferição. Dessa forma, foram efetivamente implantados em 2016 o quantitativo de 297 projetos na SAGI, excluindo-se o cômputo de capacitados no âmbito do SUAS, pois a meta anteriormente pactuada era baseada na expectativa de contabilização de ações que foram financiadas com transferências de recursos da SNAS para entes locais.

Como é possível constatar neste Relatório, as atividades sob responsabilidade da SAGI estão em plena consonância com as ações e metas constantes do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária Anual, bem como vêm sendo executadas a contento, sob a perspectiva de critérios de eficácia, eficiência e efetividade.

As atividades de avaliação, conduzidas pelo DA, e as de monitoramento, a cargo do DM, encontram-se espelhadas, em geral, no PO002. As ações de capacitação de agentes públicos e disseminação implementadas pelo DFD utilizam-se dos recursos alocados no PO003. Como citado posteriormente, o DGI desenvolve projetos que não se valem de recursos orçamentários.

Avaliação

As ações de avaliação realizadas pela SAGI são desenvolvidas pela equipe do próprio departamento, em ações conjuntas com outras Secretarias do MDSA, por meio de parcerias estabelecidas com outros órgãos públicos ou ainda por contratos firmados com empresas especializadas.

Ao longo do exercício de 2016, a SAGI coordenou ou esteve envolvida em 11 pesquisas/estudos de avaliação ou estudos prospectivos, conforme indicado no Quadro 7, a seguir:

Quadro 7 – Estudos/pesquisas de avaliação com ações em 2016²

Área temática	Identificação do estudo/pesquisa de avaliação	Ano de início	Executor do estudo/pesquisa
Transversal – Brasil sem Miséria	Pesquisa Qualitativa do Programa Bolsa Verde	2016	SAGI/DA
Assistência Social	Pesquisa de opinião sobre o Sistema Único de Assistência Social: percepções de gestores municipais de assistência social e de coordenadores de CRAS, CREAS e Centros Pop	2015	Elo - Consultoria Empresarial e Produção de Eventos – SNAS e SAGI
Renda e Cidadania	Pesquisa sobre TV Digital	2016	SAGI/DA
Inclusão Social e Produtiva	Laboratório da Estratégia Nacional de Inclusão Social e Produtiva	2016	SESEP e SAGI
Assistência Social	Estudo qualitativo sobre as barreiras sociais presentes no meio familiar e sociocultural de pessoas com deficiência beneficiárias do BPC – BPC na Escola	2014/2015	Datametrica Consultoria, Pesquisa e Telemarketing LTDA
Renda e Cidadania	Avaliação da qualidade do Cadastro único para programas sociais	2014	Datametrica Consultoria, Pesquisa e Telemarketing LTDA
Assistência Social	As Entidades de Assistência Social Privadas sem Fins Lucrativos no Brasil 2014-2015	2016	IBGE – SAGI/DA
Suplemento PNAD	PNAD – suplemento mobilidade sócio-ocupacional	2014	IBGE
Suplemento PNAD	PNAD – suplemento cadastro de programas sociais	2014	IBGE
Suplemento PNAD	PNAD – suplemento qualificação profissional	2014	IBGE
Suplemento PNAD	PNAD – suplemento inclusão produtiva	2014	IBGE
Suplemento PNAD	PNAD Suplemento de Primeira infância	2015	IBGE

Fonte: DA/SAGI/MDSA

Iniciativas conduzidas pelo próprio departamento ou em parceria com outras áreas do MDSA.

Ao longo de 2016, o DA conduziu diretamente, ou em parceria com as demais Secretarias do Ministério, alguns estudos e pesquisas entre os quais se destacam:

- **Pesquisa sobre TV Digital**, a qual foi realizada junto aos beneficiários do Programa Bolsa Família, no município de Rio Verde – GO, que receberam o conversor digital. Essa pesquisa teve como objetivo levantar impressões, opiniões e experiências destes beneficiários, sobre o uso do Aplicativo “Bolsa Família”, instalado nos conversores.
- **Pesquisa Qualitativa do Programa Bolsa Verde**, composta por pesquisas de campo etnográficas realizadas por servidores do MDSA, entre 2015 e 2016 em cinco territórios cobertos pelo Programa Bolsa Verde (BV), tendo por objetivo produzir uma avaliação qualitativa sobre o programa e as condições de vida de seus beneficiários.
- **Pesquisa de opinião sobre o Sistema Único de Assistência Social: percepções de gestores municipais de assistência social e de coordenadores de CRAS, CREAS e Centros Pop**, foi acompanhada pela SAGI em parceria com a Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) que contratou a Elo Consultoria Empresarial e Produção de Eventos. O trabalho foi conduzido entre setembro de 2015 e março de 2016 e teve por objetivo geral obter as percepções de gestores das SMAS e de coordenadores de equipamentos (CRAS, CREAS e Centros Pop) quanto ao funcionamento do SUAS e

² Estão consideradas neste Quadro as pesquisas que tiveram ações ao longo do exercício..

identificar os principais entraves presentes na relação destas entidades com os beneficiários de programas sociais, assim como a relação das entidades com a SNAS.

- **Laboratório da Estratégia Nacional de Inclusão Social e Produtiva**, que teve como objetivo realizar um diagnóstico das ações de inclusão produtiva em três municípios de diferentes regiões (Arapiraca/AL; Petrolina/PE; Pelotas/RS) e com a finalidade de gerar informações que subsidiem o desenho da Estratégia Nacional de Inclusão Social e Produtiva. A pesquisa, realizada em parceria com a Secretaria Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza (SESEP), é de caráter qualitativo e visou realizar entrevistas semiestruturadas e grupos focais com diferentes agentes no município (principalmente da Assistência Social), bem como o público do Cadastro Único. O Departamento de Avaliação contribuiu com a elaboração dos instrumentos de pesquisas, com a realização do trabalho de campo e nas análises subsequentes à coleta de dados

Pesquisas contratadas:

Em 2016 foram concluídas duas pesquisas realizadas por empresas contratadas.

- *O Estudo qualitativo sobre as barreiras sociais presentes no meio familiar e sociocultural de pessoas com deficiência beneficiárias do BPC – BPC na Escola* foi realizado pela Datametrica Consultoria, Pesquisa e Telemarketing LTDA entre novembro de 2014 e fevereiro de 2016. Seu objetivo foi identificar e analisar as barreiras sociais presentes no contexto familiar e sociocultural, que dificultam o acesso à escola e aos demais serviços públicos tais como saúde, assistência social, cultura, esporte, lazer e outros, bem como o exercício dos direitos humanos e liberdades fundamentais das pessoas com deficiência, beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC), na faixa etária de 4 a 18 anos. Além disso, teve o intuito de identificar arranjos construídos para superação das barreiras vivenciadas por crianças e adolescentes com deficiência e a necessidade de formação dos profissionais para o trabalho social com famílias dos beneficiários do BPC.
- *A Avaliação da qualidade do Cadastro Único para programas sociais* foi iniciada em outubro de 2014 e concluída em dezembro de 2016. Seu objetivo foi avaliar a qualidade das informações registradas no Cadastro Único para Programas Sociais por meio da coleta de dados primários, realizada a partir de entrevistas domiciliares com famílias que tiveram o cadastro realizado/atualizado no período de até seis meses antes da pesquisa, assim como com entrevistadores, coordenadores municipais e gestores estaduais do Cadastro Único.

Ações desenvolvidas em parcerias com outros órgãos públicos

Parceria com o IBGE

Nos exercícios anteriores, o MDSA estabeleceu parcerias importantes com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que viabilizaram a realização de quatro suplementos na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Na PNAD 2014: “Qualificação Profissional”, “Cadastro Único” e “Mobilidade Sócio-Ocupacional” e na PNAD 2015: “Cuidados na Primeira Infância”.

Os suplementos “Acesso a Programas de Inclusão Produtiva”, “Mobilidade Sócio-Ocupacional” e “Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal” realizados no âmbito da PNAD 2014 foram divulgados ao longo do exercício de 2016 e o suplemento “Educação e Qualificação Profissional” tem previsão de divulgação no primeiro semestre de 2017.

A coleta de dados do suplemento “Cuidados na Primeira Infância” da PNAD 2015 foi realizada entre os meses de novembro de 2015 e fevereiro de 2016, sendo a previsão para sua divulgação também no primeiro semestre de 2017.

Parceria com o CNPq

A parceria com o CNPq foi uma das estratégias utilizadas pela SAGI para se aproximar da academia, prospectar linhas de pesquisa de interesse para o MDSA e divulgar entre os pesquisadores desse meio os resultados de seus estudos/pesquisas de avaliação. No exercício de 2016, esta parceria, que permitiu o desenvolvimento de 37 projetos envolvendo diversas universidades e centros de pesquisa, foi concluída.

Os projetos enfocaram temas diversos, relacionados a cada uma das quatro áreas de atuação do Ministério. Parte destas pesquisas foi divulgada ao longo do exercício de 2016, por meio da disponibilização de fichas-técnicas. Os projetos apoiados apresentaram artigos que foram avaliados e receberam contribuições de pesquisadores externos e de técnicos do próprio Ministério, e foram, em muitos casos, aprimorados pelas equipes de pesquisas responsáveis. Como parte do processo de publicização dos resultados, as versões finais dos artigos serão disponibilizadas no site do MDSA no primeiro semestre de 2017.

Quadro 8 – Lista de projetos apoiados a partir da Chamada MCTI-CNPq/MDS – SAGI nº 24/2013

Tema	Projeto	Pesquisador responsável
Análise de dados secundários das bases sociais	Análise e modelagem longitudinal dos dados da pesquisa de avaliação de impacto do Programa Bolsa Família (primeira e segunda rodadas)	Marcel de Toledo Vieira
	Segurança alimentar: lacunas de conhecimento e análises de paradoxos	Muriel Bauermann Gubert
Assistência Social	Apoio social e familiar em famílias acompanhadas pelo serviço De Proteção E Atendimento Integral À Família (PAIF) em Porto Alegre	Adolfo Pizzinato
	A proteção socio-assistencial para usuários de crack e suas famílias: os desafios da intersectorialidade	Cynthia Studart Albuquerque
	Avaliação do processo de implementação dos centros-dia de referência para a pessoa com deficiência e suas famílias, no âmbito Do Plano Viver Sem Limite, na região Nordeste	Edgilson Tavares de Araujo
	Diversidade humana: uma lente sobre o Programa Viver sem Limites	Edmilson Rampazzo Klen
	O papel da burocracia e das instâncias de articulação federativa nas políticas sociais: o caso do sistema único de assistência social	Natalia Guimaraes Duarte Satyro
Bolsa Família – Estratégias para alívio e superação da pobreza	Efeito do Programa Bolsa Família no estado nutricional de crianças participantes da coorte de nascimentos de Pelotas (RS) 2004	Aluisio Jardim Dornellas de Barros
	Avaliação do impacto do Programa Bolsa Família nas doenças infecciosas ligadas à pobreza nos municípios brasileiros	Carlos Antonio de Souza Teles Santos
	Agricultura camponesa em situação de calamidade - uma análise e avaliação dos impactos/efeitos do Programa Bolsa Família na sustentabilidade da agricultura camponesa do semiárido da Bahia no contexto de agudização da estiagem/seca em período recente.	Celso Antonio Favero
	Acesso das famílias de mulheres presas ao Programa Bolsa Família no Distrito Federal	Debora Diniz
	Gerenciamento financeiro dos benefícios do Programa Bolsa Família: uma análise da alfabetização financeira, do endividamento e do bem-estar financeiro	Kelmara Mendes Vieira
	O desemprego juvenil, mobilidade e o Programa Bolsa Família	Maria Cristina Cacciamali
	Os egressos do Bolsa Família no Maranhão: dimensionamento e impacto sobre suas famílias e suas vidas	Maria Ozanira da Silva e Silva
	Impacto dos programas de transferência de renda sobre a dinâmica populacional e redução da pobreza no semiárido setentrional nordestino	Ricardo Ojima
	Pobreza extrema, insegurança alimentar e políticas públicas: estudo longitudinal de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família no município de Duque de Caxias.	Rosana Salles da Costa
	A articulação de políticas para a superação da pobreza rural ? uma estudo comparativo das interfaces entre o Programa Bolsa Família e o microcrédito do PRONAF B nas regiões nordeste e sul do Brasil.	Sergio Schneider
E agora falamos nós: mulheres beneficiárias do Bolsa Família - Redenção/CE?	Vera Regina Rodrigues da Silva	
Inclusão Produtiva	Políticas públicas educacionais com recorte de gênero: caminhos da inclusão para o mundo do trabalho?	Elisabete Corcetti
	Estratégias individuais e políticas de intermediação na procura de trabalho. Desafios para a inclusão produtiva da população de baixa renda	Nadya Araujo Guimarães
	Avaliação de programa governamental: o micro empreendedor individual (MEI) no estado de Rondônia.	Suzenir Aguiar da Silva Sato

Segurança Alimentar Nutricional	Soberania e segurança alimentar de povos indígenas Kaingang e Tucano: determinantes ambientais, sociais, políticos e consequências para a preservação da cultura alimentar, bem estar e saúde.	Ana Maria Segall Correa
	Implantação de boas práticas de produção e manipulação visando aspectos higiênico-sanitários, nutricionais e a aplicação de processos combinados de conservação para os pescadores e manipuladores artesanais de peixe salgado	Antonio Manoel da Cruz Rodrigues
	Governança e performance do PAA: um estudo comparativo entre Rio Grande do Sul e Rio Grande do Norte	Catia Grisa
	Os caminhos do rancho: redes e fluxos em torno da distribuição de alimentos pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Fome Zero (PFZ) na cidade Porto Alegre	Claudia Lee Williams Fonseca
	Alimentação enquanto direito humano e sua relação com o programa camponês no estado do Rio Grande do Sul: caso de Pelotas	Cristine Jaques Ribeiro
	Influência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para a persistência das mulheres extrativistas e do extrativismo no norte e nordeste do Brasil	Dalva Maria da Mota
	Agricultura familiar sob a vigência da lei federal 11.947/2009: abrangência e adequação das chamadas públicas, impactos na agricultura local e preços recebidos pelos agricultores familiares	Jose Giacomo Baccarin
	Efetividades e coesão social de políticas públicas e redes locais/territorial de segurança alimentar	Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida
	Plantar, colher, comer - avaliação dos impactos dos sistemas agroflorestais para a segurança alimentar de famílias assentadas na região canaveira pernambucana	Marcos Antonio Bezerra Figueiredo
	Educação alimentar e nutricional em comunidades quilombolas com insegurança alimentar: resgate da cultura alimentar, promoção da alimentação saudável e da exigibilidade do direito humano a alimentação.	Marilda Borges Neutzling
	Avaliação do Programa de Alimentação do Trabalhador na região metropolitana do Recife (1976-2013)	Pedro Israel Cabral de Lira
	Segurança alimentar e nutricional em município de pequeno porte: uma análise longitudinal das políticas públicas e da situação de insegurança alimentar da população	Poliana de Araujo Palmeira
	Desenvolvimento e aplicação de metodologias participativas para a vigilância da situação e monitoramento de programas de segurança alimentar e nutricional: estudo de caso em uma comunidade urbana de Salvador	Sandra Maria Chaves dos Santos*
Temas transversais e Ações de integração de políticas de desenvolvimento social	Territórios e vivências: pela efetivação de uma política de assistência social de qualidade em Barretos (SP)	André Luis dos Santos Borin
	Proteção Social, autonomia e território: termos de uma equação necessária para ampliar a efetividade da ação governamental junto à famílias em condição de pobreza extrema	Carla Bronzo Ladeira
	O lugar estratégico da família para a integração de ações e políticas de proteção e desenvolvimento social na região metropolitana de Salvador, BA	Maria Cristina Gomes da Conceição

* Até o final de 2016 ainda não tinha apresentado o artigo ao CNPq.

Outras ações

Ao longo de 2016 a SAGI, por meio do DA, também esteve envolvida na promoção de debates sobre avaliação de políticas sociais. No exercício, o DA promoveu, em parceria com o CNPQ, com o *Economic and Social Research Council* (ESRC), e com o Fundo Newton a **Oficina Internacional sobre Estudos Longitudinais e sua aplicação nas políticas sociais**. O evento, realizado em março de 2016, envolveu técnicos do Ministério e pesquisadores brasileiros e internacionais e contou com o apoio da UNESCO e do Banco Mundial.

Outro espaço já bem consolidado para discussões de políticas públicas é o evento "Sexta com Debate", que promove apresentações periódicas de temas de interesse para as políticas sociais feitas por especialistas externos ou internos ao MDSA. Ao longo de 2016, a Secretaria promoveu 12 encontros. Os temas e debatedores do ano são apresentados no Quadro 9.

Quadro 9 – *Relação das apresentações e debatedores envolvidos no evento “Sexta com Debate” em 2016.*

Tema	Debatedor
Avaliações de Diferentes Modelos de Qualificação Profissional para Jovens no Brasil	Carlos Henrique Leite Corseuil
Evolução do programa social no Brasil: gênese, desenvolvimento, custos e desenho operacional do Programa Bolsa Família	Janio de Souza Alcântara
Monitoramento e Avaliação de Programas Sociais: Avanços e Desafios	Paulo Jannuzzi
Intersetorialidade nas Políticas Sociais: perspectivas a partir do programa Bolsa Família	Juliana Matoso Macedo Flávia Helena Saraiva Xerez Rodrigo Lofrano
Panorama Social da América Latina: as tendências da pobreza e desigualdade	Laís Abramo
As contas nacionais tem pretensão de medir o quê? SCN x Bem-estar?	Roberto Olinto
Qualidade do Gasto Público no Programa Bolsa Família: Diagnóstico, mecanismos de aprimoramento e impacto fiscal	Artur Henrique da Silva Santos João Bosco Amaral Júnior Rebeca Regina Regatieri
Otimização de Programas de Combate Pobreza: Uma aplicação ao Bolsa Família	Juan Rios
O Impacto do Programa Bolsa Variável Jovem sobre a Alocação do Tempo dos Jovens e a Oferta de Trabalho dos Adultos	Miguel Nathan Foguel
Os Efeitos do Programa Bolsa Família sobre a Duração do Emprego Formal das Pessoas Pobres	Alexandre Ribeiro Leichsenring
Os efeitos do crédito público em uma área de vulnerabilidade climática	Daniel da Mata
Políticas sociais em tempos de zika	Debora Diniz

A Iniciativa Brasileira de Aprendizagem por um Mundo sem Pobreza (*World without Poverty, WWP*) tem como propósito incentivar a troca de conhecimento em políticas de proteção social e combate à pobreza e é resultado de uma cooperação entre o MDSA, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (IPC-IG) e o Banco Mundial.

No âmbito do WWP, o Departamento contribuiu para produção de conteúdos sobre programas gerenciados pelo Ministério, bem como para elaboração de algumas publicações, estudos de casos e vídeos disponibilizados na plataforma da iniciativa na internet, com destaque para:

Quadro 10 – *Contribuições do Departamento de Avaliação para a produção de conteúdo na plataforma do WWP*

Programa / tema	Produção
Programa de Aquisição de Alimentos	Publicações: O PAA Brasileiro: o que é, objetivos, público-alvo e cobertura As seis modalidades do PAA Histórico do PAA brasileiro PAA: arranjo institucional e atores envolvidos
Inclusão produtiva urbana - Pronatec	Estudo de caso: Desafios de capacitação profissional: a experiência do Pronatec/BSM em Senador Canedo-GO
Inclusão produtiva rural – Programa Fomento	Produção de vídeo sobre estudo de caso: Território do Sertão do São Francisco (IRPAA) – Fomento às Atividades Rurais - Estudo de caso: Ematerce – programa de fomento às atividades rurais”

O Departamento também esteve envolvido na reformulação da apresentação das pesquisas e estudos na internet. Vale destacar o esforço de disponibilizar um conjunto significativo de microdados produzidos no âmbito destas pesquisas a fim de estimular a produção de novos conhecimentos por pesquisadores externos.

Monitoramento

O DM tem desenvolvido uma série de estudos técnicos – nove em 2016 e mais de cinquenta desde a criação do Departamento –, relacionados a fontes de dados, indicadores, aspectos metodológicos e substantivos dos programas do MDSA. As informações geradas subsidiam, direta ou indiretamente, o monitoramento das políticas, programas e ações do MDSA.

Nesse sentido, vêm sendo elaborados ao longo dos últimos anos estudos baseados na integração de dados do Cadastro Único e outros registros administrativos como a folha mensal de pagamentos do Programa Bolsa Família, o Sistema Nacional de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), o Sistema de Gestão do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e o Censo da Educação Básica, além de dados de pesquisas como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), o Censo Demográfico, dentre outras. Em 2016 foram realizados estudos sobre elaboração de indicadores de pobreza multidimensional para a Agenda de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, estimativas de pobreza e extrema pobreza e indicadores a partir das PNADs, dentre outras.

Quadro 11 – Estudos Técnicos do Departamento

Estudos Técnicos
ESTUDO TÉCNICO N.º 04/2016 Harmonização de pesos das PNADs de 1992 a 1999: método e resultados
ESTUDO TÉCNICO N.º 05/2016 Metodologia de cômputo das taxas de pobreza e extrema pobreza das PNADs 1992 a 2014
ESTUDO TÉCNICO N.º 06/2016 Abordagens para imputação de rendimento na PNAD: método e resultados
ESTUDO TÉCNICO N.º 07/2016 Estimativas de pobreza e extrema pobreza – por Unidade Federativa, Grande Região e Situação Censitária – das PNADs 1992 a 2014
ESTUDO TÉCNICO N.º 11/2016 Proposta de escala socio-ocupacional para estudos de mobilidade social no Brasil
ESTUDO TÉCNICO N.º 12/2016 Estatísticas educacionais a partir do Cadastro Único: apontamentos e comparações
ESTUDO TÉCNICO N.º 13/2016 Contribuição para a Agenda de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Indicador de Pobreza Multidimensional para América Latina inspirada em proposta preliminar da Cepal
ESTUDO TÉCNICO N.º 16/2016 Gestão de dados e indicadores para o Data Social 2.0.
ESTUDO TÉCNICO N.º 18/2016 Indicadores Sociais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) por Unidades da Federação de 2004 a 2014

Além dos Estudos Técnicos elencados, também foi produzido pela SAGI, com participação do DM, o Cadernos de Estudos - Desenvolvimento Social em Debate nº 25, no qual foi analisado o Plano Brasil Sem Miséria, seus resultados, institucionalidades e desafios. O Departamento contribuiu com artigos sobre pobreza, desigualdade e mudança social, estruturação do SUAS e seu papel na redução da pobreza e na promoção de direitos sociais.

Em 2015, foi firmada parceria entre a SAGI e a FIOCRUZ por meio de Termo de Execução Descentralizada para apoiar a integração de bases de dados de programas sociais para o desenvolvimento de indicadores e estudos dos efeitos das políticas sociais para a coorte de pessoas inscritas no Cadastro

Único de Programas Sociais. O TED teria vigência de 36 meses, mas foi rescindido em 16/08/2016, após a execução parcial de duas metas. Foram restituídos ao Ministério R\$ 289.060,42 (duzentos e oitenta e nove mil e sessenta reais e quarenta e dois centavos), resultantes da diferença entre o valor desembolsado em dezembro de 2015 e o valor executado pela FIOCRUZ. A prestação de contas encaminhada pela FIOCRUZ está sob análise.

Quadro 12- Pesquisa de monitoramento parcialmente executada em 2016

Área temática	Identificação do estudo/pesquisa de avaliação	Ano de contratação	Executor do estudo/pesquisa
Desenvolvimento de projetos de estudos e avaliações dos programas e políticas de assistência social do MDSA	Integração de base de dados de programas sociais para estudo de coorte.	2015	FIOCRUZ

Fonte: DM/SAGI/MDSA.

Ainda na linha de estudos técnicos, o DM é responsável pela análise de resultados do Censo SUAS. De 2010 a 2014 a publicação ampliou significativamente seu escopo investigativo, espelhando a expansão temática do levantamento. Na edição de 2014, publicada em 2015, manteve-se a análise por meio da abordagem dos componentes sistêmicos do SUAS, iniciada em 2013. No ano de 2016 foram processados os microdados das bases disponibilizadas do Censo SUAS 2015, mas os resultados ainda não foram publicados nas versões on-line e impressa do Censo SUAS 2015, em função da ausência de bases de dados necessárias à análise completa e sistêmica do SUAS da forma como é realizada anualmente.

Foram realizadas ainda diversas atividades de apoio técnico ao Gabinete do Ministro, à Secretaria Executiva e às demais Secretarias do Ministério. Destacam-se as pautas relacionadas à elaboração de indicadores para o Programa de Aquisição de Alimentos, solicitada pela SESAN, os estudos sobre o preditor de renda para o Programa Bolsa Família, além do apoio à revisão do Benefício de Prestação Continuada, com simulações sobre eventuais mudanças nas regras de concessão do benefício.

Formação, Capacitação e Disseminação

Antes de apresentar os resultados de 2016, cabe destacar que as informações deste relatório foram levantadas utilizando fontes oficiais de consulta do Departamento de Formação e Disseminação e que todos os registros foram realizados em período anterior à posse da nova diretoria do Departamento, ocorrida em 9 de novembro de 2016. Neste momento, é preciso ressaltar ainda que as mudanças ocorridas no cenário político brasileiro exigiram reestruturações no Poder Executivo que tiveram como consequências redefinições de metas e instituição de novos programas e projetos, o que afetou diretamente a realização de algumas ações previstas para 2016.

Dito isto, cabe destacar que, no âmbito da SAGI, o DFD tem a atribuição e o compromisso de ofertar cursos de capacitação e formação, presenciais e a distância, para os agentes públicos sociais envolvidos nas diversas ações, programas e políticas de desenvolvimento social, que estão sob a responsabilidade do MDSA.

No que tange à oferta de cursos, em 2016, aproximadamente 14 mil pessoas passaram por processos de capacitação e formação, presenciais ou a distância, executados pelo Departamento em parceria com as outras secretarias do Ministério, conforme os resultados detalhados abaixo:

Quadro 13 - Cursos de capacitação e formação – Pessoas capacitadas em 2016³

Cursos	Modalidade de oferta	Instituição ofertante	Capacitados
Introdução ao Exercício do Controle Social do SUAS	Educação a distância	Centro de Estudos Internacionais sobre Governo/Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CEGOV/UFRGS)	1.407 agentes públicos
Curso de Elaboração do Plano de Educação Permanente do SUAS Curso de Projeto Pedagógico do Programa CapacitaSUAS Curso de Indicadores para Diagnóstico dos Programas do SUAS e BSM		Núcleo de Ensino a Distância (NEAD)	419 agentes públicos
Cursos do Programa CapacitaSUAS	Presencial	Instituições de Ensino credenciadas na RENEP/SUAS	12.045 trabalhadores capacitados
Oficinas de Alinhamento Pedagógico e Conceitual do Programa CapacitaSUAS		SAGI e Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS)	107 professores e técnicos da gestão estadual
Programa de Aperfeiçoamento em Gestão de Políticas de Proteção e Desenvolvimento Social		Escola Nacional de Administração Pública (ENAP)	201 servidores públicos federais
Total de capacitados			14.179

Fonte: DFD/SAGI

Neste ponto é forçoso esclarecer que os dados acima apontam para a capacitação de 14.179 agentes públicos em 2016, valor que difere do registrado no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) – Acompanhamento de Execução Física do Orçamento, do MPDG. Os dados do SIOP devem levar em consideração apenas o quantitativo de pessoas capacitadas com recursos orçamentários previstos nos Planos Internos (PI) ligados ao Plano Orçamentário (PO) “Capacitação de Agentes Públicos e Sociais em Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome”, apresentado a seguir:

- PI 4923110010 – Cap. Agentes – Curso Técnico SUAS:
Não foram localizados documentos que demonstrem resultados de capacitação de pessoas neste PI. Ressalta-se ainda que não há registro de empenho, liquidação e pagamento de despesas referentes a esta dotação;
- PI 4923110009 – Cap. Agentes – Especialização e Mestrado:
Não foram localizados documentos que demonstrem resultados de capacitação de pessoas neste PI. Ressalta-se ainda que não há registro de empenho, liquidação e pagamento de despesas referentes a esta dotação;
- PI 4923110011 – Cap. Agentes – Inclusão Produtiva EAD:

³ Dados atualizados na primeira quinzena de março de 2017, relativos ao ano de 2016, retirados do Sistema de Monitoramento Acadêmico – SIMA - sistema criado no âmbito da SAGI que registra as ofertas de cursos de capacitação presencial e a distância da SAGI. O SIMA é um sistema que permite ao gestor nacional das ações de formação e capacitação monitorar as execuções dos Programas de Capacitação ofertados diretamente pelo MDSA, ou em parceria com estados e instituições de ensino.

Não foram localizados documentos que demonstrem resultados de capacitação de pessoas neste PI. Ressalta-se ainda que não há registro de empenho, liquidação e pagamento de despesas referentes a esta dotação;

- PI 4923110001 – Cap. de Agentes – Diárias e Passagens:
Não foram localizados documentos que demonstrem resultados de capacitação de pessoas neste PI. Ressalta-se ainda que não há registro de empenho, liquidação e pagamento de despesas referentes a esta dotação;
- PI 4923110005 - Capacitação de Agentes CEGOV:
Existia uma dotação inicial no valor de R\$ 520.000,00 (quinhentos e vinte mil reais) para capacitação de agentes, porém a descentralização deste recurso não foi realizada no exercício 2016. Todavia consta o registro, nos relatórios encaminhados pelo CEGOV, de formação de 1.407 alunos no curso de Introdução ao Exercício do Controle Social do SUAS, realizado no período de 01/08/2016 a 25/09/2016. Infere-se que a formação desse quantitativo de alunos tenha sido executada com recursos repassados em exercícios anteriores;
- PI 4923110007 - Capacitação de Agentes Fiocruz:
O recurso descentralizado no âmbito do TED firmado entre o MDSA e a Fiocruz, no exercício 2016, foi de R\$ 408.000,00 (quatrocentos e oito mil reais). Cabe destacar que as ações previstas nesta parceria não preveem capacitação direta de agentes públicos, apenas de ações para apoiar a implementação da Política Nacional de Educação Permanente do SUAS, entre outras.
- PI 4923310001 - Publicações Técnicas SAGI:
O recurso utilizado no exercício 2016, no montante de R\$ 34.098,00 (trinta e quatro mil e noventa e oito reais), foi utilizado para impressão de 2.000 (duas mil) unidades do livro da SAGI, executada pela Imprensa Nacional. Cabe destacar que esta ação não tem impacto direto na meta de capacitação de agentes públicos.
- PI 4923110002 - Serviços de Tradução/Revisão:
O recurso empenhado no exercício 2016, no montante de R\$ 25.088,00 (vinte e cinco mil e oitenta e oito reais), foi utilizado no âmbito do contrato administrativo firmado entre o MDSA e a empresa TIKINET para revisão de texto de materiais da SAGI. Cabe destacar que esta ação não tem impacto direto na meta de capacitação de agentes públicos.
- PI 4923210001 - TED SAGI/ENAP:
O recurso descentralizado no âmbito do TED firmado entre o MDSA e a ENAP, no exercício 2016, foi de R\$ 73.242,00 (setenta e três mil duzentos e quarenta e dois reais). Cabe destacar que as ações previstas nesta parceria preveem a capacitação direta de agentes públicos, que foram realizadas conforme abaixo:

Quadro 14 - Cursos de capacitação e formação – ofertados na parceria MDSA e ENAP 2016⁴

Cursos	Data de realização	Concluintes MDSA
Estatística Básica e Análise de Dados para Diagnóstico, Monitoramento e Avaliação de Programas Sociais*	25 a 29/01/2016	11
Introdução à Metodologia de Análise de Redes Sociais*	17 a 21/03/2016	20
Comunicação em Políticas Públicas*	11 a 19/04/2016	9
Oficina Desafios da Implementação de Programas e Políticas Públicas	04/05/2016	50
Metodologias Participativas nas Interações entre Estado e Sociedade*	10 a 19/05/2016	3
Oficina Técnica para Desenho do Plano Nacional de Inclusão Social e Produtiva	14 e 15/07/2016	30
Liderança e Comunicação	10 a 12/08/2016	7
Oficina Técnica para Desenho do Plano Nacional de Inclusão Social e Produtiva	15 e 16/08/2016	17
Financiamento de Políticas Sociais	12 a 16/09/2016	5
Análise de dados aplicada 1- estatística descritiva	24/10 a 01/11/2016	29
Análise de dados aplicada 2- estatística inferencial	21/11 a 02/12/2016	20
Total (DFP)		201

* Cursos executados em 2016 com recursos do exercício 2015.

4 Dados atualizados na primeira quinzena de março de 2017, relativos ao ano de 2016, retirados do Sistema de Monitoramento Acadêmico – SIMA - sistema criado no âmbito da SAGI que registra as ofertas de cursos de capacitação presencial e a distância da SAGI. O SIMA é um sistema que permite ao gestor nacional das ações de formação e capacitação monitorar as execuções dos Programas de Capacitação ofertados diretamente pelo MDSA, ou em parceria com estados e instituições de ensino.

Diante disso, os números registrados no SIOP foram:

Quadro 15 - Cursos de capacitação e formação – Pessoas capacitadas em 2016 com recursos previstos no orçamento 2016⁵

Cursos	Modalidade de oferta	Instituição ofertante	Capacitados
Programa de Aperfeiçoamento em Gestão de Políticas de Proteção e Desenvolvimento Social	Presencial	Escola Nacional de Administração Pública (ENAP)	167 servidores públicos federais
Total de capacitados			167

Com relação ao Quadro 13, cabe ainda destacar que as ações desenvolvidas no âmbito do Programa CapacitaSUAS são fruto de uma parceria entre a SAGI e a SNAS, cabendo a esta última a gestão e o financiamento do Programa. O DFD auxilia na operacionalização e no monitoramento dos cursos ofertados por meio do Sistema de Monitoramento Acadêmico (SIMA), que é um sistema utilizado para fazer, dentre outras coisas, o registro dos alunos matriculados e capacitados pelas Instituições de Ensino credenciadas na RENEPSUAS. O Departamento auxilia ainda na organização e coordenação de Oficinas de Alinhamento Pedagógico, com o propósito de instruir e debater a matriz de conteúdos e as perspectivas pedagógicas dos cursos, com professores das Instituições de Ensino Superior (IES), Escolas de Governo e Institutos Federais de Educação credenciados na RENEPSUAS, responsáveis pela execução dos cursos, assim como com os gestores estaduais do Programa. Em 2016 foi realizada uma oficina que contou com a participação de 107 professores e técnicos da gestão estadual.

No âmbito da parceria entre SAGI e CEGOV/UFRGS, estabelecida por meio de Termo de Execução Descentralizada nº 004/2014, foi ofertado o curso “*Introdução ao Exercício do Controle Social do SUAS*”, na modalidade de Ensino a Distância (EAD). Foram capacitados 1.407 agentes públicos nesta ação educacional, mas, como explicado anteriormente, o quantitativo não foi computado no SIOP, pois o curso foi realizado com recursos financeiros de exercícios anteriores.

Ainda no tocante às ações de capacitação na modalidade EAD, em 2016 o DFD deu continuidade ao processo de fortalecimento do Núcleo de Educação a Distância (NEAD). Foram ofertados 3 cursos na modalidade autoinstrucional, ou seja, sem auxílio de tutoria, com a certificação de 419 participantes.

Outra ação estratégica que merece destaque é o Programa de Aperfeiçoamento, realizado em parceria com a ENAP, para a oferta de cursos de curta duração destinados a servidores públicos federais, que tem por objetivo aprimorar habilidades para a operacionalização e gestão dos programas e ações do MDSA. Dessa maneira, visa atender às demandas das unidades do MDSA, além de estar alinhado ao objetivo estratégico dos programas de formação e disseminação do MDSA. Em 2016 o Programa certificou 201 servidores nas ações financiadas com recursos da SAGI.

No tocante às ações de disseminação, o ano foi de enfrentamento de grandes dificuldades para viabilização de impressão de publicações técnicas. Contudo, cabe ressaltar que todas as publicações têm suas versões digitais e estão disponíveis para acesso no site do MDSA e na plataforma ISSUU (site de compartilhamento de conteúdos digitais, com acesso gratuito, inclusive com aplicativos para Android e iOS).

⁵ Dados atualizados na primeira quinzena de março de 2017, relativos ao ano de 2016, retirados do Sistema de Monitoramento Acadêmico – SIMA - sistema criado no âmbito da SAGI que registra as ofertas de cursos de capacitação presencial e a distância da SAGI. O SIMA é um sistema que permite ao gestor nacional das ações de formação e capacitação monitorar as execuções dos Programas de Capacitação ofertados diretamente pelo MDSA, ou em parceria com estados e instituições de ensino.

Encontram-se abaixo os principais resultados de disseminação alcançados em 2016:

Quadro 16– *Publicações da SAGI em 2016*

Publicações e produções	Quantidade de exemplares
Cadernos de Estudos: Desenvolvimento Social Em Debate nº 25	(publicação digital)
Cadernos de Estudos: Desenvolvimento Social Em Debate nº 26	(publicação digital)
Cadernos de Estudos: Desenvolvimento Social Em Debate nº 27	(publicação digital)
SAGI: informação e conhecimento para políticas de desenvolvimento social	2.000

Fonte: DFD/SAGI

Da série Cadernos de Estudos – Desenvolvimento Social em Debate foram publicados:

- Caderno de Estudos nº 25 – Brasil sem Miséria: resultados, institucionalidades e desafios;
- Caderno de Estudos nº 26 – Intersetorialidade nas Políticas Sociais: perspectivas a partir do Programa Bolsa Família;
- Caderno de Estudos nº 27 – Síntese das pesquisas de avaliação de programas sociais do MDS 2015-2016.

Do mesmo modo, o “Boletim SAGI” - informativo eletrônico voltado à comunidade de gestores das políticas sociais alcançou o número 35 em 2016 com 6 números. Além disso, foram publicados ao todo 18 Estudos Técnicos (ETEC) da SAGI e disponibilizados no Portal.

Ainda em 2016 foi publicado o livro “SAGI: informação e conhecimento para políticas de desenvolvimento social”, que apresenta as práticas, os produtos e o desenvolvimento de cada departamento da Secretaria.

Para disseminar as publicações da SAGI, o DFD adota diferentes estratégias: a) mantém um canal na plataforma eletrônica ISSUU; b) administra o Acervo Digital MDSA, que disponibiliza para download as publicações; c) mantém a plataforma da Rede Nacional de Capacitação e Educação Permanente do SUAS em funcionamento constante; e, d) coordena a biblioteca do MDSA, que possui mais de 5 mil exemplares, na forma de livros, periódicos e material multimídia. Vale dizer que, em 2016, a biblioteca recebeu a visita de mais de 1.000 pessoas, garantindo uma média mensal superior a 85 visitas. Além disso, ressalta-se que o DFD diagrama todos os produtos que são disponibilizados na iniciativa *World Without Poverty* (WWP), em quatro idiomas, além de auxiliar na produção de conteúdos. Dentre outras atividades, o DFD ainda realiza a elaboração, formatação, impressão e distribuição de grande diversidade e quantidade de materiais instrucionais, bem como peças gráficas de apoio a seminários/workshops (crachás, certificados de participação, folders de programação).

A Biblioteca, além de suas atividades rotineiras – catalogação, indexação, classificação, atendimento aos servidores e inserção das publicações em sua base de dados – realiza também o registro de publicações da SAGI na Agência Nacional de ISBN, junto à Biblioteca Nacional de Brasília, a elaboração de fichas catalográficas e a revisão das referências bibliográficas das suas publicações e de publicações de outras secretarias do MDSA.

Além do catálogo de publicações impressas, a biblioteca possui o Acervo Digital, uma plataforma *on line* que disponibiliza para livre *download* as publicações produzidas pela SAGI e parceiros. Implantado em 2013, o Acervo Digital tem o objetivo de gerenciar e disseminar a produção institucional do MDSA, proporcionando mais visibilidade do conteúdo produzido no Órgão. Nele estão disponíveis livros, periódicos, sumários executivos, boletins, produções acadêmicas, dentre outros materiais. O acesso a esta plataforma dá-se pelo link: acervodigital.mds.gov.br.

2.3.1.1. Outros resultados da gestão

As atividades do DGI, em geral, não representam gastos orçamentários diretos da ação 4923, embora sejam de suma importância para apoiar os demais departamentos da SAGI, como também as secretarias finalísticas do MDSA.

O contínuo processo de desenvolvimento e manutenção de produtos existentes prosseguiram com o corpo técnico limitado em 2016, visto que não foi possível renovar contratos com consultores que apoiam no desenvolvimento de soluções e prospecção de novas tecnologias para ajudar a encontrar formas de visualizações de código aberto, que não exigem investimento financeiro nas ferramentas, mas não podem prescindir de profissionais capacitados.

No ano de 2016 foi executada a décima edição da coleta de dados do CENSO SUAS envolvendo o preenchimento de questionários sobre a execução da política de assistência social no Brasil. Em uma iniciativa de concentração das informações sobre o Censo SUAS, foi disponibilizado o portal do Censo SUAS, onde foram organizados os questionários aplicados desde 2007, manuais dos questionários para download e diversos sistemas e publicações sobre o Censo. Está disponível também neste local uma ferramenta para acompanhamento da evolução das características dos equipamentos, política e gestão do Censo ao longo dos anos.

O DGI atua também na disponibilização de painéis de monitoramento. Em 2016 foram testadas tecnologias em software livre que atendessem as demandas sem onerar os custos. Dentre os avanços, podemos citar o dos painéis do Sistema de Monitoramento e Avaliação das Capacitações do MDSA (SIMA) e a criação de painéis para monitorar em tempo real o preenchimento do Censo SUAS e do Prontuário Eletrônico do SUAS. O trabalho de desenvolvimento, implantação e sustentação do sistema eletrônico de coleta das inscrições, votação do público e avaliação dos gestores do Prêmio Rosani Cunha⁶ também foi desenvolvido pela equipe do DGI.

Em 2016, o site da SAGI passou por uma reorganização, conforme as diretrizes da administração, para qualificar as informações disponibilizadas pela secretaria e permitir que se encontre com mais facilidade informações sobre as políticas e ações do ministério. Houve um esforço do departamento para a elaboração do Plano de Dados Abertos do Ministério, que utilizará toda a expertise desenvolvida no setor para publicar os dados no portal de dados abertos do governo federal. Durante o ano de 2016, o DGI testou tecnologias para disponibilização de dados abertos preparando-se para atender as metas estipuladas no Plano de Dados Abertos, de forma que a demanda por estes dados após a disponibilização não interfira nos sistemas do MDSA.

Em 2016, as ferramentas disponíveis no portal SAGI tiveram mais de cinco milhões de visualizações, com destaque para CECAD, CensoSUAS, MOPS, MI Social, RI Social, Data Social e Tab Social. Destaca-se ainda a participação do departamento em Grupos de Trabalho criados para aprimorar

⁶ O prêmio tem por objetivo identificar e premiar práticas bem-sucedidas e inovadoras na gestão do Cadastro Único nos municípios, estados e no Distrito Federal, a fim de divulgá-las para que possam auxiliar outros entes a aperfeiçoar a gestão do Cadastro Único.

as interfaces entre os bancos de dados responsáveis pelas informações dos programas e ações do ministério, bem como o GT para o aprimoramento dos dados do PBF.

Demais ações do DGI no desenvolvimento e aprimoramento de ferramentas que merecem destaque:

- Atendimento a públicos interno e externo pelo e-mail aiad.sagi@mds.gov.br: Ferramenta que objetiva prestar esclarecimento para questionamentos e dúvidas de variadas ordens sobre sistemas e ferramentas disponibilizados pela SAGI, ações, programas e políticas do MDSA.

- Implementação da plataforma I3geo - Criação e disponibilização dos mapas e das informações por município: Dados geográficos disponibilizados ao usuário e ao gestor;

- Disponibilização das camadas georreferenciadas na INDE - Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais: catálogo, integração e harmonização de dados geoespaciais na plataforma;

- Desenvolvimento de painéis de Monitoramento relacionados a sistemas e programas da SAGI e do MDSA com o software *Qlikview*: auxílio à tomada de decisão de gestores dos sistemas ou programas monitorados;

- Inserção de dados no Portal “Acompanhamento do Censo SUAS”, que exibe como as questões presentes nos questionários do Censo SUAS foram respondidas no decorrer dos anos: ajuda em possíveis melhorias dos equipamentos públicos da Assistência Social e dos questionários;

- Atualização do PAA Data: carregamento dos dados referentes ao PAA, criação das telas de apresentação e melhoria nos relatórios e gráficos apresentados.

- Atualização dos questionários do Censo SUAS 2016: Conselho Municipal, Conselho Estadual, CRAS: questões e regras atualizadas de acordo com as solicitações enviadas;

- Correção da extração dos questionários incompletos dos Censos 2016 e 2015: extração correta dos questionários incompletos destes Censos SUAS, que em alguns casos não apareciam.

Registre-se, ainda, que o DGI carece de profissionais da carreira de Analista de Tecnologia da Informação (ATI) para atuar com recursos de informação. Para tanto, é necessário que a área de gestão de informação – no caso, o DGI – seja reconhecida como um órgão setorial do Sistema de Administração de Recursos de Tecnologia da Informação (SISP), correlato à DTI/MDSA que atua com recursos de informática. Para tanto, estão ocorrendo tratativas e gestão junto ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG).

2.3.2. Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

Alguns fatores influenciaram no desempenho orçamentário, dentre eles destacam-se às inúmeras dificuldades econômicas enfrentadas pelo País e a conseqüente redução da arrecadação que levaram a cortes orçamentários, resultando em uma disponibilidade de cerca de R\$ 7 milhões no exercício de 2016. Além disso, houve corte de limite financeiro, o que causou maior enxugamento da disponibilidade para implementação de atividades da secretaria.

2.3.3. Execução descentralizada com transferência de recursos

A execução descentralizada de recursos destina-se a viabilizar as atividades de responsabilidade da SAGI, conforme vem sendo descrito neste Relatório.

Em geral, os projetos gestados pelas Diretorias são implementados por meio de duas modalidades, o Termo de Cooperação (TC) e Termos de Execução Descentralizada (TED), sobretudo em parcerias com entes federais, essas contratações são efetuadas ao amparo da Lei nº 8666/93 e normas correlatas. É

oportuno registrar que as transferências feitas por meio de Termo de Cooperação (TC) foram realizadas até o ano de 2013, a partir de 2014 foram utilizados os instrumentos da TED para viabilizar as parcerias com entes federais, dentro das normas estabelecidas pelo Governo Federal. Vide, a seguir, a situação dos instrumentos de transferências de recursos.

Cabe destacar que a partir de apurações preliminares no quarto trimestre de 2016 foram identificadas possíveis desconformidades na execução de algumas contratações por meio do Termo de Execução Descentralizada.

Com efeito, foram encaminhados 5 (cinco) TED's para análise da Assessoria de Controle Interno do MDSA (AECI/MDSA). Após as manifestações da AECI/MDSA, esses processos estão sendo objeto de reavaliação pelos Departamentos afetos e a Assessoria Técnica do Gabinete da SAGI, estando ainda em fase de instrução processual com término previsto para o primeiro semestre de 2017. A seguir estão descritos os encaminhamentos preliminares:

TC nº 03/2013 - CNPq:

Termo de cooperação firmado entre a SAGI e o CNPq, em 06/08/2013, que teve como objeto apoiar financeiramente projetos de pesquisa com a finalidade de trazer elementos de avaliação que possam auxiliar na condução ou indicar ajustes aos programas, ações e serviços conduzidos pelo MDSA. Em 07/08/2013, foi publicado no DOU o Termo de Cooperação nº 003/2013, registrado no SEI sob o número 71000.065961/2013-31, com vigência de 36 (trinta e seis meses), no valor inicial de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais). Em 13/12/2013, foi publicado termo aditivo, tendo como objeto a ampliação das metas com ajuste do Cronograma de Desembolso, aporte de recursos no valor de R\$ 747.975,00 (setecentos e quarenta e sete mil, novecentos e setenta e cinco reais) e vigência até 31/07/2016. E em 08/09/2014, houve outro termo aditivo sob o mesmo objeto, sendo a ampliação das metas com aporte do Cronograma de Desembolso ajuste de recursos no valor de R\$ 138.180,75 (cento e trinta e oito mil, cento e oitenta reais e setenta e cinco centavos). Houve devolução no valor de R\$ 124.928,34 (cento e vinte e quatro mil, novecentos e vinte e oito e trinta e quatro centavos). Portanto, o valor total financeiro foi de R\$ 2.761.227,41 (dois milhões, setecentos e sessenta e um mil, duzentos e vinte e sete reais e quarenta e um centavos).

Processo encaminhado para avaliação da AECI – Assessoria Especial de Controle Interno do MDSA, em 27/12/2016, que, após análise, recomendou as seguintes providências:

- Que a SAGI traga aos autos do processo as manifestações do CNPq sobre o Relatório de Cumprimento do Objeto, assim como as notificações expedidas que tiveram a finalidade de avaliar o cumprimento do objeto pactuado, e informações complementares ao referido relatório, caso necessárias para a aprovação da execução física do objeto;
- Que a SAGI faça constar nos autos análise técnica do Relatório de Cumprimento do Objeto, contendo o cumprimento de metas/etapas descritas, alcance dos objetivos do projeto, especialmente em relação à contribuição para a condução ou ajustes dos programas, ações e serviços a cargo do MDSA.

O gabinete da SAGI enviou ao Departamento de Avaliação a Nota Técnica n.º 05/2017/SAGI/MDS, de 12 de março de 2017, requerendo que sejam respondidas as recomendações da AECI – Assessoria Especial de Controle Interno do MDSA.

Em 24/03/2017 o DA emitiu Nota Técnica n.º 08/2017, na qual discorre sobre o acompanhamento da execução física do instrumento, bem como aprova a prestação de contas e junta ao processo documentos comprobatórios da execução.

O gabinete da SAGI dará prosseguimento no processo de encerramento deste.

TED nº 05/2014 - FIOCRUZ:

Termo de Execução Descentralizada – nº 005/2014, firmado entre a SAGI e a FIOCRUZ, assinado em 03/12/2014, que teve como objeto apoiar a construção de projetos pedagógicos, planos operativos, estratégias de ações de educação permanente e disseminação de informações no âmbito do SUAS, tendo a expertise da FIOCRUZ na experiência do SUS em formação e na educação permanente como eixo orientador. Publicado no DOU em 04/12/2014, com vigência de 24 (vinte e quatro meses), no valor inicial de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), prorrogável mediante aditivo.

Após análise do Departamento de Formação e Disseminação este processo foi encaminhado para avaliação da AECI – Assessoria Especial de Controle Interno do MDSA, em 05/12/2016, que recomendou as seguintes providências:

- Que traga aos autos do processo a descrição de quantitativos associados a cada etapa, como por exemplo, estimativa de participantes por oficina/seminário, número de integrantes do Grupo de Especialista formado, atividades a serem desenvolvidas pelo GT, quantidade de material didático adaptado.
- Que seja efetuada avaliação da adequabilidade do montante do recurso repassado às despesas apresentadas no instrumento de pactuação.
- Que solicite à FIOCRUZ informações detalhadas sobre a execução de cada uma das metas/etapas definidas no TED, discriminando no Relatório de Cumprimento do Objeto, por exemplo: grupo de especialistas (quantidade de integrantes, perfil dos participantes, despesas associadas às reuniões do GT), oficinas/seminários (listas de presença, despesas associadas a cada um dos eventos), quantitativo de materiais didáticos adaptados e comprovação de entrega/distribuição, cópia dos relatórios técnicos elaborados, forma de remuneração dos profissionais e equipe de suporte contratados no âmbito do TED.

O gabinete da SAGI enviou ao Departamento de Informação e Disseminação a Nota Técnica n.º 6 /2017/SAGI/MDS, de 21 de março de 2017, requerendo que sejam respondidas as recomendações da AECI – Assessoria Especial de Controle Interno do MDSA. Encaminhou também ofício nº 02/SAGI/GAB, de 21/03/2017, onde solicitou àquela instituição as tomadas de providências quanto ao envio da prestação de contas final do instrumento firmado.

TC nº 01/2013 – UFRGS - CEGOV:

Termo de Cooperação – nº 01/2013, firmado entre a SAGI e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul - CEGOV, assinado em 15 de maio de 2013, que teve como objeto a execução do projeto Ciclo de Capacitação em Conceitos e Técnicas para Elaboração de Diagnósticos, Monitoramento e Avaliação de Programas e Ações do MDS para os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná e do Curso de Formação de Professores no âmbito do CapacitaSUAS. Publicado em 16/05/2013, no DOU, registrado sob o número 71000.031381/2013-40, com vigência de 36 (trinta e seis meses), no valor de R\$ 1.815.000,00 (um milhão, oitocentos e quinze mil reais). Por meio de aditivo contratual, este TC foi prorrogado de 13/05/2016 até 28/02/2017.

Após análise do Departamento de Formação e Disseminação Processo este processo foi encaminhado para avaliação da AECI – Assessoria Especial de Controle Interno do MDSA, em 05/12/2016, que recomendou as seguintes providências:

- Que seja solicitado da UFRGS detalhamento das despesas associadas a cada uma das metas/etapas do Plano de Trabalho do presente ajuste.
- Que sejam solicitadas da UFRGS informações complementares de forma a possibilitar o ateste de cumprimento de cada uma das metas pactuadas.
- Que avalie se o quantitativo de pessoas capacitadas em comparação com os cursos ofertados e material didático distribuído está de acordo com os objetivos do projeto, a partir de elementos de convicção solicitados à UFRGS.

- Que solicite da UFRGS informações ausentes dos referidos relatórios e que sejam necessárias para a aprovação final de cumprimento do objeto.

Processo em análise do Gabinete.

TED nº 04/2014 – UFRGS - CEGOV:

Termo de Execução Descentralizada – nº 04/2014, firmado entre a SAGI e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul - CEGOV, publicado no DOU em 19/11/2014, que teve como objeto apoiar a implementação da Política Nacional de Educação Permanente do SUAS; desenvolver pesquisa aplicada sobre desenvolvimento social e monitoramento e avaliação de políticas públicas; e, fortalecer o currículo dos cursos de graduação e pós-graduação apoiados pelo Ministério da Educação (MEC) – (REUNI) nas áreas ligadas aos desenvolvimento social e combate à fome. Registrado sob o número 71000.122345/2014-75, com vigência de 36 (trinta e seis meses), no valor de R\$ 2.116.990,24 (dois milhões, cento e dezesseis mil, novecentos e noventa reais e vinte e quatro centavos).

Após análise do Departamento de Formação e Disseminação Processo este processo foi encaminhado para avaliação da AECI – Assessoria Especial de Controle Interno do MDSA, em 05/12/2016, que recomendou as seguintes providências:

- Que seja solicitado da UFRGS detalhamento das despesas associadas a cada uma das metas/etapas do TED.
- Que sejam solicitadas da UFRGS informações complementares de forma a possibilitar o ateste de cumprimento de cada uma das metas pactuadas.
- Que traga aos autos avaliação sobre a adequabilidade dos quantitativos de pessoas capacitadas/material didático distribuído e dos seminários realizados para o atingimento dos objetivos do projeto.

Processo em análise do Gabinete.

TED nº 03/2014 – IBGE:

Termo de Execução Descentralizada – nº 03/2014, firmado entre a SAGI e a fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, publicado no DOU em 17/09/2014, que teve como objeto apoio à realização da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios – PNAD, com o Suplemento Educação e Qualificação Profissional, Acesso a Programas de Inclusão Produtiva, Mobilidade Sócio-Ocupacional e Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – PNAD 2014. Registrado sob o número 71000.122345/2014-75, com vigência de 36 (trinta e seis meses), no valor de R\$ 4.999.795,00 (quatro milhões, novecentos e noventa e nove mil, setecentos e noventa e cinco reais).

Processo encaminhado à AECI – Assessoria Especial de Controle Interno do MDSA, em 14/03/2017, para análise e recomendações, sem manifestação até o momento.

O Quadro 17 detalha os Termos de Cooperação e de Execução Descentralizada vigentes no ano de 2016:

Quadro 17 – Instrumentos de transferências vigentes em 2016

Posição em 31.12.2016

INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS							
Nome da Unidade Concedente: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação							
Nome da Unidade Executora: Coordenação-Geral de Logística e Administração/MDSA ^[1]							
CNPJ: 05.756.246/0001-01				UG/GESTÃO: 550005/00001			
Cod	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados	Valores Repassados		Vigência	
			Global	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim
3	TC 001/2013 /SAGI	153114/15235 – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – Processo nº 71000.031381/2013-40	R\$ 1.815.000,00	R\$ 0,00	R\$ 1.815.000,00	15/05/2013	12/2016
3	TC 003/2013 /SAGI	364102/36201 – CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq) – Processo nº 71000.065961/2013-31	R\$ 2.886.155,75	R\$ 0,00	R\$ 2.761.277,39	01/08/2013	07/2016
4	TED 003/2014 /SAGI	114601/11301 – FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) – Processo nº 71000.058266/2014-01	R\$ 4.999.795,00	R\$ 0,00	R\$ 4.999.795,00	15/09/2014	03/2016
4	TED 004/2014 /SAGI	153114/15235 – (UFRGS) – Processo nº 71000.122345/2014-75	R\$ 2.116.990,24	R\$ 0,00	R\$ 1.600.000,00	18/11/2014	10/2017

^[1] Com recursos orçamentários da SAGI.

4	TED 005/2014 /SAGI	254420/25201 – FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ) – Processo n° 71000.016010/2014- 19	R\$ 1.500.000,00	R\$ 408.000,00	R\$ 1.500.000,00	03/12/2014	12/2016
4	TED 001/2015 /SAGI	114702/11401 – FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PÚBLICA (ENAP – Processo n° 71000.006671/2015- 17	R\$ 666.879,20	R\$ 73.242,00	R\$ 206.381,76	02/06/2015	03/2019
4	TED 002/2015 /SAGI	114601/11301 – FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) – Processo n° 71000.074338/2015- 31	R\$ 2.999.157,00	R\$ 0,00	R\$ 2.999.157,00	23/11/2015	03/2017
4	TED 003/2015 /SAGI	254420/25201 – FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ) – Processo n° 71000.074368/2015- 47	R\$ 3.000.000,00	R\$ 0,00	R\$ 500.000,00	27/11/2015	12/2018

Fonte: Assessoria/SAGI/MDSA

Legenda: Modalidades:

- 1 - Convênio
- 2 - Contrato de Repasse
- 3 - TC : Termo de Cooperação
- 4 -TED: Termo de Execução Descentralizada

Observa-se, ao longo do ano, a existência de 2 (dois) Termos de Cooperação e 6 (seis) Termos de Execução Descentralizada vigentes. O gerenciamento dessas transferências é realizado por técnicos da SAGI, de forma a garantir o cumprimento de objetivos e atingimento de metas estabelecidas. Estas transferências têm se mostrado como um eficiente instrumento de execução descentralizada das pesquisas, estudos e atividades de capacitação a cargo da SAGI, sobretudo devido à abrangência de tais projetos, que atingem várias localidades do País.

Os recursos orçamentários e financeiros da SAGI são descentralizados para a Unidade Executora 550005/00001 – Coordenação-Geral de Logística e Administração, da CGLC/SAA/MDSA, que é a unidade executora que implementa os contratos e os TED. As equipes técnicas da SAGI prestam todo o suporte técnico, acompanhando as etapas da contratação e realização dos produtos, sobretudo devido à alta complexidade e especificidade dos objetos contratados (estudos, pesquisas e disseminação de conhecimento), bem como gerenciam as atividades vinculadas aos TED. No ano de 2016, não foram celebrados novos contratos administrativos, mas houve o acompanhamento de serviços contratados em anos anteriores.

2.3.4. Informações sobre a execução das despesas

No ano de 2016, não foram celebradas novas parcerias, conforme detalhado no Quadro 15 acima. Os desembolsos realizados no exercício alcançaram o valor de R\$ 1.381.242,00. Quando somados os desembolsos às liberações de outros TED, de anos anteriores, as transferências resultaram no total de R\$ 24,4 milhões no período de 2013 a 2016.

Quadro 18 – Instrumentos celebrados pela SAGI nos quatro últimos exercícios

INFORMAÇÕES SOBRE INSTRUMENTOS CELEBRADOS								
Nome da Unidade Concedente:			Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação					
Nome da Unidade Executora:			Coordenação-Geral de Logística e Administração/MDSA ⁷					
CNPJ:			05.756.246/0001-01					
UG/GESTÃO:			550005/00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício				Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)			
	2016	2015	2014	2013	2016	2015	2014	2013
Convênio	-	-	-	-	-	-	-	-
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	3	-	-	-	4.059.690,71
Termo de Execução Descentralizada	-	3	6	-	481.242,00	5.326.296,76	11.236.210,20	-
Acordo Internacional/SNAS	-	3	-	-	900.000,00	2.434.119,00	-	-
Totais	-	6	6	3	1.381.242,00	7.760.415,00	11.236.210,20	4.059.690,71

Fonte: SAGI/MDSA.

Além das transferências feitas por meio dos instrumentos descritos no Quadro 18 houve repasses no âmbito de cooperações internacionais firmadas pela Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), do MDSA, no montante de R\$ 900.000,00 para a estruturação da Conferência Global sobre o Trabalho Infantil.

As prestações de contas dos Termos de Cooperação ou Termos de Execução Descentralizada ao concedente (SAGI, no caso), conforme estabelecido na legislação pertinente, é simplificada, ou seja, trata-se apenas da apresentação do Relatório de Cumprimento do Objeto, ao final da vigência. Além disso, são apresentadas prestações de contas dessas parcerias nos Relatórios de Gestão das Unidades receptoras dos recursos, em consonância com o definido em norma específica.

É oportuno esclarecer que a SAGI não firmou convênios, termos de compromisso, contratos de repasse, bem como não efetuou transferências a título de subvenções, auxílios ou contribuições em 2016

⁷ Com recursos orçamentários da SAGI.

2.4. Desempenho Operacional

As informações inseridas no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) – Acompanhamento de Execução Física do Orçamento, do MPDG, em janeiro de 2017, valeram-se de levantamentos preliminares, tendo como base o mês de dezembro de 2016. Dessa forma, foram computados preliminarmente 297 projetos implantados, sendo 63 do Departamento de Avaliação, 14 do Departamento de Monitoramento e 220 do Departamento de Formação e Disseminação.

Os dados relativos às capacitações foram extraídos de fontes oficiais de consulta como relatórios e do Sistema de Monitoramento Acadêmico (SIMA).

Quadro 19 – Ação 4923 – Principais resultados em 2016

Planos orçamentários	Produtos	Meta Prevista	Resultados Alcançados
Ação 4923 – Produção e Disseminação de Informação e Conhecimento para Gestão de Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome	Projeto Implantado	10.000	297 projetos implantados
PO0002 – Avaliação e Monitoramento de Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome	Política Avaliada	77	77 estudos, pesquisas, projeto e seminários implantados
PO0003 – Capacitação de Agentes Públicos e Sociais em Políticas de Desenvolvimento Social	Pessoa Capacitada	220	220 agentes capacitados, cadernos de estudos e curso implantados ⁸

Fonte: Assessoria/Gabin/SAGI

2.4.1. Apresentação e análise de indicadores de desempenho

No cômputo geral, o resultado da ação 4923 foi de 297 projetos implantados para uma meta prevista de 10.000, resultou em baixo desempenho operacional. No PO0003, a meta prevista de 10.000 pessoas capacitadas demonstrou ser superestimada, razão pela qual está sendo feita uma reavaliação da metodologia, de forma a expurgar capacitações efetuadas por outras secretarias do MDSA e uma aderência ao modelo de capacitação a distância.

A partir do orçamento de R\$ 2.477.664,00, efetivamente liquidado no ano e seguindo as fórmulas de cálculos que constam da legenda do Quadro 20, os indicadores de eficiência e eficácia instituídos na LOA- EFLOA e ECLOA – apresentam-se com resultados realistas, posto que não foi considerado os quantitativos de alunos capacitados por outras secretárias, ou seja, 0,0832204% e 0,0297%,

⁸ Conforme explicitado anteriormente, o SIMA, onde são informados os dados relativos às capacitações de agentes públicos, recebeu novas alimentações dos gestores estaduais e das instituições parceiros até a primeira quinzena de março de 2017, de forma que os resultados de capacitação de agentes públicos no ano de 2016 subiu para 18.010 capacitados.

respectivamente. Vale lembrar que no SIOP foi ajustado o quantitativo para 220 projetos executados, e não os 297 projetos efetivamente executados em 2016. Ressalta-se que não foram computadas capacitações não realizadas com recursos da SAGI, pois a meta anteriormente pactuada era baseada na expectativa de contabilização de ações que foram financiadas com transferências de recursos da outras secretarias parceiras.

Quadro 20 - Indicadores de Eficiência e Eficácia – Metas do SIOP versus Metas ajustadas

Recorte Físico Financeiro	Orçamento em R\$	Valor liquidado em R\$	Meta física prevista na LOA	Meta física realizada	Eficiência em relação à meta da LOA (EFLOA)	Eficácia (ECLOA)
Valor da LOA versus metas realizadas do SIOP	6.941.158,00	2.477.072,00	10.000	297	0,083204%	0,0297%
Valor da LOA versus metas realizadas ajustadas	6.941.158,00	2.477.072,00	6.000	297	0,138674%	0,0495%

Legenda:

- 1) EFLOA – Eficiência em relação à meta na LOA = (Valor da dotação atual/Meta física na LOA) / (Valor liquidado/Meta física realizada)

$$EFLOA = ((R\$ 6.941.158,00/10.000)/(2.477.072,00/297)) = 0,083204\%$$

$$EFLOA \text{ AJUSTADA} = ((6.941.158,00/6.000)/(2.477.072,00/297)) = 0,138674\%$$

- 2) ECLOA – Eficácia (Meta física realizada/Meta física na LOA)

$$ECLOA = (297/10.000) = 0,0297\%$$

$$ECLOA \text{ AJUSTADA} = (297/6.000) = 0,0495\%$$

3. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

3.1. Descrição das estruturas de governança

A SAGI não possui uma estrutura orgânica própria de ouvidoria, controle interno ou auditoria, tampouco auditores independentes contratados. A governança, compreendida como um conjunto de órgãos que auxiliam e dão suporte à gestão e execução das políticas públicas, encontra-se alocada em setores administrativos específicos da estrutura regimental do MDSA, que é constituída pela Corregedoria, Ouvidoria e Assessora Especial de Controle Interno (AECI). Esses órgãos fazem parte do Relatório de Gestão da Unidade Prestadora de Contas Secretaria-Executiva.

No entanto, importa salientar que a SAGI vem contribuindo para o fortalecimento da capacidade de gestão e aprimoramento contínuo do desenho e efetividade das políticas sociais do MDSA, organizando dados, produzindo indicadores, realizando pesquisas e disseminando informação e conhecimento para técnicos e gestores envolvidos nos programas e ações do MDSA, estados e municípios.

Complementarmente, vem atuando de forma participativa e contributiva em vários comitês e grupos de trabalho instituídos pelo MDSA. Dentre as participações, destacam-se:

- Grupo de Trabalho de Monitoramento e Avaliação (GTMA) – constituído pelo MDSA, por meio da Portaria nº 160, de 09/05/2008, com atribuições para definir as ações relativas à avaliação e monitoramento dos programas e ações do MDSA, em observância aos princípios e diretrizes da Política de Monitoramento e Avaliação do MDSA.
- Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI) - criado no âmbito do MDSA, pela Portaria nº 556 de 11/11/2005, tem a finalidade de formular políticas, estabelecer diretrizes, coordenar e articular as ações de implantação de Tecnologia, Informação e Conhecimento do MDSA e, em especial, assessorar as suas unidades organizacionais na discussão e decisão a respeito desses temas.
- Comitê de Controle Interno Administrativo (CCIA) – instituído pela Portaria MDSA nº 94, de 15/08/2014, no âmbito do MDSA, com competência de auxiliar, sob a coordenação da Assessoria Especial de Controle Interno, a constituição de mecanismos eficazes de controle para favorecer o atingimento de objetivos e metas institucionalmente definidos, com níveis razoáveis de efetividade, de eficiência e de legalidade, bem como fomentar a adequada interface com o Controle Externo e o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.
- Comitê de Estatísticas Sociais (CES) instaurado por meio da Portaria Interministerial nº 424, de 06/12/2007, com o objetivo de monitorar e avaliar as demandas de informações estatísticas sociais, conforme previsto no Projeto de Assistência Técnica ao Programa de Reformas do Setor de Desenvolvimento Humano. É formado pelos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão, Educação, Saúde, Secretaria de Assuntos Estratégicos e pelo MDSA.
- Comitê de Políticas para Mulheres e de Gênero – estabelecido pela Portaria MDSA nº 381, de 17 de novembro de 2009, no âmbito do MDSA, objetivando acompanhar e articular as ações no âmbito do MDSA relativa ao Plano Nacional de Políticas para Mulheres (PNPM) e atualizar o Sistema de Acompanhamento do PNPM;
- Comitê da Transparência da Informação (CTI) – designado pela Portaria MDSA nº 112, de 1 de outubro de 2014, tem por finalidade coordenar a gestão da transparência ativa e

passiva, bem como supervisionar a formulação de políticas públicas e diretrizes institucionais para garantir o acesso e divulgação da informação;

- Comitê Intraministerial de Integração de Ações para Povos e Comunidades Tradicionais (CIIAPCT) – criado pela Portaria MDS nº 709, de 23 de setembro de 2010, tendo por finalidade utilizar o acesso de povos e comunidades tradicionais, bem como manter e/ou aprimorar a perspectiva do recorte étnico e racial das ações nas ações e programas do MDS;

A SAGI também possui assentos no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), Comissão de Inventário anual de Material de Consumo, Comissão de Inventário Anual Físico Financeiro de Bens Móveis e Imóveis, Comissão MDSA Sustentável (Agenda A3P), Comissão Nacional de População e Desenvolvimento (CPND), Comitê Técnico de Monitoramento da CAISAN/MDSA, Comissão de Avaliação do Prêmio Rosani Cunha de 2016 – MDSA, Comissão Nacional de Cartografia – CONCAR do MPDG, Comissão Nacional de Classificação CONPLA/IBGE, Grupo de Trabalho da Carta de Serviços ao Cidadão – MDSA, Comitê de Credenciamento de Instituição de Ensino Superior, Grupo de Trabalho para Avaliação dos Acervos Históricos, Técnicos e Pessoal da Extinta LBA e a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos.

3.2. Atividades de Correição e de apuração de ilícitos administrativos

Não houve ocorrência de atividades de correição ou que necessitasse apuração de ilícitos administrativos cometidos por colaboradores, ou, ainda, existência de processos administrativos disciplinares na SAGI. Ademais, o tema é tratado de forma institucional, sob a responsabilidade da Secretaria-Executiva do MDSA.

3.3. Gestão de riscos e controles internos

Em consonância com o disposto na Instrução Normativa Conjunta nº 01 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, agora MPDG, e da Controladoria-Geral da União, de 10/05/2016, as equipes da SAGI estão sempre voltadas para a prevenção de riscos que possam comprometer os objetivos traçados e a qualidade dos produtos e serviços prestados, tendo em vista o alto volume de informações que são disponibilizadas para o MDSA e público externo.

Na gestão de pessoas, a SAGI continua enfrentando os problemas relativos à falta de profissionais, com a existência de diversos vínculos empregatícios e a grande rotatividade de pessoas, representando um risco potencial à continuidade das atividades da Secretaria.

Vale salientar que o conjunto de atividades, planos, métodos, indicadores e procedimentos interligados para assegurar a conformidade dos atos de gestão e para que os objetivos e metas estabelecidos para a unidade sejam alcançados, foram largamente abordados ao longo deste Relatório.

4. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

4.1. Gestão de Pessoas

4.1.1. Estrutura de pessoal da SAGI

Quadro 21 – Força de Trabalho da SAGI

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	34	32	2	11
1.1. Membros de poder e agentes políticos		0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		32	2	5
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		25	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		3	0	1
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		4	2	4
2. Servidores com Contratos Temporários		6	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		15	6	13
4. Total de Servidores (1+2+3)		53	8	24

Fonte: Extração SIAPE – Posição 31 de dezembro de 2016

No item 1.2.1 do Quadro 21 foram considerados os servidores de carreira do MDSA, os servidores efetivos cedidos para outros Órgãos e os empregados públicos anistiados, que fazem parte do quadro de pessoal lotado nesta Secretaria.

Observa-se que a força de trabalho da SAGI é composta por servidores efetivos (61%), servidores temporários (11%) e servidores sem vínculo (28%). Cerca de 34% dos efetivos são requisitados. Adicionalmente, atuam em atividades de apoio 12 terceirizados e 5 estagiários, não incluídos nos quadros por serem considerados colaboradores, os quais constam dos dados e análise crítica apresentados pela Coordenação-Geral de Recursos Humanos (CGRH) da SAA/MDSA.

Quando se compara a situação atual ao ano anterior, observa-se um decréscimo de 6 colaboradores, sendo 1 efetivo e 5 cinco servidores sem vínculo com a Administração Pública, ou seja, em relação a 2015 houve uma redução da força de trabalho de 11%.

Quadro 22 – Distribuição da lotação efetiva do pessoal da SAGI

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva		
	Área Meio	Área Fim	Total
1. Servidores de Carreira (1.1)	0	32	32
1.1. Servidores de Carreira (1.1.1+1.1.2+1.1.3+1.1.4)	0	32	32
1.1.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	25	25
1.1.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	3	3
1.1.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0
1.1.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	4	4
2. Servidores com Contratos Temporários	0	6	6
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	3	12	15
4. Total de Servidores (1+2+3)	3	50	53

Fonte: Extração SIAPE – Posição 31 de dezembro de 2016

Quanto à distribuição do corpo técnico, é notado que a grande maioria atua em áreas finalísticas (94%), composto de servidores de carreira, contratos temporários e servidores sem vínculo, cuja experiência em gestão de programas contribui diretamente para o atingimento da missão institucional da SAGI. Nas áreas meio, servidores sem vínculo atuam desempenhando atividades de apoio – gerenciamento de projetos, gestão de pessoas, controle orçamentário e financeiro, apoio administrativo, assessoramento jurídico – propiciando, também, condições para que os objetivos estratégicos da SAGI sejam alcançados com êxito.

Quadro 23 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da SAGI

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	34	32	16	16
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	00	33	16	16
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		13		
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		1		0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas		4	2	4
1.2.4. Sem Vínculo		15	6	13
1.2.5. Aposentados				
2. Funções Gratificadas	0	3		
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		3		
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas				
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	00	35	16	16

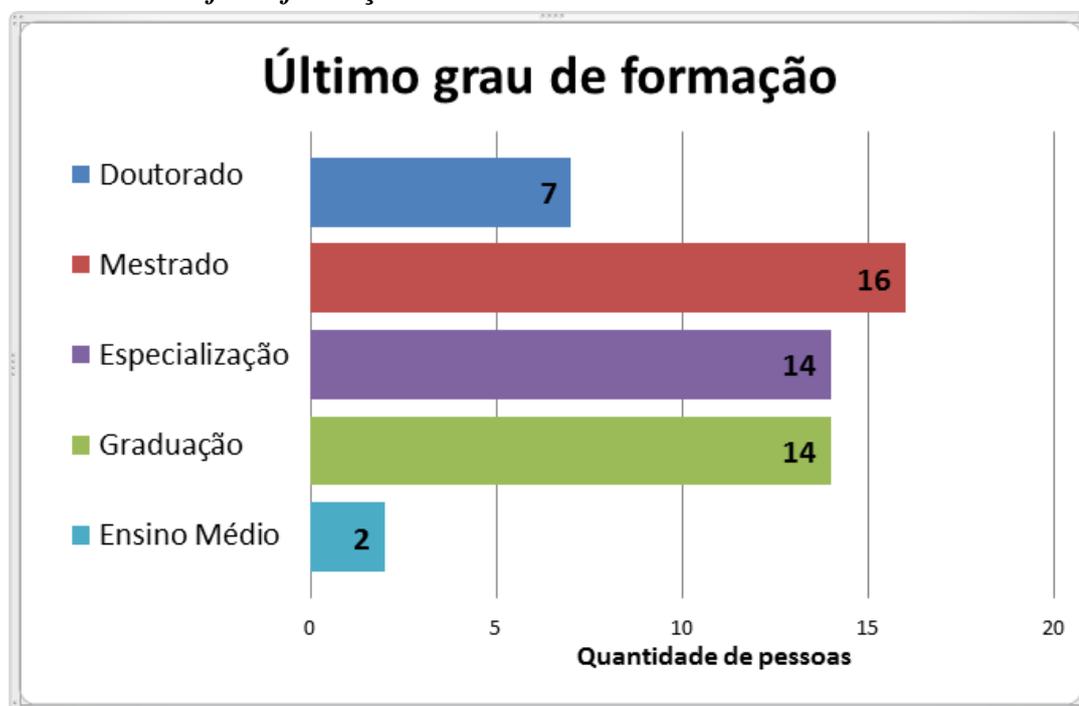
Fonte: Extração SIAPE – Posição 31 de dezembro de 2016

No Quadro 23 da página anterior, as Funções Gratificadas englobam no somatório somente os servidores que ocupam Funções Gratificadas que estão regidas pela Lei nº 8.216, de 13 de agosto de 1991.

O corpo técnico da SAGI tem sido marcadamente multidisciplinar, compondo-se de sociólogos, profissionais de tecnologia da informação, engenheiros, cientistas políticos, estatísticos, antropólogos, educadores, administradores, economistas, além de profissionais formados nas áreas de comunicação, ciência da informação, geografia, entre outros. A equipe, em sua maioria, conta com técnicos que realizaram cursos de especialização, mestrado ou doutorado. Além de profissionais com vasta experiência em gerenciamento de programas, consultores são contratados para desenvolver projetos complementares às atividades desenvolvidas pelo corpo técnico.

Observa-se no Gráfico 1 que 37 servidores possuem grau de especialista, mestrado ou doutorado, ou seja, representam 69% do quadro de servidores. Dos demais 14 possuem graduação universitária e 2 o ensino médio. Dessa forma, é possível perceber que a equipe técnica possui um perfil acadêmico bastante adequado às atividades de alta complexidade desenvolvidas na SAGI.

Gráfico 1 – *Perfil de formação dos servidores da SAGI*



Fonte: Assessoria/Gabin/SAGI

É permanente a preocupação da SAGI em capacitar e qualificar seus servidores, principalmente nos temas afetos a suas competências e às políticas de desenvolvimento social. A fim de alcançar esse objetivo, foram realizadas parcerias com a CGRH/SAA/MDSA e também com a ENAP, conforme já registrado neste Relatório. Na parceria com a CGRH foi elaborado um Ciclo de Debates para Atualização dos Servidores, cujos cursos oferecidos são ministrados por servidores do próprio MDSA, que têm expertise e domínio dos assuntos abordados.

Contando com o apoio da ENAP, elaborou-se o Programa de Aperfeiçoamento em Gestão de Políticas de Proteção e Desenvolvimento Social para atender, prioritariamente, servidores do MDSA, que está em seu segundo ano de implementação. O referido Programa foi derivado do Curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas de Proteção e Desenvolvimento Social, oferecido em duas edições – 2012 e 2013 – também em parceria SAGI/ENAP. A prática pedagógica dos cursos ofertados

privilegia o ensino aplicado e a articulação entre teoria e prática, buscando associar a aprendizagem à reflexão e análise de problemas concretos.

No ano de 2016, a CGRH ofertou aos servidores da SAGI cerca de 43 cursos de capacitação. Um servidor participou do Curso “*International Introducción a la Evaluación de Impacto de Políticas y Programas Públicos*”, módulo presencial - Construindo Competências para Avaliação de Impacto de políticas e programas governamental em suas três esferas, Federal, Estadual e Municipal, realizado na Cidade do Panamá, no Panamá. No Portal da SAGI há informações, ementas, apresentações e material didático dos programas de capacitação e formação para servidores.

4.1.2. Demonstrativo das despesas com pessoal

Quadro 24 – Demonstrativo das Despesas do pessoal da SAGI

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos										
Exercícios	2016									-
	2015									-
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade										
Exercícios	2016	784.851,80	245.744,71	153.452,19	40.851,23	111.462,25	22.107,22	751.280,28		2.109.749,68
	2015	705.623,51	184.670,35	131.544,73	43.634,76	82.843,94	15.851,89	649.845,54	103,50	1.814.117,77
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade										
Exercícios	2016		497.093,53	36.070,35	45.348,52	69.291,69	3.880,14	7.742,14	268,03	659.694,40
	2015		700.607,32	63.268,24	23.087,00	92.637,48	4.156,30	8.212,08	996,27	892.964,69
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)										
Exercícios	2016	1.287.245,24		102.449,98	50.071,36	140.276,76	51.742,21	40.874,40	4.250,66	1.676.910,61
	2015	1.333.171,87		126.166,89	49.088,48	118.293,95	36.690,26	51.558,12		1.714.969,57
Servidores cedidos com ônus										
Exercícios	2016	41.706,81		5.683,49	1.821,52	8.838,78	9.641,04	24.165,00		91.856,64
	2015	40.289,76		5.318,03	1.772,67	9.911,17	5.861,28	23.886,57	780,75	87.820,23
Servidores com contrato temporário										
Exercícios	2016	571.560,00		47.630,00	16.599,96	33.486,00	7.704,00			676.979,96
	2015	539.743,34		44.863,33	33.136,62	25.516,57	836,00			644.095,86

Fonte: Extração SIAPE – posição 31 de dezembro de 2016.

4.1.3. Gestão de riscos relacionados ao pessoal

Na gestão de pessoas, a SAGI continua enfrentando os problemas relativos à falta de profissionais, a existência de diversos vínculos empregatícios e a rotatividade de pessoas. Os riscos identificados referem-se, principalmente, a:

1. Carência de pessoal especializado, com perfil acadêmico voltado às atividades de alta complexidade que geram o portfólio de produtos e entregas da SAGI;
2. Rotatividade de servidores das carreiras Analistas Técnicos de Políticas Sociais (ATPS) e Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE), sobretudo devido a salários não atrativos, pois, em decorrência da natureza do trabalho, há frequente migração para outros concursos ou para empresas de mercado; e,
3. Necessidade de profissionais da carreira Analista em Tecnologia da Informação (ATI), no âmbito do Sistema de Administração de Recursos de Informação e Informática (SISP), para desempenhar atividades de gestão e desenvolvimento de sistemas, voltadas à competência de Gestão da Informação, atribuída à SAGI por força do regimento interno do MDSA. Vale destacar que a SAGI, embora tenha as atribuições acima referidas, não foi

reconhecida, em 2016, pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI/MPDG), como órgão correlato ao SISP, impedindo a descentralização de servidores dessa carreira.

Importa mencionar que os servidores temporários constituem uma mão de obra qualificada para tarefas de alta complexidade na Secretaria, porém após o exercício da função, por força do encerramento do contrato, esse servidor que já possui o domínio da técnica fica obrigado ao desligamento do Ministério. Portanto, é mister frisar a necessidade adicional de pessoal efetivo, de forma a garantir a absorção e incorporação desse conhecimento produzido.

4.1.4. Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

No exercício de 2016, atuaram em atividades de apoio administrativo da unidade 12 terceirizados e 5 estagiários, com exigência de grau de escolaridade correspondente ao nível médio. As contratações são efetuadas junto a Works Construção & Serviços – EIRELLI, cujos parâmetros contratuais e de gestão estão sob responsabilidade da Coordenação-Geral de Recursos Humanos (CGRH) da SAA/MDSA.

No que tange ao fluxo de ingresso e egresso do pessoal de apoio e estagiários, houve 3 (três) ingressos e 2 (dois) egressos na força de trabalho de terceirizados em 2016. Quanto aos estagiários, em virtude da especificidade dessa modalidade de contratação, ocorreram 6 (seis) ingressos e 4 (quatro) egressos no ano.

4.1.5. Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

A contratação de consultoria individual busca trazer aporte de conhecimento inédito, definido com objetividade e clareza, na produção de serviços técnicos especializados relativos a estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos ou executivos, pareceres, perícias e avaliações em geral, treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, dos programas e ações de desenvolvimento social. Esta atuação é restrita a um período limitado, de prazo não superior a doze meses, em geral, e sem subordinação jurídica às unidades cujos estudos estão vinculados.

No âmbito do MDSA, os programas governamentais das áreas finalísticas encontram-se em estágios diferenciados de implementação, sendo que essas contratações individuais por produto colaboram para o seu aprimoramento. Os diferentes níveis de consolidação dos programas demandam contribuições que remetem a melhorias em seus sistemas informatizados, buscando torná-los ferramentas mais efetivas de gestão, bem como a apresentação de alternativas para a incorporação de novos conceitos para a implementação dos programas e políticas a que estão vinculados.

Os critérios de escolhas de consultores e projetos, na SAGI, seguem rigorosamente as diretrizes traçadas pelo MDSA, por meio da Diretoria de Projetos Internacionais (DPI), da Secretaria-Executiva, bem como as regras de contratação dos organismos internacionais e a legislação vigente. As contratações de consultorias individuais fazem parte dos instrumentos de planejamento anual de execução de cada Projeto de Cooperação Técnica Internacional. As propostas de contratação são elaboradas considerando:

1. A respectiva finalidade dos diferentes projetos de cooperação;
2. Os desafios apresentados às respectivas políticas e sua compatibilidade com os projetos de cooperação técnica internacional;
3. O escopo da contratação a ser efetivada;
4. A melhor adequação desta contratação, analisando sempre a possibilidade de contratação por meio de consultoria de pessoa jurídica, no caso de contratações com escopo mais extenso; e,

5. A capacidade de gestão técnica das contratações.

As despesas relacionadas à contratação de consultoria individual referem-se aos custos dos contratos, definidos em cada produto a ser entregue, à emissão de passagens e ao pagamento de diárias para o deslocamento do consultor em missões necessárias à consecução dos objetivos de sua contratação. Os recursos para viagens são criteriosamente destinados ao deslocamento do consultor, tendo em vista a real necessidade apontada no momento da execução do produto, sem o risco de representar maiores ganhos na remuneração dos produtos da consultoria.

Segundo informações da DPI, a variação cambial nos projetos que são executados em dólares americanos (US\$), como os projetos com PNUD e FAO, resultaram em aumento da capacidade orçamentária dos projetos. Por isso, os projetos continuam em fase de revisão substantiva a fim de reduzir o seu orçamento, de modo a atender os resultados e objetivos previstos, sem aumentar o fluxo financeiro. Os aportes de recursos, no âmbito desses projetos, são feitos de modo a melhor adequar a previsão de execução das atividades. Deste modo, utilizam-se os respectivos planejamentos anuais de cada projeto de cooperação e verifica-se também em que estágio de execução encontram-se as despesas planejadas. Havendo atraso na execução das ações previstas, não se faz aporte de recursos até que seja realmente necessário. Para o Acordo de Empréstimo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) – P101500-7841/BR –, além do aporte ao projeto de cooperação em momento mais adequado, os saques dos recursos em dólar são feitos apenas no momento da execução das ações planejadas.

A contratação de consultores compreende a realização de diversas etapas, que se iniciam na área interessada, com a elaboração do Termo de Referência (TR), que deflagra o processo de seleção, e se conclui na DPI com a celebração do contrato propriamente dito. A avaliação dos riscos relacionados às contratações de consultores, bem como os controles internos exercidos, obedecem a procedimento padrão, no MDSA, bem como ocorrem em diversas etapas do processamento. Encontra-se abaixo o quadro que demonstra todas as etapas e a identificação dos riscos existentes:

Quadro 25 – *Contratação de consultores – riscos e controles internos*

Etapas da contratação	Riscos Identificados	Controles Internos
Planejamento da Contratação	Similaridade da contratação com outras contratações ocorridas anteriormente.	Pesquisa eletrônica nos arquivos dos projetos, de modo a verificar se há contratações, objeto ou produtos similares ao que se encontra em tramitação.
	Objeto da contratação não guarda consonância com objetivo do Projeto de Cooperação Técnica.	Verificação de consonância do objeto da contratação com o objetivo do Projeto de Cooperação Técnica.
Elaboração do TR	Falta de controle da circulação de informações referentes ao Termo de Referência durante a fase de sua elaboração.	Constituição formal de comissão técnica para elaboração do edital e processo de avaliação da seleção. A comissão toma ciência quanto ao sigilo devido para a fase de elaboração do edital.
	Excesso de restrições ou amplitude de possibilidades para contratação.	Análise da DPI quanto aos requisitos obrigatórios e desejáveis de modo a verificar se não há desequilíbrio para estes critérios, podendo levar a processo deserto ou excesso de currículos a serem analisados.

	Atividades da Consultoria podem ser atividades regimentais ou podem ser executadas por recursos humanos do Ministério.	Unidade demandante encaminha solicitação de contratação já com declaração de que não se trata de atividade regimental, nem há pessoas disponíveis em seu quadro para essa atividade. Realização de consulta à CGRH/SAA, que faz o encaminhamento da pesquisa para demais unidades do Ministério.
Avaliação do Curriculum Vitae	Aplicação incorreta dos critérios estabelecidos no TR.	Elaboração de planilha eletrônica de avaliação com critérios a serem considerados neste processo.
	Atribuição de notas com pouco critério.	As notas da avaliação devem ser justificadas em cada ponto da avaliação e por cada um dos avaliadores.
	Beneficiar candidato considerando fatores de relação pessoal.	Declaração quanto ao dever de sinalizar esta situação no caso de sua ocorrência e pedir o afastamento da etapa de avaliação.
Contratação	Disparidade de expectativas quanto ao que se espera da contratação em termos de produtos a serem entregues e forma de trabalho.	Realização da reunião de negociação entre comissão técnica e candidato selecionado, na qual ocorre a apresentação de dúvidas e esclarecimentos pelas partes.
	Impossibilidade de contratação devido a ocorrências previstas na legislação específica ou na lei de conflito de interesses.	Há o esclarecimento quanto às respectivas vedações da legislação, sendo que há ainda pesquisa realizada no portal da transparência e pela CGRH/SAA, para a verificação de ocorrência quanto a alguma situação de incompatibilidade com a contratação da consultoria.
Elaboração de produtos	Elaboração de produto que não atende às necessidades da contratação.	Durante a reunião de negociação da contratação há o esclarecimento do que se espera da contratação e de cada um dos produtos previstos no TR. A supervisão técnica da contratação faz o encaminhamento da elaboração do produto e adverte o consultor contratado em caso de elaboração de produto cujo conteúdo não atenda ao que é necessário para a unidade demandante.
Aprovação de produtos	Pagamento de produtos que não se constituem no que efetivamente deveria ser entregue no âmbito da contratação.	Além da aprovação técnica do produto, que deve vir da área demandante, esta DPI realiza a verificação dos aspectos formais do produto, em conformidade com o que se encontra previsto no TR e em sua planilha de detalhamento das atividades necessárias para a obtenção do produto. Em caso de dúvida a DPI elabora consulta apontando a inconsistência percebida, solicitando maiores esclarecimentos, sua correção ou aplicação de glosa aos valores pagos pelo produto.

Fonte: DPI/SE/MDSA

Esse tipo de contratação tem sido fundamental para a SAGI na realização de projetos de pesquisas e estudos, análises estatísticas e outras atividades que contribuem para cumprimento da missão institucional. Em 2016, foi realizada a contratação de apenas uma consultoria individual por meio do Projeto PNUD BRA/12/006 para “Apoio à gestão descentralizada do Sistema Único da Assistência Social

– SUAS” com objetivo de realizar pesquisa qualitativa para avaliação de efeitos do programa CapacitaSUAS, a fim de contribuir com o aprimoramento das funções, capacidades e competências das funções de gestão, do provimento de serviços, programas, projetos, benefícios e transferência de renda, e do exercício do controle social, por meio do apoio aos estados e ao Distrito Federal na execução dos seus Planos de Capacitação do SUAS.

4.2. Gestão do patrimônio e infraestrutura

4.2.1. Gestão do patrimônio imobiliário da União

A gestão do patrimônio imobiliário do MDSA é centralizada e as informações requeridas neste item estão descritas no Relatório de Gestão da Secretaria-Executiva – UPC 550003.

4.3. Gestão da Tecnologia da Informação

A SAGI, por meio do DGI, possui atribuições dentre as quais figuram: i) identificar as necessidades e problemas de informação no nível estratégico e gerencial que dão suporte aos programas sociais, propondo soluções e alternativas para tomada de decisão; ii) orientar a elaboração de sistemas de informações sociais e ferramentas informacionais voltadas para a gestão da informação; iii) administrar, em conjunto com a Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) da Secretaria Executiva, as bases de dados dos programas e ações sociais disponibilizadas para fins de monitoramento, avaliação e gestão de informações.

É oportuno esclarecer que, no desempenho de suas atribuições, o DGI mantém acervos de informações estratégicas do MDSA e possui recursos de informação para tratamento estatístico, publicização e ferramentas de gestão da informação, o que não se confunde com a gestão de TI a cargo da citada DTI. Portanto, entende-se que as informações requeridas neste item estão descritas no Relatório de Gestão da Secretaria Executiva – UPC 550003.

Não obstante, merece destaque o fato de que nos 12 anos de atuação da SAGI o DGI desenvolveu cerca de 50 ferramentas para visualização de dados (tabuladores, geradores de gráficos e mapas, oficinas de educação a distância), armazenou e organizou informações de diversos programas, ações e projetos sociais em diversas granularidades – desde informações pessoais até agregados por região e país. Em picos de acesso, as ferramentas da SAGI têm cerca de 1,5 milhão de consultas em um único dia. Mais de cem países acessam esses dados regularmente.

O Catálogo de Ferramentas da SAGI, inserido em “Anexos e Apêndices” deste Relatório, pode ser obtido no endereço <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad/download/CatalogoDeFerramentas.pdf> ou no <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/catalogo/>. A título de ilustração, abaixo se encontram alguns dos principais produtos gerados:

Figura 2 – Principais Produtos da SAGI

SAGI Gestão

Efetuar Login

Ache em nosso portal

SAGI

Institucional

- Dados
- Gestão**
- Mapas
- Indicadores
- Microdados
- Pesquisas
- Publicações
- Capacitação
- Eventos

CECAD
FERRAMENTA DE CONSULTA E EXTRAÇÃO DE INFORMAÇÕES DO CADASTRO ÚNICO

Ferramentas para Gestão

<p>CECAD - Consulta e Extração de Informações do Cadastro Único</p> <p>Consulta e extração de informações das famílias inscritas no Cadastro Único de Programas Sociais.</p>	<p>Registro Mensal de Atendimentos - RMA</p> <p>Acesso ao Sistema de Registro Mensal de Atendimentos - RMA</p>	<p>RMM - Registro Mensal de Mobilizações do Programa ACESSUAS/Trabalho</p> <p>Registro Mensal de Mobilizações</p>
<p>Gestão SUAS</p> <p>Acesse as ferramentas de gestão do Sistema Único da Assistência Social (SUAS).</p>	<p>SUAS Visor - Relatórios e Informações para Gestão</p> <p>Ferramentas, relatórios e informações necessários para a gestão dos equipamentos do SUAS.</p>	<p>Adesão ao PRONATEC / BSM e Designação de Interlocutores</p> <p>Aplicativo que permite, após formalização pelo MDS, a adesão de município ao Pronatec/BSM.</p>

Fonte: Portal SAGI/MDSA

SAGI Mapas

Efetuar Login

Ache em nosso portal

SAGI

Institucional

- Dados
- Gestão
- Mapas**
- Indicadores
- Microdados
- Pesquisas
- Publicações
- Capacitação
- Eventos

MOPS
Mapa de Oportunidades e Serviços Públicos
MAPA DE OPORTUNIDADES E SERVIÇOS PÚBLICOS
PORTAL QUE REÚNE E ORGANIZA INFORMAÇÕES ACERCA DE OPORTUNIDADES

Mapas

<p>Mapa de Oportunidades e Serviços Públicos</p> <p>Portal que reúne informações sobre oportunidades de qualificação profissional e serviços públicos</p>	<p>IDV - Identificação de Domicílios em Vulnerabilidade</p> <p>Obtenha indicadores sociais em tabelas ou mapas em nível estadual, municipal ou de setor censitário</p>	<p>MDS em Mapas</p> <p>Consulte mapas criados sobre diversas temáticas sociais.</p>
<p>Mapas Temáticos de Vulnerabilidade Social</p> <p>Construa mapas temáticos de indicadores relativos a condições de vulnerabilidade social.</p>		

Fonte: Portal SAGI/MDSA

SAGI

Efetuar Login

Ache em nosso portal

SAGI

- Institucional
- ↳ Dados
 - Gestão
 - Mapas
 - ↳ Indicadores
 - Microdados
- Pesquisas
- Publicações
- Capacitação
- Eventos

NAVEGUE AQUI

- Cidadão
- Técnico e Pesquisador
- Gestor Estadual e Municipal
- Servidores do MDS

Indicadores

MDS PRA VOCÊ

PORTAL COM INFORMAÇÕES DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS E AÇÕES DO MDS

Dados e Indicadores

Relatórios de Informações Sociais - RI

Acesse relatórios e boletins com dados sobre os programas, ações e serviços do MDS em todo o país.

Data Social

Obtenha informações sobre o panorama social, econômico e demográfico dos municípios e estados.

MI Social

Sistema de monitoramento com informações e indicadores de programas, ações e serviços do MDS

Tab Social - Tabulador de Microdados

Produza tabulações simples e cruzadas a partir das principais bases de microdados do MDS.

Catálogo de Ferramentas

Catálogo de Ferramentas Informacionais da SAGI

Portal Brasil Sem Miséria no seu Município

Os boletins BSM no seu Município/Estado foram atualizados com dados mais recentes.

Portal Brasil Sem Miséria no seu Estado

Ferramentas, relatórios e informações relativos às ações e programas do BSM por Estado.

Portal do Censo SUAS

Portal que reúne publicações, pesquisas e sistemas de registro e acompanhamento dos equipamentos.

MDS pra você

Portal contendo informações a respeito dos principais programas e ações do MDS.

Portal de Segurança Alimentar e Nutricional

Indicadores e Ferramentas Gerenciais de Segurança Alimentar e Nutricional

Fonte: Portal SAGI/MDSA

SAGI

Efetuar Login

Ache em nosso portal

SAGI

- Institucional
- ↳ Dados
 - Gestão
 - Mapas
 - Indicadores
 - ↳ Microdados
- Pesquisas
- Publicações
- Capacitação
- Eventos

Microdados

A Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação - SAGI/MDSA, disponibiliza os microdados, não identificados, das Pesquisas de Avaliação e Estudos, em formato texto (.txt), com delimitador ";" - para utilização em aplicativos estatísticos como, por exemplo, SPSS ou SAS ou R.

Localizar:

Tema:

Grupo:

Tema	Grupo	Título
Assistência Social	CENSO SUAS	Censo SUAS 2014
		Censo SUAS 2013
		Censo SUAS 2011

Fonte: Portal SAGI/MDSA

4.4. Gestão ambiental e sustentabilidade

Em cumprimento aos normativos e procedimentos relativos à gestão ambiental e sustentabilidade, o MDSA instituiu a Comissão MDSA Sustentável atendendo à Agenda Ambiental da Administração Pública - A3P, da qual a SAGI é participante. O tema é tratado de forma institucional e centralizada a cargo da Secretaria Executiva do MDSA. As informações requeridas neste item estão registradas no Relatório de Gestão da Secretaria-Executiva – UPC 550003.

4.5. Gestão de fundos e de programas

4.5.1. Identificação e informações dos fundos na gestão da unidade

A Unidade Gestora SAGI não operacionalizou fundos no exercício de 2016.

5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

5.1. Canais de acesso do cidadão

Com o objetivo de atender melhor às necessidades de comunicação com a sociedade e reforçar a participação dos nossos visitantes, em novembro de 2016, foi lançado o novo Portal da SAGI, com a reestruturação de seu formato e programação. O Portal tem como compromisso o acesso e transparência das informações, por meio da atualização, fomento, divulgação das atividades promovidas pela secretaria e o estímulo ao uso das informações geradas, quer sejam para a comunidade acadêmica, os gestores, nos diversos níveis de governo, ou o cidadão.

No Portal da SAGI – <http://www.mds.gov.br/sagi> - são disponibilizados produtos de diferentes naturezas, tais como relatórios, pesquisas, microdados, manuais, boletins, indicadores e mapas, entre outros. O cidadão pode acessar diversos dados das políticas do MDSA sem a necessidade de senha, nas ferramentas disponibilizadas no Portal da SAGI.

O relacionamento com os usuários das ferramentas/aplicativos de monitoramento dá-se por meio do link “Dúvidas e Sugestões: monitoramento.sagi@mds.gov.br”. Em 2016, foram respondidos 20 e-mails enviados por usuários solicitando informações a respeito do trabalho realizado pelo Departamento de Monitoramento (DM). Há um técnico responsável pelo acompanhamento e elaboração de respostas para essas mensagens.

No Departamento de Avaliação (DA), no caso das pesquisas de avaliação com coleta de dados primários, é realizada pesquisa telefônica com os agentes pesquisados, juntamente com a fiscalização da coleta, em que são verificadas a conduta e urbanidade dos entrevistadores.

O Departamento de Formação e Disseminação (DFD), por sua vez, possui quatro canais de comunicação com os usuários: i) o renepsuas@mds.gov.br - e-mail que atende, principalmente, as Instituições de Ensino Superior (IES) e as equipes estaduais responsáveis pela Educação Permanente no SUAS; ii) o sagi.dfd@mds.gov.br - e-mail acessado para dúvidas sobre atividades diversas do departamento, incluindo publicações e eventos; iii) o nead.sagi@mds.gov.br - canal de atendimento aos alunos/participantes dos cursos ofertados na modalidade de ensino a distância; e iv) o biblioteca@mds.gov.br – canal de atendimento aos servidores e usuários em geral para solicitação de publicações e consulta de acervo.

No DGI, a ferramenta Base de Conhecimento, Problemas e Soluções (BCPS) –, que os usuários do Portal da SAGI utilizam para questões gerais das aplicações no *linapk* “Fale Conosco”, registrou mais de 1.376 questionamentos, os quais foram respondidos ou encaminhados aos setores competentes.

Além disso, encontra-se ativo o e-mail institucional aiad.sagi@mds.gov.br, onde foram apresentados mais de 525 questionamentos, para dúvidas diversas (problemas em sistemas, solicitações de dados, informações gerais etc.), que também foram respondidos ou encaminhados aos setores competentes.

O MDSA utiliza-se de canais de comunicação, com o objetivo de melhorar e ampliar relacionamento do ministério com a sociedade.

Ouvidoria

A Ouvidoria é agente responsável por receber solicitações, reclamações, sugestões, elogios dos cidadãos e dar encaminhamento visando a resolução do atendimento. A Ouvidoria coordena ainda, o Serviço de Informações ao Cidadão (SIC). O atendimento é realizado à sociedade, gestores, instituições e

público interno (servidores do MDSA) por meio dos seguintes canais: carta, e-mail, formulário eletrônico, atendimento presencial e mediante ligação gratuita para o telefone 0800-707.2003 (opção 5) da Central de Relacionamento do MDS. O horário de atendimento é de segunda a sexta-feira, das 7h às 19h.

Carta ou atendimento presencial:

Ministério do Desenvolvimento Social (MDSA).

Esplanada dos Ministérios – Bloco C – 9º andar – Sala 936

CEP 70046-900 – Brasília/DF

De segunda a sexta-feira, das 8h às 18h.

Formulário Eletrônico

<http://mds.gov.br/fale-com-o-mds>

SIC - Serviço de Informação ao Cidadão

O SIC - Serviço de Informação ao Cidadão foi criado a partir da Lei Nº 12.527/2011, para pedido de acesso a informações públicas e está vinculado regimentalmente à Ouvidoria.

Canais de Atendimento

Presencial: SIC/MDSA - Esplanada dos Ministérios, Bloco C, Térreo, sala T-21, CEP 70046-900 - Brasília/DF. De segunda a sexta-feira, das 8h às 18h.

Formulário Eletrônico

<https://esic.cgu.gov.br/sistema/site/index.html?ReturnUrl=%2fsistema%2f>

MDS Pra Você

O MDS Pra Você foi desenvolvido em linhas temáticas para garantir mais agilidade no acesso ao conteúdo dos programas do Ministério como: Cadastro Único, Bolsa Família, Segurança Alimentar e Nutricional, Cursos de Qualificação Profissional, Assistência Social e Informações Sociais.

Em Cadastro Único, por exemplo, o cidadão encontra informações sobre as regras de acesso aos programas sociais do governo federal.

No que tange ao quantitativo das demandas da sociedade, a SAGI por não ser uma Secretaria finalística foi enquadrada no universo de “Demais MDSA”, cuja tabela sintética contendo os quantitativos e formas de tratamento encontram-se no Quadro 26:

Quadro 26 – Demandas telefônicas e por e-mail

TELEFONIA - DEMAIS MDSA			2014			2015			2016			TOTAL		
			Volume	(%)	TMR	Volume	(%)	TMR	Volume	(%)	TMR	Volume	(%)	TMR
1º Nível	Central	Recebida	167.908	100,00%	-	37.120	100,00%	-	20.773	100,00%	-	225.801	100,00%	-
		Concluída	167.904	100,00%	0:03:15	37.027	99,75%	0:14:46	20.705	99,67%	0:26:30	225.636	99,93%	0:07:17
		Encaminhada	4	0,00%	-	93	0,25%	-	68	0,33%	-	165	0,07%	-
2º Nível	MDSA	Recebida	18	100,00%	-	80	100,00%	-	154	100,00%	-	252	100,00%	-
		Concluída	17	94,44%	1 dias	73	91,25%	3 dias	144	93,51%	2 dias	234	92,86%	1 dias
		Encaminhada	1	5,56%	-	7	8,75%	-	10	6,49%	-	18	7,14%	-
3º Nível	DEMAIS MDSA	Recebida	1	-	-	7	0,00%	-	10	-	-	18	-	-
		Concluída	0	0,00%	0 dias	0	0,00%	0 dias	4	40,00%	11 dias	4	22,22%	11 dias
		Pendente	1	100,00%	605 dias	7	100,00%	415 dias	6	60,00%	169 dias	14	77,78%	323 dias

e-MAIL - DEMAIS MDSA			2014			2015			2016			TOTAL		
			Volume	(%)	TMR									
1º Nível	Central	Recebida	15.847	100,00%	-	12.701	100,00%	-	5.752	100,00%	-	34.300	100,00%	-
		Concluída	15.251	96,24%	0:35:50	12.136	95,55%	0:45:02	5.057	87,92%	1:48:29	32.444	94,59%	0:50:36
		Encaminhada	596	3,76%	-	565	4,45%	-	695	12,08%	-	1.856	5,41%	-
2º Nível	MDSA	Recebida	596	100,00%	-	565	100,00%	-	695	100,00%	-	1.856	100,00%	-
		Concluída	444	74,50%	0:34:11	432	76,46%	14:03:20	461	66,33%	13:13:24	1.337	72,04%	9:17:25
		Encaminhada	152	25,50%	-	133	23,54%	-	234	33,67%	-	519	27,96%	-
3º Nível	DEMAIS MDSA	Recebida	152	100,00%	-	133	100,00%	-	234	100,00%	-	519	100,00%	-
		Concluída	151	99,34%	46 dias	104	78,20%	23 dias	204	87,18%	25 dias	459	88,44%	31 dias
		Pendente	1	0,66%	648 dias	29	21,80%	387 dias	30	12,82%	179 dias	60	11,56%	287 dias

5.2. Carta de serviços ao cidadão

A Carta de Serviços ao Cidadão – MDSA pra Você –, instituída pelo Decreto 6.921/2009, foi elaborada sob coordenação da Ouvidoria, da Secretaria Executiva, com a participação de representantes de todas as Secretarias do MDSA. Para acessar os conteúdos de responsabilidade da SAGI, é necessário clicar no ícone “Informações Sociais”, a partir do endereço eletrônico <http://mdspravoce.mds.gov.br/>.

A Carta ao Cidadão do MDS é uma importante ferramenta para os gestores dos programas sociais e profissionais da rede de assistência social de todo o país. No MDS Pra Você, eles têm acesso ao banco de dados do ministério com informações e estatísticas completas sobre as ações e programas do Brasil Sem Miséria, plano criado em 2011 com o objetivo de superar a extrema pobreza no país.

Criada pelo decreto nº 6.932 da Presidência da República, a Carta de Serviços ao Cidadão deve conter informações claras e precisas em relação a cada um dos serviços prestados pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal.

5.3. Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

Ainda não existem pesquisas que possam aferir o grau de satisfação dos cidadãos-usuários dos produtos e serviços, porém é possível afirmar que houve expressivo crescimento do interesse pelas entregas da SAGI nos últimos anos.

Em picos de acesso, as ferramentas da SAGI têm cerca de 1,5 milhão de consultas em um único dia. Os 576.167 usuários registrados em 2016 demonstraram interesse nos dados da SAGI: a duração média das visitas ao Portal da SAGI foi de 5 minutos e 17 segundos.

O Portal da SAGI não é acessado apenas no Brasil. Registra-se o acesso de usuários de 105 países; os Estados Unidos têm a maior quantidade de acessos fora do Brasil.

5.4. Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

O Portal da SAGI contém documentos referentes à atuação da SAGI, considerados úteis e relevantes à sociedade, pois contribuem para a transparência da gestão. Tais documentos podem ser acessados na internet pelos links abaixo:

1. Relatórios de Gestão da SAGI – 2004 a 2015 (integrado ao Relatório da Secretaria-Executiva) <http://mds.gov.br/acesso-a-informacao/auditoria/secretaria-executiva>
2. Balanço de Atividades – Gestão 2011/2015
<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmps/ferramentas/docs/balan%C3%A7o.pdf>
3. Livro - SAGI: Informação e conhecimento para Políticas de Desenvolvimento Social
http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmps/ferramentas/docs/LIVRO_SAGI_BAIXA_FINAL.pdf

5.5. Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

O site do Núcleo de Educação a Distância da SAGI contempla adequações de acessibilidade com um aplicativo de “Libras” e de ampliação das fontes para pessoas com limitação visual. Além disso, o portal da SAGI apresenta duas funcionalidades que permitem maior contraste para leitura de pessoal menor acuidade visual.

Vale destacar que, em todos os eventos realizados pela SAGI, tais como seminários, alinhamentos e capacitação, o critério/exigência de acessibilidade física tem sido cuidadosamente respeitado.

Em cumprimento à Lei nº 10.098/2000 e Decreto nº 5.296/2004, o acesso aos serviços, produtos e instalações, por cidadãos que possuem alguma deficiência, é tratado de forma institucional e centralizada pela Secretaria Executiva do MDSA, que vem promovendo as diversas adequações necessárias. As informações requeridas neste item estão registradas no Relatório de Gestão da Secretaria-Executiva – UPC 550003.

6. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

6.1. Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

As informações relativas aos procedimentos e práticas adotadas para a depreciação, amortização ou exaustão de itens do patrimônio e também para avaliação e mensuração de ativos e passivos, em cumprimento às diretrizes preconizadas nas Normas Brasileiras Aplicadas ao Setor Público, são fornecidas pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPO) do MDSA. Portanto, as informações requeridas neste item estão descritas no Relatório de Gestão da Secretaria-Executiva – UPC 550003.

6.2. Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN), do Ministério da Fazenda, instituiu o sistema informacional de custos por meio da Portaria STN nº 716/2011, o qual tem por finalidade o acompanhamento, a avaliação e a gestão dos custos dos programas e das unidades federais. Seguindo a orientação desse Órgão Central de Contabilidade, foi criado no MDSA, pela Portaria SE/MDS nº 362, de 05/09/2014, a Setorial de Custos. Posteriormente, foi constituído o Grupo de Trabalho de Custos (GT-Custos) para exercer atribuições de órgão setorial de custos, coordenado pela SPO/SE. No ano de 2016 foi dada continuidade à rotina de recebimento mensal das informações relativas à Ação 4923 que constam do orçamento.

Levando-se em consideração as informações do sistema, prestadas pela Secretaria Executiva, e com base nos conceitos de Gasto Unitário Previsto, Custo Total e Custo Unitário Real, o Quadro 27 abaixo retrata os dados da ação 4923, que integra o Programa de Gestão e Manutenção do MDSA (Programa 2122), no ano de 2016.

Quadro 27 – Apuração do custo unitário da SAGI

Produtos/Serviços	Orçamento do ano 2016	Gasto unitário previsto	Custo Total 2016 (R\$)	Metas Realizadas	Custo Unitário Real 2016
Ação 4923 – Meta: 10.000 Projetos implementados	6.941.158,00	694,12	2.477.664,00	297 unidades	R\$ 8.342,00

Fonte: TESOURO GERENCIAL/STN 2016 e SIOP 2016

O Gasto Unitário Previsto equivale à razão entre o valor da dotação aprovada no orçamento do ano, acrescido de créditos adicionais (ou seja, valor da dotação atual), e a quantidade a ser realizada (meta estabelecida) do produto da ação 4923 no ano – $R\$ 6.941.158,00/10.000 = R\$ 694,12$. Não houve créditos adicionais no orçamento da SAGI, em 2016.

O Custo Total do ano é calculado pelo Sistema de Custos da STN, mensalmente, e o acumulado foi de R\$ 2.477.664,00, que se refere ao valor liquidado mais os Restos a Pagar pagos no ano.

O Custo Unitário Real equivale à razão entre o custo total no ano (Custo (LOA+RAP)) e a meta física total realizada (Qtde Realizada (LOA+RAP)) do produto da ação 4923 no ano – R\$ 2.477.664/297 = R\$ 8.342,00.

Sem adentrar em aspectos metodológicos da apuração de custos, que tem sido amplamente apontados e discutidos pelos órgãos envolvidos (SPO, Secretarias, STN), que sabidamente levam a distorções, é prudente esclarecer que:

- i) A SAGI atua por meio de serviços/atividades continuadas, produzindo e disseminando informação e conhecimento, que sob a ótica orçamentária é medida por “política avaliada” e “pessoa capacitada”¹, porém deixa de fora diversas atividades que representam importantes entregas para a sociedade;
- ii) Os produtos da ação 4923 e dos PO 0002 e 0003 – projetos implementados, política avaliada e pessoas capacitadas – são custeados por investimentos de diversos anos, e não, necessariamente, se referem a resultados obtidos a partir das despesas liquidadas mais RAP pagos no exercício financeiro de 2016; e,
- iii) As atividades que se pretende mensurar custos são de alta complexidade e alto nível intelectual, o que leva à constatação de que não são produtos que possam ter custos unitários comparáveis.

Os recursos da ação 4923 destinam-se, principalmente, à realização de estudos/pesquisas, capacitação de pessoas e produção/aprimoramento de ferramentas informacionais, que são atividades distintas, operacionalizadas de formas diferentes, como pode ser extraído deste Relatório. Atribuir a cada uma delas o mesmo tratamento linear do cálculo feito pelo sistema de custos distorce por completo o custo unitário real. Vale lembrar que historicamente 80% dos recursos dessa ação destinam-se a atividades de avaliação de políticas públicas, mas, no entanto, os 20% restantes investidos em capacitação tem apresentado excelentes resultados devido a estratégias de parcerias, utilização da modalidade de educação a distância e outros aspectos abordados anteriormente. Ainda neste contexto, a produção de ferramentas informacionais, via de regra, é resultante do esforço da própria equipe, sem aporte direto de recursos.

Mesmo ao analisar somente a atividade de avaliação de políticas públicas, observa-se que existem diferentes formas de realização de pesquisas: contratação por processo licitatório, que vai resultar em despesas relativas ao preço cobrado por empresas de mercado; parceria com outro órgão do Governo Federal, como IBGE, utilizando-se a capacidade já instalada; aportes em projetos de pesquisa no âmbito das universidades, como é o caso da parceria com o CNPq; ou, ainda, estudos realizados por consultores ou por técnicos da própria SAGI. Ademais, a abrangência das pesquisas (nacional, territorial etc.), a metodologia (de campo, telefônica, baseada em bancos de dados etc.), o escopo, podem ser muito diferentes e ter reflexos diretos no custo unitário delas. Numa abordagem muito superficial é possível dizer que não há um padrão metodológico ou operacional que permita a comparação, e pode-se citar o caso da PNAD 2015, mencionada neste Relatório, em que foram aportados R\$ 2.999.157,00.

O que se deseja mostrar é que pode haver grande diferença na matriz de custo para realização de uma pesquisa ou estudo² em relação aos custo para atividade de capacitação, o que torna temeroso afirmar como custo unitário o valor de R\$ 8.342,00 calculado acima, posto que atividades de pesquisa e estudos, além de serem de alta complexidade e nível intelectual requerem uma complexa logística operacional.

De qualquer forma, quanto aos resultados encontrados no Quadro 27 - *Apuração do custo unitário da SAGI*, e quanto à utilidade dessas informações, conclui-se pela não adequação do sistema de custos, ao

1 Não estão consideradas nesta análise, por força do enfoque orçamentário, outras atividades descritas neste Relatório, tais como: eventos realizados, boletins divulgados, materiais publicados etc.

2 Ambos servem de instrumento de avaliação de políticas públicas.

medir as atividades da SAGI. Em decorrência das peculiaridades dessas atividades é obrigatório aclarar que qualquer análise a partir dos dados desse Quadro leva a conclusões equivocadas.

6.3. Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

A SAGI é uma Unidade Gestora, porém não é Unidade Executora. Os recursos orçamentários e financeiros são transferidos à Unidade Executora 550005/00001 – Coordenação-Geral de Logística e Administração/SAA, encarregada de realizar a execução. As informações contábeis sobre a execução das despesas incorridas com tais recursos constam do Relatório de Gestão dessa Unidade, integrante da Secretaria Executiva do MDSA.

Não obstante, é notório que MDSA aplica os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e 16.10, bem como observa as disposições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda.

6.3.1. Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeiro e patrimonial – SAGI

A Unidade Gestora SAGI não apresentou atos e fatos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, de forma que não é necessário realizar o processo de verificação da conformidade contábil.

Na medida em que não houve movimentação orçamentária, financeira ou patrimonial na Unidade Gestora SAGI, também não há ocorrência de restrições contábeis na mesma até o final do exercício de 2016.

6.3.2. Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis do SIAFI

A declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis do SIAFI encontra-se anexada no capítulo “Anexos e Apêndices”.

6.3.3. Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/1964 e notas explicativas

Não ocorreram movimentações financeira, patrimonial ou orçamentária na SAGI e, portanto, não são requeridas as demonstrações contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/1964.

6.3.4. Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei nº 6.404/1976 e notas explicativas

Não se aplica à SAGI.

7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

7.1. Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Não houve deliberações do Tribunal de Contas da União (TCU) em acórdãos, que resultassem em determinações ou recomendações à SAGI.

7.2. Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

A auditoria realizada pela CGU, conforme Relatório nº 201503545 SFC/DS/DSDES, efetuou apontamentos que não geraram constatações ou recomendações.

7.3. Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário

a) Se está ou não aplicando os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10;

Não se aplica

b) Justificativas em caso de resposta negativa à alínea “a” acima;

Não se aplica

c) Metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo;

Não se aplica

d) A metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão;

Não se aplica

e) As taxas utilizadas para os cálculos;

Não se aplica

f) A metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido;

Não se aplica

g) O impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UJ no exercício.

Não se aplica

7.4. Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei nº 8.666/1993

No âmbito do SAGI, que não é Unidade Executora, nada há a reportar sobre pagamentos de obrigações, com base no art. 5º da Lei nº 8666/1993.

7.5. Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

a) **Descrição sucinta do processo de verificação da conformidade contábil no âmbito da unidade jurisdicionada, identificando a instância responsável pela realização de tal conformidade e as unidades gestoras executoras do SIAFI e fazendo referência à observância da segregação de função no processo de registro da conformidade;**

A Unidade Gestora não apresentou atos e fatos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

b) **Informações sobre a quantidade de ocorrências em cada uma das classificações, alerta ou ressalva, observadas durante o exercício;**

Não houve movimentação orçamentária, financeira ou patrimonial na Unidade Gestora, portanto não há ocorrência de restrições contábeis na mesma.

c) **Descrição de ocorrência não sanada até o final do exercício de referência do relatório de gestão, indicando as justificativas da não regularização.**

Não houve ocorrências não sanadas até o final do exercício de 2015.

7.6. Informações sobre ações de publicidade e propaganda

Não se aplica

7.7 Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/1964 e notas explicativas

Não ocorreram movimentações financeira, patrimonial ou orçamentária na UPC.

7.12 Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei nº 6.404/1976 e notas explicativas

Não se aplica.

8. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES DA GESTÃO

A Iniciativa Brasileira de Aprendizagem por um Mundo Sem Pobreza (*World Without Poverty* - WWP) foi criada em 2014 com o objetivo de prospectar, documentar e divulgar inovações e conhecimento sobre as tecnologias sociais brasileiras de gestão, desenho e implementação de políticas e programas sociais. O público-alvo do WWP é composto principalmente por técnicos e gestores estrangeiros responsáveis pela execução de programas sociais em seus países.

O WWP é uma parceria entre o Banco Mundial, o MDS, o Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). No MDSA, o órgão responsável pela articulação e gestão do WWP é a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI).

Lançado em março de 2014, o site da iniciativa¹ concentra a documentação produzida pela equipe do WWP e publicações dos quatro parceiros. Há, também, o lançamento periódico de newsletters com a divulgação de novos conteúdos disponibilizados no site: publicações eletrônicas, vídeos, diagramas, entrevistas.

O Quadro 28 apresenta os materiais documentais produzidos no âmbito do WWP em 2016. Vale a pena destacar que a equipe técnica da SAGI contribui tanto para a produção de conteúdo, quanto para o processo de diagramação dos textos em 4 línguas (português, inglês, espanhol e francês).

Quadro 28 – Relação de materiais produzidos no âmbito do WWP - 2016

Título	Descrição	Link
O Eixo de Garantia de Renda no Plano Brasil Sem Miséria	Detalha o eixo de garantia de renda do Plano.	https://wwp.org.br/sites/default/files/pub/Brasil_sem_Miseria_garantia_de_renda_portugues.pdf
O Eixo de Acesso a Serviços e a Ação Brasil Carinhoso do Plano Brasil Sem Miséria	Detalha o eixo de acesso a serviços do Plano.	https://wwp.org.br/sites/default/files/pub/Brasil_sem_Miseria_acesso_servicos_Brasil_carinhoso_portugues.pdf
A Estratégia de Inclusão Produtiva Urbana no Plano Brasil Sem Miséria	Explica a estratégia de inclusão produtiva no meio urbano.	https://wwp.org.br/sites/default/files/pub/Brasil_sem_Miseria_inclusao_produtiva_urbana_portugues.pdf
A Inclusão Produtiva Rural do Plano Brasil Sem Miséria	Explica a estratégia de inclusão produtiva no meio rural.	https://wwp.org.br/sites/default/files/pub/Brasil_sem_Miseria_inclusao_produtiva_rural_portugues.pdf
O Monitoramento do Plano Brasil	Detalha o processo de	https://wwp.org.br/sites

¹ Cujas informações podem ser acessadas em: <wwp.org.br>.

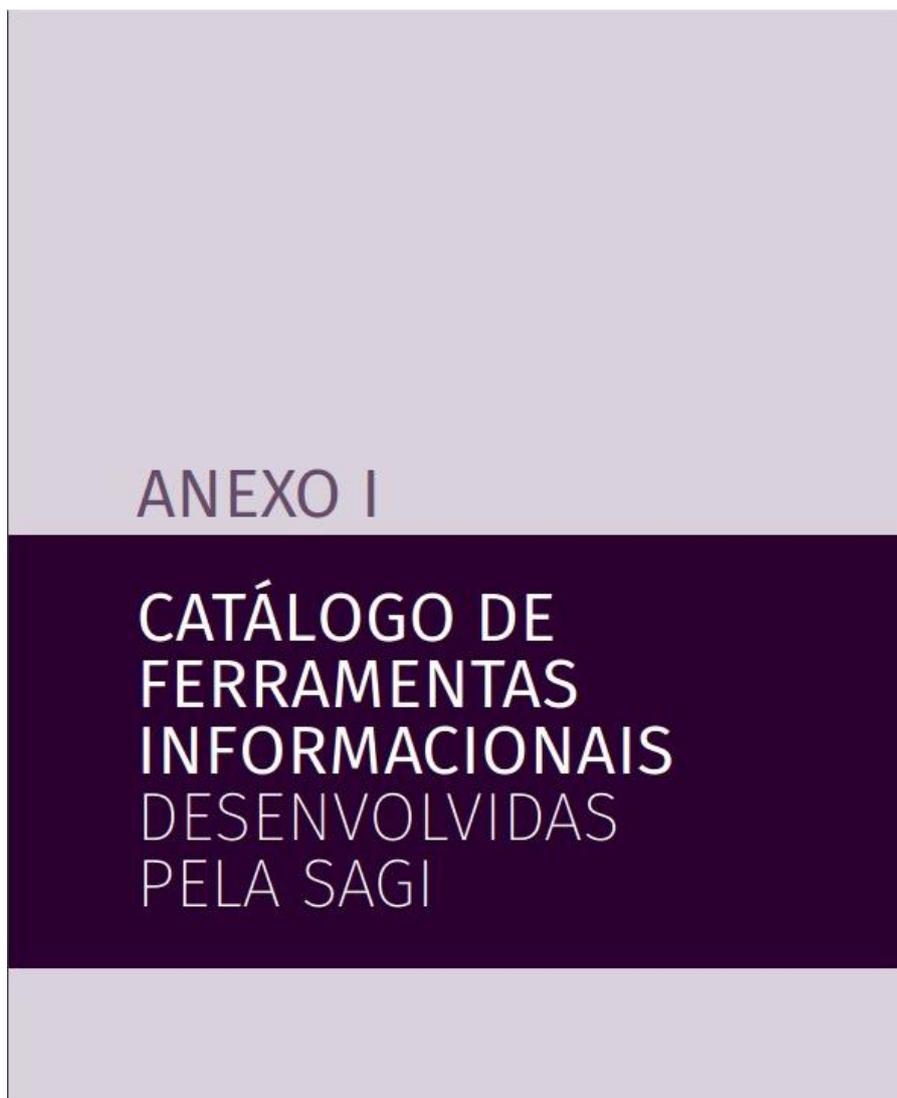
Sem Miséria	monitoramento do Plano.	/default/files/pub/Brasil_sem_Miseria_monitoramento_portugues.pdf
Ficha-resumo do Plano Brasil Sem Miséria (BSM)	Síntese do BSM.	https://wwp.org.br/sites/default/files/pub/wwp_ficha-resumo_bsm_brasil_sem_miseria_portugues.pdf
Desafios da Gestão da Informação	Apresenta as principais ferramentas informacionais produzidas pelo Departamento de Gestão da Informação da SAGI/MDS para que auxiliem as atividades de gestão, monitoramento e avaliação dos programas sociais do MDS.	https://wwp.org.br/sites/default/files/pub/wwp_gestao_informacao_desafios_port.pdf
Consulta, Seleção e Extração de Informações do Cadastro Único (Cecad)	Descreve como foi o processo de construção da ferramenta Cecad, os desafios e soluções encontradas.	https://wwp.org.br/sites/default/files/pub/wwp_gestao_informacao_cecad_port.pdf
A Construção do Mapa da Pobreza e do Mapa de Oportunidades e de Serviços Públicos	É apresentado o processo de construção de duas ferramentas que produzem mapas: o IDV - Identificação de Domicílios Vulneráveis e o MOPS - Mapa de Oportunidades e Serviços Públicos.	https://wwp.org.br/sites/default/files/pub/wwp_gestao_informacao_mapa_pobreza_opor_tunidades_port.pdf
O Censo do Sistema Único de Assistência Social (Censo Suas)	É apresentado o processo de construção do Censo do Sistema Único de Assistência Social (Censo Suas), com as dificuldades e soluções encontradas.	https://wwp.org.br/sites/default/files/pub/wwp_gestao_informacao_censo_suas_port.pdf
Instrumentos de Coordenação Interfederativa do Bolsa Família: o IGD	Apresenta o contexto de criação do Índice de Gestão Descentralizada do Bolsa Família (IGD-PBF), sua importância estratégica e como funciona atualmente.	https://wwp.org.br/sites/default/files/pub/igd_apresentacao-instrumentos-coordenacao-interfederativa.pdf
Breve Histórico e Linha do Tempo do IGD	Apresenta a evolução do Índice de Gestão Descentralizada (IGD) do Bolsa Família, com os principais marcos históricos registrados em uma linha do tempo.	https://wwp.org.br/sites/default/files/pub/igd-breve-historico-linha-do-tempo.pdf
Outros Instrumentos de Apoio à Gestão Descentralizada do Bolsa Família	Apresenta os principais instrumentos de gestão do Bolsa Família e	https://wwp.org.br/sites/default/files/pub/igd-outros-instrumentos-de-apoio-a-gestao-

	formas de comunicação utilizadas para orientar os estados e municípios.	descentralizada.pdf
Série Relatos de Uso de M&A: Do Cecad à Tarifa Social de Energia Elétrica na Comunidade de Santa Marta (RJ)	Relato ilustra como um programa social brasileiro usa o Cecad, ferramenta estratégica do Cadastro Único.	https://wwp.org.br/sites/default/files/pub/Do%20Cecad%20%C3%A0%20Tarifa%20Social%20de%20Energia%20El%C3%A9trica%20_%20Relato%20de%20Gest%C3%A3o%20da%20Informa%C3%A7%C3%A3o%20_%20PORT_BAIXA.pdf
Série Relatos de Uso de M&A: A Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua	Relato descreve como pesquisa sobre a população em situação de rua subsidiou políticas públicas específicas no Brasil.	https://wwp.org.br/sites/default/files/pub/Pesquisa%20Nacional%20sobre%20a%20Popula%C3%A7%C3%A3o%20de%20Rua%20-%20Relato%20de%20Uso%20WWP%20_%20PORT.pdf
Vídeo sobre o IGD-PBF	IGD-M é ferramenta fundamental para o Bolsa Família.	https://wwp.org.br/pt-br/igd-m-e-ferramenta-fundamental-para-o-bolsa-familia-entenda
Série Estudos de Caso WWP – Como fortalecer os microempreendedores urbanos: o Programa Vida Melhor da Bahia		https://wwp.org.br/sites/default/files/pub/ESTUDO%20DE%20CASO%20WWP%20PROGRAMA%20VIDA%20MELHOR%20BAHIA%20PORTUGUES.pdf
Série Estudos de Caso WWP – Território do Sertão do São Francisco (IRPAA) – Fomento às Atividades Rurais		https://wwp.org.br/sites/default/files/pub/Estudo%20de%20caso%20WWP%20IRPAA%20Portugues.pdf
Série WWP Relatos de Inclusão Produtiva: Programa Mulheres Mil – Distrito Federal (DF)		https://wwp.org.br/sites/default/files/pub/Distrito%20Federal-DF%20%28governo%20distrital%29%20_%20Mulheres%20Mil%20_%20Relato%20Inclus%C3%A3o%20Produtiva%20_%20PORT.pdf
Série WWP Relatos de Inclusão Produtiva: Pronatec Brasil Sem Miséria – Manaus (AM)		http://wwp.org.br/sites/default/files/pub/Manaus-AM%20%28governo%20municipal%29%20_%20Pronatec%20BSM%20_%20Relato%20Inclus%C3%A3o%20Produtiva%20_%20PORT.pdf
Série WWP Relatos de Inclusão Produtiva: Pronatec Brasil Sem Miséria – Salvador (BA)		https://wwp.org.br/sites/default/files/pub/Salv

		ador-BA%20%28governo%20municipal%29%20_%20Pronatec%20BSM%20_%20Relato%20de%20Inclus%C3%A3o%20Produtiva%20_%20PORT.pdf
Série WWP Relatos de Inclusão Produtiva: Economia Solidária – Vitória (ES)		https://wwp.org.br/sites/default/files/pub/Vit%C3%B3ria-ES%20%28Ateli%C3%A3o%20das%20Ideias%20e%20Banco%20Bem%29%20_%20Economia%20Solid%C3%A1ria%20_%20Relato%20Inclus%C3%A3o%20Produtiva%20_%20PORT.pdf
O PAA Brasileiro: O Que É, Objetivos, Público-alvo e Cobertura	Aponta a importância do programa para a redução da fome no Brasil, sua dimensão e cobertura, que vai além de trabalhadores agrícolas e suas famílias	https://wwp.org.br/sites/default/files/pub/PAA%20P1_introduc%C3%A7%C3%A3o%20PT.pdf
As Seis Modalidades do PAA	Detalha o funcionamento das modalidades do programa, além dos atores envolvidos em cada uma, os arranjos e as formas de execução, de modo a facilitar a replicação a outros contextos.	https://wwp.org.br/sites/default/files/pub/PAA%20P2_modalidades%20PT.pdf
PAA: Arranjo Institucional e Atores Envolvidos	Aborda o modelo de gestão institucional do programa	https://wwp.org.br/sites/default/files/pub/PAA%20P3_articulac%C3%A7%C3%A3o%20institucional%20PT.pdf
Histórico do PAA Brasileiro	Estabelece o percurso cronológico, passando pelas legislações e inovações que acompanharam seu desenvolvimento	https://wwp.org.br/sites/default/files/pub/PAA%20P4_historico%20PT.pdf
Série Estudos de Caso WWP – Desafios de capacitação profissional: a experiência do Pronatec/BSM em Senador Canedo (GO)	Autor: Sérgio Paganini	https://wwp.org.br/sites/default/files/pub/Estudo%20de%20Caso%20sint%C3%A9se%20-%20Pronatec%20Sen.%20Caneado%20PT.pdf

9. ANEXOS E APÊNDICES

Anexo I - Catálogo de Ferramentas Informacionais desenvolvidas e mantidas pela SAGI



Anexo II – Livro da SAGI – Informação e Conhecimento para Políticas de Desenvolvimento Social

Tendo em vista o sistema e-contas não ter comportado o upload deste livro, informa-se apenas o link http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/LIVRO_SAGI_BAIXA_FINAL.pdf.